

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E DO
TRABALHO**

Vânia Carla Barbosa Santos

**MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
CONSCIÊNCIA POLÍTICA E A QUESTÃO DE GÊNERO E DA POBREZA**

**São Paulo
2022**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL
DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU
ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE
CITADA A FONTE.

Catálogo na
publicação Biblioteca Dante
Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São
Paulo Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santos , Vânia Carla Barbosa

Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família: consciência política e a
questão de gênero e da pobreza / Vânia Carla Barbosa Santos ; orientador
Antonio Euzébios Filho Euzébios Filho. -- São Paulo, 2022.

111 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Social) --Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Gênero. 2. Consciência política. 3. Patriarcado. 4. Bolsa Família.
5. Pobreza. I. Euzébios Filho, Antonio Euzébios Filho, orient. II.
Título.

São Paulo
2022

Vânia Carla Barbosa Santos

**MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
CONSCIÊNCIA POLÍTICA E A QUESTÃO DE GÊNERO E DA POBREZA
VERSÃO CORRIGIDA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Data da Defesa: **24/03/2022**.

Banca Examinadora

Prof. Orientador: Antônio Euzébios Filho
USP

Fernando Paiva
UFJF

Debora Fonseca
Unesp

Às mulheres do Jardim Raposo Tavares, as mães solas e as chefes de família que lutam diariamente para a manutenção da vida enfrentando tantos obstáculos.

Ao meu pai (in memoriam) Alberto Carlos Barbosa e ao meu querido amigo (in memoriam) Omar Ricardo Chehayeb, sem vocês esse trabalho não seria possível.

AGRADECIMENTO

Esse trabalho foi fruto de uma espera de dez anos. O ingresso em uma universidade pública, ainda que na pós-graduação, é uma realidade de poucos e só foi possível devido à minha participação no grupo de estudos no período de 2018, quando pude contemplar um caminho para o meu sonho. Agradeço a todos os participantes e responsáveis pelo grupo, em especial os professores Luís Galeão e Carlos Mendes.

Aos meus amigos queridos que tornaram essa jornada possível e me ajudaram a caminhar por ela, ainda que os obstáculos fossem presentes, com os estudos, na prova de proficiência, na construção do projeto de pesquisa. Com vocês pude compreender o real significado de juntos somos mais fortes. Eu agradeço a Mariléia Catarina Rosa, Carlos Mendes, Diego Plácido, Luciana Araújo, Rodrigo Santos, Luciana Góes, Pamela Honório, Omar Ricardo Chhayeb (*In memoriam*) e Dalvinéia Cruz.

Ao meu esposo Luiz Antonio, que no percurso dessa jornada se tornou meu parceiro de pesquisa, sentando-se muitas vezes aos meu lado e me ajudando na construção desse trabalho.

À minha querida professora da graduação Christiane Sanches, que durante o processo seletivo, foi ouvido e suporte para que eu mantivesse minha fé e crença em mim mesma para entrar.

À minha eterna analista Patrícia Villas-Bôas, embora eu não seja mais a sua analisanda nesse momento, este trabalho começou com ela, pois foi durante o meu processo de análise pessoal que o meu desejo de realizar essa pesquisa se iniciou. Obrigada por me possibilitar enxergar além do que meus olhos podem alcançar.

Ao meu queridíssimo orientador, Antonio Euzébios Filho. De todas as experiências que o mestrado pode me proporcionar, ser a sua orientanda foi a melhor. Obrigada por me aceitar e acompanhar nesse processo, por todo suporte e construção de saber e de toda humanidade durante esse período tão inusitado e doloroso que vivemos nos últimos dois anos. Eu te agradeço muito, professor!

Aos meus amigos e parceiros de mestrado, Renato Ramos e Sandra Braz. Foi um prazer a nossa parceria e ao grupo de pesquisa psicologia crítica e ação política. Foi um prazer estar com todos vocês nesses últimos anos.

À minha família avó materna e irmãos, em especial à minha mãe, que contribuiu de maneira grandiosa para esse trabalho.

Um dia
Nos dão um sorriso
Um beijo, uma flor
Lindos planos a dois
E como sonhar é preciso
Nos fazem poemas de amor
Mas depois...
O marido
Nos cobra na cama
O amor mais perfeito
Da amante ideal
A casa arrumada,
A comida na mesa
O botão na camisa,
O chinelo e o jornal
Os filhos
Nos pedem mais tempo
Por mais atenção
Que se tenha e se dê
O circo, o sorvete,
Os deveres da escola
E as cantigas de adormecer
Esperam de nós tanta coisa
Ninguém pode tudo o que quer
Será que percebem
Que temos desejos
Como outra pessoa qualquer
Esperam de nós tanta coisa
E a gente só faz esperar
Que os homens permitam
Que caia do céu a receita
Da vida perfeita
De sermos iguais
Ser mulher
É ser mãe, amante, amiga
Ser mulher
É saber virar a mesa
Ser mulher
É encarar de frente a vida
Ser mulher...

(VANUZA, 1980)

RESUMO

Santos, V. C. B. *Mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família: consciência política e a questão de gênero e da pobreza* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O presente estudo teve como objetivo analisar como as mulheres beneficiadas pelo programa de transferência de renda Bolsa Família elaboraram a sua condição de classe e gênero, sendo essas entendidas como expressões da consciência política. O Programa Bolsa Família, devido à sua amplitude nacional e às polêmicas em torno dele, tornou-se objeto de estudos e questionamentos, do qual exploraremos dois: o enfoque na renda e no gênero. Sabemos que as mulheres são as menos remuneradas, são vítimas de violência cotidiana nos mais elevados patamares e chefiam mais de 1/3 das famílias brasileiras. É com essa justificativa que o Bolsa Família buscou centrar-se nas mulheres, uma vez que representam mais de 90% da/os beneficiária/os responsáveis pelo recebimento do benefício em dinheiro. Assim, questiona-se: o que pensam essas mulheres sobre as suas vidas? Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a consciência política de mulheres beneficiárias do Programa de transferência de renda Bolsa Família, observando-se a condição de pobreza e de gênero. Para a realização do presente estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa, pois tal abordagem parte da ideia do interesse na compreensão dos sujeitos no seu cotidiano, procurando entender os significados apreendidos das questões relacionadas à singularidade, às particularidades e ao universal. Em síntese, são analisados os processos que formam os fenômenos investigados, pois a pesquisa qualitativa envolve uma conduta interpretativa do mundo. A partir do presente estudo foi possível, pelas narrativas dessas mulheres, a compreensão de como se compõe cada vida entrevistada, no processo da manutenção da vida, que envolve sua condição de gênero e de classe. As informações foram analisadas e interpretadas a partir do arcabouço teórico do materialismo histórico-dialético e da perspectiva feminista classista. Adotou-se aqui o conceito de consciência política cunhado por Paulo Freire e Matín-Baró, que compreendem como um conhecimento sobre si e sobre o outro refletem a sua identidade pessoal e social e a apreensão da realidade com criticidade, perpassando por níveis e resultando em uma ação no âmbito social. A partir dos resultados da análise e discussão, foi possível identificar que o PBF corrobora para a reprodução dos papéis de gênero, tanto na esfera doméstica quanto reprodutiva. Observou-se, diante disso, que a participação e as condicionalidades do programa favorecem a construção de uma imagem de si na maternidade. Outros aspectos da vida dessas mulheres não se mostraram nas entrevistas e se evidenciou que ser mulher está vinculado à maternidade. Na expressão de gênero e classe, averiguou-se que a participação como beneficiária do PBF fomenta uma consciência política, com níveis de criticidade que não possibilitam uma apreensão mais casuística da realidade, resultando numa compreensão que não permite apreender os fenômenos psicossociais ideológicas e fatalista numa sociedade de classes.

Palavras-chave: Gênero. Bolsa família. Consciência política. Pobreza.

ABSTRACT

Santos, V. C. B., Women beneficiaries of the Bolsa Família Program: political consciousness and the gender and poverty issue (Master's Thesis). Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo.

This present study aimed to analyze how the women who benefited from the Bolsa Família income transfer program elaborated their class and gender condition, which are understood as expressions of political consciousness. The Bolsa Família Program, because of its national scope and the controversies surrounding it, became the object of studies and questions. Two of which we will explore are the focus on income and gender. We know women are the least paid, are victims of daily violence at the highest levels, and head over 1/3 of Brazilian families. Because of that, Bolsa Família sought to focus on women, since they represent more than 90% of the beneficiary/those responsible for receiving the benefit in cash. Thus, the question is: what do these women think about their lives? This work presents a reflection on the political consciousness of women beneficiaries of the Bolsa Família income transfer program, observing the condition of poverty and gender. The study is qualitative research, as this approach starts with the idea of interest in understanding the subjects in their daily lives, seeking to understand the meanings learned from issues related to singularity, particularities, and the universal. In summary, the processes that form the investigated phenomena are analyzed, as qualitative research involves an interpretive behavior of the world. Based on the present study, it was possible, through the narratives of these women, to understand how each interviewed life is composed, which involves their condition of gender and class. The information was analyzed and interpreted from the theoretical framework of historical-dialectical materialism and the classist feminist perspective. The adopted concept was political consciousness coined by Paulo Freire and Matín-Baró, which understand how knowledge about oneself and the other reflects one's personal and social identity and critical apprehension of reality, crossing levels and resulting in action in the social sphere. Based on the results of the analysis and discussion, it was possible to identify that the BFP supports the reproduction of gender roles, both in the domestic and reproductive spheres. The participation and the conditionalities of the program favor the construction of an image of oneself in maternity. Other aspects of these women's lives were not shown in the interviews and it evidenced that being a woman is linked to motherhood. In the expression of gender and class, participation as a beneficiary of the BFP fosters a political awareness, with levels of criticality that do not allow a more casuistic apprehension of reality, resulting in an understanding that vetoes the apprehension of ideological and fatalistic psychosocial phenomena in a class society.

Keywords: Gender. Bolsa Família. Political Awareness. Poverty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Coeficiente de Gini 2003-2019.....	22
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ECA	Estatuto da Criança e do adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
PBF	Programa Bolsa Família
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social

SUMÁRIO

1 O INTERESSE PELA PESQUISA	11
1.1 Motivações para o campo da pesquisa.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 O Contexto das Políticas Públicas de Transferência de Renda no Brasil	20
2.2 Gênero e Bolsa Família: Transferência de Renda ou Responsabilidade?.....	24
2.3 Feminismo Classista	29
2.4 A Importância da Interseccionalidade.....	36
2.5 Decodificação das Relações de Poder: Gênero e Classe como Dimensão do Processo de Conscientização	40
3 OBJETIVOS	47
3.1 Objetivo Geral	47
3.2 Objetivos Específicos	47
4 MÉTODO	48
4.1 Metodologia	48
4.2 Conhecendo as mulheres beneficiárias do Jardim Raposo Tavares	52
4.3 O processo da produção de sentido das Mulheres do Jardim Raposo Tavares	57
4.4 Procedimento de Análise das Informações	61
4.4.1 Análise dos resultados e Discussão - Consciência política: fatalismo na reprodução de gênero.....	62
4.4.2 Consciência política: transitividade e intransitividade.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82
ANEXOS	90
ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	90
ANEXO II – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO	93
ANEXO III – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO FORMULADO PELOS PESQUISADORES	94

1 O INTERESSE PELA PESQUISA

A presente pesquisa de mestrado se iniciou a partir do desejo de aprofundar o meu conhecimento na realidade das mulheres brasileiras que residem na periferia da zona oeste da cidade de São Paulo, lugar que também fez parte da minha história. Sou uma mulher criada por mulheres que, na sua batalha diária, enfrentavam uma série de adversidades no seu cotidiano para garantir o mínimo da manutenção do nosso sustento, no meu caso e do meu irmão. Contribuíamos para a leitura estatística da época, de pertencer a famílias que a figura paterna não se presentificava e de sermos criados pelo irmão mais velho, uma vez que as mães e as avós tinham que sair para trabalhar e garantir a manutenção do sustento em todas as suas esferas - alimentar, saúde e moradia; o lazer nem sempre podia ou dava para ser contemplado. A vida era marcada por uma escassez e dificuldade, reflexo de condições políticas do país na sua transição política.

Nasci em um período de mudanças, reformas e políticas para a população, como o surgimento do ECA, que visa a proteção da criança e do adolescente, e o surgimento do SUS, que passa a contemplar toda a população em relação ao cuidado manutenção da saúde - antes os serviços de saúde estavam atrelados somente a quem trabalhasse, quem não trabalhasse não tinha direito ao atendimento gratuito. A conjuntura política a qual me refiro era de 1979, período o qual o país estava sob o regime ditatorial militar. Nas minhas lembranças ficaram marcada essa transição e me recordo que a minha mãe sempre se angustiava e era muito difícil para ela nos ver doentes, pois os cuidados com a saúde tinham vários custos, o de ter que faltar no trabalho para cuidar de nós, o custo com a medicação ou o próprio custo de ter que delegar o cuidado a outro que refletia a sua maternidade.

A presença paterna era quase mínima na minha realidade e, como já mencionei, pertenço a um grupo de filhos sem pai, embora o tenha no meu registro simbólico, na certidão de nascimento e na memória, o meu pai só era presente na minha vida em duas épocas do ano, férias de julho e dezembro. Com a separação, a minha mãe, em um ato de sobrevivência se divorcia, em 1984, período o qual os “filhos de pais separados” era lidar com um estigma social. Ser filhos de pais separados tinha essa característica segregatória, na época não se aceitava bem as mulheres divorciadas, mas a ausência dos pais não se dava somente por casais que se separavam, na periferia há “filhos de mães solteiras”, que os pais não assumiram, que sumiram, que foram presos, que morreram e os que os pais que estão casados, havendo uma diversidade e pluralidade. Porém, na periferia a pobreza e a violência não se manifestam como uma

possibilidade, mas uma certeza, não se confundem os barulhos dos fogos de artifício com os de tiros.

É a partir da história dessas mulheres que proponho uma compreensão crítica e reflexiva sobre elas – e por que não, sobre mim mesmo? Eu e elas, nós, imersas no bonde da história, em um contexto.

O cenário de transição e construção políticas em nosso país, após 1989 foi resultado de conquistas populares. Contudo, a política de seguridade social, aos poucos, foi se desestruturando no bojo do neoliberalismo, ao mesmo tempo que programas de transferência de renda foram se tornando centrais na política de assistência social. Pode-se compreender que tais ações buscavam uma prática que contemplasse atender com equidade às populações que mais sofriam com as questões de desigualdade social no nosso país. Ao fazer tal consideração, percebe-se que há um grupo de pessoas com condições desfavorecidas, porém resistentes, que partem de uma base material, no caso então, de uma divisão de classe, que sofrem mais com as condições socioeconômicas que não corroboram para uma construção de uma vida digna, reflexo de uma relação de poder, ou seja, de numa condição de submissão e opressão.

1.1 Motivações para o campo da pesquisa

O objetivo da presente pesquisa foi analisar como mulheres beneficiadas pelo Programa de transferência de renda Bolsa Família em uma região periférica da cidade de São Paulo elaboram a sua condição de classe e gênero, sendo essas entendidas como expressões da consciência política. Cabe ressaltar que a produção de estudos científicos sobre a realidade das mulheres periféricas no Brasil possibilita e corrobora com a construção de políticas e ações para as mulheres no seu cotidiano, uma vez que a produção científica acerca do tema constitui subsídios para formas de enfrentamento no combate à desigualdade, opressão e dominação (IPEA, 2011).

As desigualdades e os desníveis econômicos afetam as mulheres no seu dia a dia. Estudos estatísticos realizados pelo IPEA como o “retratos das desigualdades” apontam que, atualmente, as mulheres ganham menos que os homens no mercado de trabalho. Entre elas, as mulheres negras são as mais afetadas, tendo os seus ganhos mais afetados em relação às mulheres brancas. Diante de tal contexto, pode-se notar como a economia capitalista corrobora para uma cultura de reflexão, com êxito em mostrar as desigualdades, pela falta da dignidade humana e direitos sociais. Trata-se de uma reflexão sobre a consciência política de mulheres beneficiárias do Programa de transferência de renda Bolsa Família, observando a condição de

pobreza e de gênero, considerando que o ingresso neste Programa pressupõe a comprovação da condição de pobreza pelo Estado. Atualmente, 14,1 milhões de pessoas recebem o benefício no país e a maioria dos beneficiários do Programa Bolsa Família são mulheres (BRASIL, 2020). O percentual de mulheres se destaca, porque o cadastro para o recebimento do benefício ocorre via CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), existindo uma predileção do Programa para que a mulher seja responsável pelo recebimento, o que corrobora com a literatura existente acerca do tema que compreende a mulher como representante da família.

O Programa Bolsa Família é responsável por transferir renda às famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza e apresentam alto índice de vulnerabilidade socioeconômica. Pela transferência de renda, o Programa promove o combate à fome e à segurança alimentar e nutricional, combate à pobreza e outras formas de privação das famílias e a promove o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistencial. Compreender e analisar com criticidade as mulheres beneficiadas pelo Bolsa Família se faz necessário para a compreensão e historicidade da construção de conhecimento e produção acadêmica da realidade brasileira. A construção e a produção acadêmica realizadas por mulheres e de mulheres, no seu contexto real, corrobora para o que afirmou Benhabib (2018), que até muito pouco tempo as mulheres não tinham suas próprias histórias, as suas próprias narrativas, que contemplassem diferentes categorias, sua periodicidade e estruturas. Nessa afirmação, a autora, em um debate filosófico, discute a importância de uma teoria crítica feita por mulheres, que se propusesse a discutir as relações de poder e hierárquicas no seu contexto contemporâneo.

Toda a produção de conhecimento acerca do tema era realizada por homens, mas um homem da racionalidade, inserido em um contexto histórico e ideológico, sem considerar as diferenças existentes nas relações entre homens e mulheres. Debruçar-se sobre o tema gênero, para a teoria feminista, é considerar, nas palavras de Benhabib (2018, p. 39): “as relações de gênero e constituição do social do sujeito, econômica, política e simbólica das diferenças de gênero entre seres humanos”. A autora enfatiza que toda subjetividade é atravessada pela linguagem, pela narrativa, pelas simbologias e culturas existentes. Toda narrativa fala de quem o indivíduo é e o que é, a partir da sua identidade, narrativas essas que são dominadas e constituídas pelos códigos de biografias e identidades esperadas e assimiladas culturalmente.

Nesse sentido, considerando as desigualdades existentes tanto no campo material quanto no campo subjetivo, nos papéis exercidos pelas mulheres na sociedade, torna-se vital, como revela Mariano (2009), compreender como as políticas de transferência de renda repercutem sobre as mulheres, bem como problematizar, em uma perspectiva feminista, as relações de

gênero, no âmbito das políticas estatais realizadas pelo Estado, que reconhece e valida demandas políticas e operacionaliza mudanças na estruturas de poder.

Dessa forma, pretende-se analisar como as mulheres de uma periferia de São Paulo, que recebem o Bolsa Família, elaboram a sua condição de classe e de gênero, entendendo essas dimensões como as expressões da consciência política se justificam, porque pelo discurso dessas mulheres se possibilitará a compreensão de como se compõe cada vida a ser entrevistada, no processo da manutenção da vida, que envolve a condição de gênero e classe. As informações serão averiguadas e elaboradas a partir do arcabouço teórico do materialismo histórico dialético, de uma perspectiva feminista classista, com conscientização política, a partir de Paulo Freire e Matín-Baró, buscando interpretar e identificar, nos discursos das participantes, aspectos psicossociais como ideologia e fatalismo, que também contribuirão na compreensão de como essas mulheres resistem às precariedades, quais são as suas lutas diárias e como nesses processos estão envolvidas as linguagens artísticas, movimentos sociais, religião, os coletivos e as lutas individuais, no contexto doméstico.

Com isso, a reflexão crítica que se propôs foi se o Programa Bolsa Família contribui ou não para corroborar com a reprodução de um papel socialmente determinado para a mulher como zeladora da vida privada e principal responsável pela saúde e educação dos filhos, em uma dinâmica de poder, em que as características ideológicas se manifestam nas relações humanas. Assim, pretendeu-se compreender se há particularidades na construção de uma identidade de gênero, no caso das participantes desse estudo.

Por último, buscou-se entender como as mulheres elaboram a sua condição de pobreza e de classe, pois se acredita na importância das mulheres que colaborarão com esta pesquisa com as suas narrativas, visto que as suas lutas e sofrimentos serão elucidados por elas próprias, uma vez que a principal questão que norteia a presente pesquisa, em particular, será a análise e reflexão crítica dos processos de ideologia e consciência de gênero como expressão da consciência política.

Em suma, em que medida houve (ou não) uma naturalização dos papéis socialmente atribuídos às mulheres pobres? Categorias como ideologia e fatalismo presentes no marxismo, no feminismo classista e na psicologia social ajudarão a responder, minimamente, a essas questões. A análise das narrativas dessas mulheres possibilitou a compreensão de como se compõem os aspectos da vida concreta de cada entrevistada, no processo de produção e reprodução do modo de sociabilidade capitalista. A análise proposta pela pesquisa também buscou identificar como surgiram os processos psicossociais já mencionados, nas questões supracitadas, pois se fez importante para o reconhecimento de processos de resignação e

resistência política, em meio a processos de humilhação social, preconceito e violência social. Nos tempos atuais, muitas mulheres, ao redor do mundo, continuam na luta em busca do fim da misoginia e do machismo, a fim de obterem mais para o gênero feminino.

Segundo Mendes (2014), referendando os resultados de um trabalho etnográfico com mulheres jovens moradoras da periferia de São Paulo, a paisagem das periferias acumula, ao longo da história do Brasil, certas marcas de penúria promovidas por um processo de déficits políticos e sociais, que depõem contra os direitos essenciais à vida da pessoa humana. Passar fome, se acomodar entre goteiras, dormir ao relento ou, simplesmente, não ter dinheiro para a condução são situações que ferem a dignidade humana.

Nas periferias brasileiras, é fato a ausência ou a precariedade de acesso à renda concomitante com as outras inúmeras desigualdades de gênero, classe social, raça-etnia, como também de acesso a bens e serviços públicos. Os pobres, em especial as mulheres, se veem sujeitadas a se agarrarem à sobrevivência. Em muitos casos, já na infância há a busca por contribuir no sustento familiar, que se inicia recolhendo resto de feiras, em trabalhos em instalações deletérias distantes de casa.

A luta para sustentar os seus familiares, considerando um incontável número de corpos femininos periféricos ocorre, metaforicamente dizendo, em um jogo desigual, cujo quadrado do tabuleiro se desenha por marcas do enfretamento diário dos riscos decorrentes da localização das suas residências sem espaços de quintais, algumas às margens de córregos ou suspensas em encostas instáveis (Mendes, 2014).

Tudo isso é somado à vulnerabilidade da distribuição assimétrica dos espaços, das ambições de políticos, assim como dos significados distintos articulados por atores, que disputam poder e legitimidade na apropriação do território, sobrepondo formas de dominações e opressões múltiplas e imbricadas de classe, seletividade racial, sexista (Crenshaw, 1989), que servem também de pujanças de vínculos afetivo-relacionais violentos, trágicos ou, nos piores casos, feminicídios.

No entanto, o presente estudo de mestrado teve como objetivo pesquisar como essas mulheres beneficiárias do programa bolsa família enfrentam e tratam, pela sua consciência política, a sua condição de classe e gênero, sendo responsáveis pelos seus domicílios e que recebem o Programa Bolsa Família (BF). Considera-se, assim, fundamentais as palavras de Sawaia (2009, p. 1): “Por trás da desigualdade social há sofrimento, medo, humilhação, mas há também /o extraordinário milagre humano da vontade de recomeçar onde qualquer esperança parece morta”. Quisemos, portanto, compreender, no caso específico, como esses processos psicossociais ideologia e fatalismo se refletem na consciência política, a partir do cotidiano de

mulheres residentes que respondem pelos seus domicílios em um bairro periférico de São Paulo, marcado pela desigualdade social, que tem como contraste bairros com alto poder aquisitivo e de outro lado comunidades, que apresentam alto grau de vulnerabilidade socioeconômica e de violência doméstica.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que buscou investigar o cotidiano das mulheres responsáveis pelos seus domicílios, sendo essas beneficiárias do Programa Bolsa Família, e se justificou porque, pelas suas narrativas, possibilitou a compreensão da composição de cada biografia a ser entrevistada no processo de alimentação da vida, isso é, a sua condição humana, no intuito de contribuir com a psicologia social e ciências afins.

Para que se cumpram os objetivos da pesquisa, fez-se necessária uma breve exposição dos capítulos que estruturam a fundamentação teórica deste estudo. O primeiro capítulo realizou uma sucinta explanação de quais os contextos e como se estabeleceu a inserção das políticas públicas no Brasil. A partir da constituição de 1988 e com a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8742), as políticas públicas ganharam força e as ações no combate à pobreza e à desigualdade social são asseguradas pelo governo. Mesmo em um contexto neoliberal, as políticas públicas adotadas são inúmeras, entre elas os programas de transferência de renda são constituídos também como forma de combate e enfrentamento na tentativa de erradicar a fome e a miséria. Assim como a importância dos programas, temos também outras ações significativas, como o ECA (Estatuto da criança e adolescente) e o SUS (Sistema único de saúde). É no período de 1988 até 2013 que a implementação de inúmeras tentativas do governo de garantir os direitos e a seguridade do cidadão brasileiro vão se materializando, o que muda paulatinamente e se acentua com um desmonte de tais políticas do período de 2015, quando se inicia o processo de impeachment de Dilma Rousseff até a eleição do atual presidente, Jair Bolsonaro.

O segundo capítulo tratou da relação entre gênero e o PBF (Programa Bolsa Família). A produção acadêmica em torno do tema evidenciou uma certa predileção para que as mulheres fossem as responsáveis pelo recebimento do programa, embora essa não fosse uma regra explícita. Tal relação mostrou que o programa corrobora numa perspectiva familista na reprodução dos papéis femininos, tanto na esfera doméstica quanto na maternidade. Das famílias inscritas no programa, estima-se que 90% sejam mulheres, essas que, nas últimas décadas, se tornaram uma amostra significativa como chefe de família (IBGE, 2010). A predileção por mulheres se fundamenta em estudos que reforçam as mulheres como responsáveis pelo recebimento do benefício que garantam o uso em prol da família. Elas

também são responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades do programa, tanto na área da educação e saúde, como frequência escolar mensal e vacinação.

Tal aspecto nos provocou a reflexão de que parte disso se fundamenta no feminismo classista, ao se reforçar tais responsabilidades para as mulheres, implicando no surgimento de políticas públicas com centralidade no feminino, não priorizando a divisão sexual nas relações e reafirmando o lugar delas na esfera doméstica e reprodutiva. De acordo com o mencionado anteriormente, um dos alicerces teóricos será o feminismo classista, que é também conhecido como feminismo marxista, partindo desse, da compreensão de que a opressão sobre a mulher está inteiramente ligada quando apareceu a propriedade privada bem como a luta de classes (Cisne, 2018; Engels, 1884, 1984). Portanto, conforme Engels (1884, 1984) em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, que a divisão condicionada em características biológicas que determinam o modo de (re)produção, é a divisão primitiva do trabalho apresentada na teoria marxista como base na diferença entre os sexos.

Quanto à teoria de Marx, ela se apresenta pelo pressuposto de que, nas sociedades primitivas, ainda que tenha a divisão sexual do trabalho, os relacionamentos de gênero se encontravam nas mesmas condições de igualdade.

Dessa forma, de acordo com Engels (1884, 1984), na origem da propriedade privada, aconteceu uma mudança nessa condição, que fez com que a família se tornasse estrutura central, o que se institucionalizou em família monogâmica, com uma manutenção das posses, repassando isso, assim, para os descendentes.

Por conseguinte, pelo matrimônio que se controlava a sexualidade feminina, transformando-se a sociedade em patriarcal, com a eternização da mulher na esfera doméstica. Dessa forma, ela permaneceria excluída da participação pública e da relação de produção - no âmbito social.

A teoria marxista se apresenta pelo pressuposto de que, nas sociedades primitivas, mesmo que tenha a divisão sexual do trabalho, os relacionamentos de gênero estavam em condição de igualdade. Assim, conforme a origem da propriedade privada, houve mudança nessa situação, fazendo-se com que a família se tornasse estrutura central, institucionalizando-se, assim, em família monogâmica, como manutenção das posses e repassando-as para os descendentes. A vista disso, a mulher e a prole seriam compreendidas como as primeiras propriedades privadas (Engels, 1884, 1984; Marx & Engels, 2009). O feminismo classista aponta que a diferença entre as mulheres e os homens no processo histórico é o papel que elas cumprem na reprodução social.

O quarto capítulo tratou da importância da interseccionalidade como prática e método no campo da produção científica para estudos que trabalham o encontro de categorias como classe, raça e gênero numa perspectiva feminista. Compreende-se a importância da interseccionalidade na identificação nas relações sociais que caracterizam relações de poder, dominação e discriminação. Considerando o contexto da feminização da pobreza no Brasil, que se caracteriza predominantemente por mulheres pretas e pobres.

O quinto capítulo discorreu sobre a importância de se decodificar e codificar as relações de poder estabelecidas na sociedade, como aponta Martín-Baró e Paulo Freire, cunhados numa perspectiva teórica, que fomenta a consciência política como a capacidade reflexiva crítica no indivíduo de questionar, interpretar, codificar e decodificar a realidade social, assim como a capacidade de identificar processos ideológicos e fatalistas. Freire (2009) compreende que a consciência crítica reflexiva não é algo estático e acabado, porém não é tão claro, assim como o processo de consciência de classe, que é algo a ser construído e decodificado. Dessa forma, ressalta-se o que Martín-Baró (1996) traz como contribuição, que cabe à psicologia fornecer condições para o indivíduo nesse processo, contribuindo para que a conscientização também reflita na ação. Hooks (2019) afirma que não se nasce feminista, torna-se feminista e é a partir dos diálogos em grupos que contemplem as categorias de análise como raça, classe e gênero que tornam possível estudar o patriarcado como sistema de dominação. Dessa forma, é necessário que se fomente uma conscientização das mulheres, ou seja, um pensamento crítico sobre as relações e divisões, que se pautam numa divisão sexual do trabalho e familista. Foi a partir da construção de conscientização cunhada pelos autores supracitados que se fez uma análise da consciência política das beneficiárias do PBF¹, na sua expressão de gênero e classe.

A metodologia escolhida para a realização da pesquisa foi a pesquisa qualitativa, uma vez que tal metodologia contribuiu para a produção de saberes em campo, no cotidiano das beneficiárias do Jardim Raposo Tavares. Além da compreensão e produção de sentidos construídas a partir das entrevistas realizadas, a pesquisa qualitativa também contribuiu nos estudos de cunho feminista, como proposto no presente estudo. Os dados foram interpretados na perspectiva do materialismo histórico e dialético e no feminismo classista. Ao total foram

¹ O programa Bolsa Família foi extinto no ano de 2021 pelo atual presidente Jair Bolsonaro e surge então o Auxílio Brasil (Braço social do Governo Federal). O Auxílio Brasil integra em um só programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. O novo programa social de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Além de garantir uma renda básica a essas famílias, o programa busca simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação dessas famílias, para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social (BRASIL, 2022).

entrevistadas seis mulheres beneficiárias do PBF e residentes na comunidade do Jardim Raposo Tavares.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Contexto das Políticas Públicas de Transferência de Renda no Brasil

É na década de 1980 (Constituição Federal de 1988) que a inserção de políticas públicas sociais se torna mais marcante no Brasil. Nesse período houve a criação do SUS (Sistema Único de Saúde), O ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) e, na sequência, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), numa tentativa de engajar o Estado na manutenção e garantia de direitos da população mais vulnerável, descaracterizando tais ações do assistencialismo. Como políticas públicas no Brasil, o PBF (Programa Bolsa Família) se destaca em diversos aspectos, desde a abrangência nacional e reconhecimento internacional como um programa de combate à pobreza, dos interesses políticos dos partidos que o tentam capturar para obtenção de votos, até o estigma de ser compreendido como uma ação assistencialista que corrobora para um viés de institucionalização partidária (Vestena, 2017).

Criado em 2003 com a unificação de outros programas existentes com o intuito de combater a fome e a pobreza o Programa de Transferência de renda Bolsa família, foi resultado da unificação de programas que antecederam o ingresso do Ex-presidente Lula do partido dos trabalhadores. O ex-presidente unificou os programas oriundos do projeto do também ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, chamado Fome Zero, com foco nas estratégias de redução de pobreza (Simoni Júnior, 2017; Vestena, 2017; Euzébios Filho, 2014).

A partir do ingresso do partido dos trabalhadores e com o resultado da unificação, o Programa Bolsa Família ficou associado desde então como uma política de combate à fome e à miséria como uma política pública do partido dos trabalhadores no primeiro mandato do ex-presidente Lula no período de 2003, reeleito em 2006, permanecendo no cargo até 2010. O segundo ciclo da permanência do governo PT se manteve com a Presidente Dilma Rousseff, no período de 2011 a 2016, quando sofreu o impeachment. A ascensão do governo PT foi representada por um dos seus principais líderes no período em que o programa já havia sido implementado. Porém, o Programa Bolsa Família apresentava uma espécie de cisão no eleitorado, que favoreceu um ambiente político com expectativas de mudanças sociais junto à desconfiança do mercado econômico.

Segundo Draibe (2006), o Brasil teve um certo atraso histórico para adotar políticas que apresentassem práticas efetivas de combate à pobreza. No período de 1980 a 1994, as políticas de enfrentamento passaram por um período de transição, até a sua consolidação com a criação

do PBF (Programa Bolsa Família), um programa de transferência de renda condicionada. Com a sua consolidação, o programa se dá em um cenário polêmico, ambíguo e equivocado. Não se compreendia o programa como enfrentamento à pobreza e tampouco focalizado na pobreza, mas como uma forma de assistencialismo, não considerando os índices de mensuração internacionais que mostravam o Brasil com destaque nos rankings internacionais devido à desigualdade social.

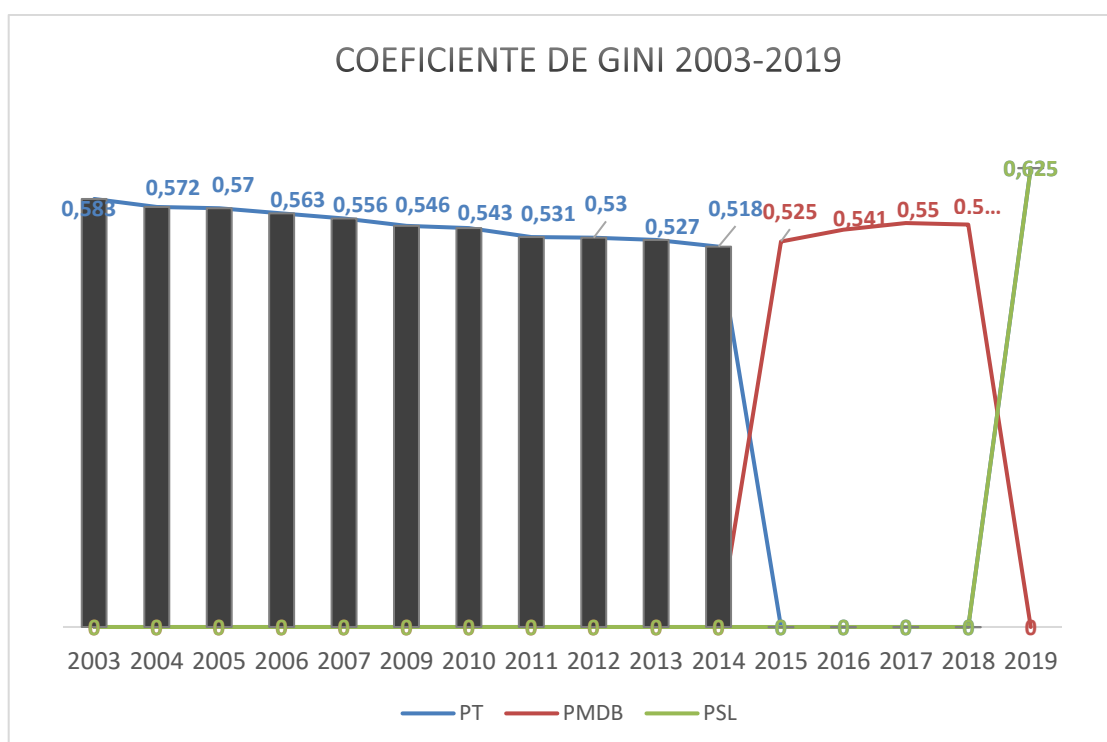
Em um terreno fértil para a implementação de tais políticas públicas, a ambiguidade se caracteriza pelo caráter ideológico e neoliberal que essas políticas são consolidadas (Euzébios Filho, 2014), a necessidade da focalização para a população que vivia em situação de extrema pobreza, o que não é universal, considerando o contexto econômico (Draibe, 2006), bem como o estigma atrelado ao assistencialismo. Esse foi o início da inserção de política de combate à pobreza e à miséria. Assim, o PBF passa a ser alvo de críticas tanto pelas oposições partidárias como pela população, criando um cenário de narrativas estigmatizadas pela imprensa, que segundo uma pesquisa feita por Leite, Fonseca e Holanda (2019), na análise das narrativas e imagens do Bolsa Família, eles concluíram que as informações divulgadas por dois grandes jornais da cidade de São Paulo, possibilitaram a identificação e a categorização contra o PBF. As categorias identificadas foram favorecimento e assistencialismo, insuficiência, Marketing Político/ Eleitoral e Populismo. Os autores concluíram que os dois periódicos analisados não consideravam a perspectiva das narrativas dos beneficiários e nem de organizações e instituições importantes que tinham sobre o programa. Embora se mostrem efetivos no combate à pobreza, pois ao distribuir renda a população mais escassa os coloca com poder de consumo, os programas de transferência de renda no país são um aspecto ambíguo e dividem parte da população, que compreendem as intervenções do Estado como assistencialistas ou favoritismo, assim como um percentual compreende a importância do Estado na assistência dessas famílias. Por estar associado politicamente ao partido dos trabalhadores, divergia a população politicamente. Enquanto o posicionamento da esquerda contemplava políticas com maiores intervenções do Estado, o posicionamento político de direita o compreendia como não favorecendo a população a crescer economicamente.

Estudos empíricos no campo da economia que enfatizam a não significativa relevância do PBF no combate à pobreza, como Campello et al. (2011), buscam demonstrar que o programa, embora tenha alterado o comportamento dos índices que mensuram o nível de pobreza nos estados brasileiros ao longo do tempo, não erradicou a pobreza no país. Os resultados do estudo foram vários. Entre os achados do estudo havia a compreensão de que embora o PBF trouxesse uma renda fixa para a população na linha da pobreza, ainda sim

permaneciam pobres, corroborando para algumas crenças apontada pelos autores de que há uma má gestão na transferência da renda, mesmo que o programa seja focado na pobreza ou que tal benefício não estimula a população pobre a sair de tal condição, acomodando-se com o recebimento da renda do PBF.

Outros teóricos apontam que há relevância significativa na população pobre com o recebimento do benefício do programa, reduzindo a desigualdade e a pobreza, bem como corroborando para o que aponta Arretche, Faria e Marques (2019), de que as políticas públicas inclusivas com pautas, como educação, saúde e combate à desigualdade se sustentaram a partir da constituição federal de 1988 e ganharam força em dois governos presidenciais do PSDB e as quatro gestões do PT. O intuito disso foi o de combater as desigualdades sociais, com a provisão de bens e serviços para os mais pobres. Um indicador importante que também mensura a desigualdade em nível mundial é o coeficiente de Gini, que no período de 2003 a 2014 apresentou queda da desigualdade e nos períodos de 2015 a 2019 mostrou uma crescente da desigualdade, como mostra a figura abaixo.

Figura 1 - Coeficiente de Gini 2003-2019



Fonte: Ipea (2020).

No que tange à concentração de renda, os estudos mostram que muitas famílias saíram da linha abaixo da pobreza. Porém, ao se comparar com a renda per capita brasileira, a pobreza

ainda se destaca por estar elevada, mesmo o programa mostrando efetividade no combate à desigualdade social (Arretche et al., 2019). No entanto, a pobreza é multifatorial e, mesmo com uma renda fixa mensal, ainda assim temos pessoas vivendo em situações de escassez e altos índices de vulnerabilidade socioeconômica. Tomemos aqui o conceito que utiliza Rocha (2006) para falar da pobreza no Brasil, que ao usar o conceito pobreza menciona uma pobreza absoluta e pobreza relativa:

[...] A partir daí, discussões passam a gravitar em torno da natureza fenômeno da pobreza em países apresentando diferentes níveis de desenvolvimento social e produtivo, o que remete às noções de pobreza absoluta versus pobreza relativa. Pobreza absoluta está estreitamente vinculada questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos com o objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos ‘relativamente pobres’ em sociedades onde o mínimo vital já garantido a todos (Rocha, 2006, p. 11).

Ao tomarmos a definição acima ao conceituar a pobreza, podemos compreender que ser pobre é mais do que a falta de renda fixa por mês, sendo a falta de condições dignas para a manutenção da vida. Nesse sentido, a contribuição da transferência de renda pode também apresentar um viés, pois ao mesmo tempo que o beneficiário tem a renda, tem também as condicionalidades do programa para a manutenção do recebimento do benefício, voltados para a educação e a saúde. Tais condicionalidades visam cumprir com um dos objetivos propostos pelo programa, que seria a população pelo recebimento do benefício de superar a condição de pobreza absoluta, como um incentivo para a população beneficiária. Entretanto, ao propor tal objetivo, pode-se considerar que a pobreza também apresenta uma característica intergeracional (Gomes, 2011).

Gomes (2011) discute que ao mesmo tempo que a implementação de renda em curto prazo pode ajudar a população pobre, ela pode também realizar uma regulação da pobreza, uma vez que os programas de transferências não rompem com o ciclo da pobreza. Considerando a ideologia liberal capitalista, que possibilita ao pobre um certo poder dentro da sua condição de classe, despolitizando as desigualdades, o que corrobora com Euzébio Filho (2016), na existência de um caráter ideológico, nesse cenário liberal como cenário de características ideologizantes e dentre as identificadas pelo autor, pode-se destacar a de que os programas de transferência de renda podem contribuir para deslocar a responsabilidade do Estado para a família, com foco na seleção, destaque para as condicionalidades e o incentivo de uma inclusão pela via do consumo, de modo a facilitar a contribuição do personalismo político.

Compreendendo aqui a política pública como última instância realizada para diminuir as desigualdades estruturais, a proposta deste escrito se baseia em analisar a consciência política das beneficiárias do programa numa perspectiva de classe e gênero, voltada para a uma reflexão crítica a respeito do PBF, de forma que possa se discutir se o programa corrobora ou não para a reprodução dos papéis femininos na esfera do cuidado, dentro de uma cultura familista e se também propicia uma consciência política as beneficiárias acerca de quais políticas públicas foram/são, de fato, produzidas para o enfrentamento da pobreza no Brasil.

2.2 Gênero e Bolsa Família: Transferência de Renda ou Responsabilidade?

É a partir da história de mulheres beneficiárias do referido programa que se propõe uma compreensão crítica e reflexiva sobre a condição de classe e gênero delas, que a presente pesquisa se estrutura, sendo a pobreza e a desigualdade no Brasil marcadores sociais importantes. Considera-se que o contexto de transição e construção políticas nesse país, que se inicia em uma prática democrática em 1989, ocorre por uma eleição popular para presidente.

Tais ações buscavam uma prática que contemplasse atender, com equidade, as populações que mais sofriam com as questões de desigualdade social no país. Ao fazer tal consideração, percebe-se que há um grupo de pessoas com condições desfavorecidas, porém resistentes, que partem de uma base material, no caso então de uma divisão de classe e que sofrem mais com as condições socioeconômicas que não corroboram para uma construção de uma vida digna, reflexo de uma relação de poder, ou seja, de dominação.

Diante das propostas de intervenção do governo para amenizar o impacto da diferença material no país, ou seja, regulamentando a pobreza, contrastando o tempo todo entre quem muito tem e populações que viviam em situações de miséria, foi criado, em 2003, o Programa de transferência de renda “Bolsa Família” (BRASIL, 2019). Embora o Programa tenha sido originado em 2003, apenas no ano de 2004 que esse passa a ser previsto em lei, Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e se torna regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2019).

O Programa Bolsa Família, cujo objetivo – ao menos em tese – é combater a pobreza e a desigualdade no país, possui três eixos fundamentais, que são: complemento de renda, acesso aos direitos e articulações com outras ações. A complementação de renda se caracteriza pelo recebimento de um benefício mensal em dinheiro pelas famílias atendidas pelo Programa, que é transferido diretamente do Governo Federal, com o intuito de garantir o alívio mais imediato da pobreza. O acesso aos direitos se define em cumprir compromissos, que são

condicionalidades do Programa, com o objetivo de avigorar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo possibilita condições para que gerações sucessivas possam quebrar o ciclo da pobreza, em função de melhores oportunidades de inclusão social. O último eixo, articulação com outras ações, tem a capacidade de articular e integrar ao Bolsa Família a várias políticas, a fim de estimular o progresso das famílias, como uma contribuição para a superação da situação de vulnerabilidade e pobreza (BRASIL, 2019). A gestão do Programa é descentralizada, ou seja, todas as esferas Federal, Estadual e Municipal são responsáveis pela execução do Programa. Na esfera Federal, o responsável pelo Programa era o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), extinto no atual Governo do Presidente Jair Bolsonaro, sendo responsável agora o Ministério da Cidadania. A Caixa Econômica é a agente que executa os pagamentos (BRASIL, 2019).

O Programa de Transferência de renda Bolsa Família funciona com o pagamento de um benefício realizado pela Caixa Econômica às famílias, consideradas em situação de extrema pobreza ou miséria: isso significa que as beneficiárias possuem renda *per capita* inferior a R\$ 178,00. O cadastro para o recebimento do benefício ocorre via CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), pelo cadastro único, no qual o representante da família faz a inscrição. Porém, constata-se que o Programa esboça que a mulher realize o cadastro na Instituição, o que possibilita entender que há a compreensão da mulher como representante de família, ou seja, falar de família é falar de mulher (Teles, 2017). O Programa destaca que o cadastro seja preferencialmente realizado por mulheres, como titulares, e nas ações de condicionalidades do Programa (Brasil, 2019), o que corrobora com estudos que apontam o perfil do beneficiário diretamente relacionado à mulher (Euzébios Filho, 2014; Mariano & Carloto, 2009).

Nesse sentido, entende-se a predileção para que a mulher seja responsabilizada pelas ações do Programa, que contemplam desde o cadastramento até o cumprimento das condicionalidades do Programa, uma vez que é a mulher responsável pela realização do cadastro nas Instituições que “controlam” o acesso ao benefício, fortalecendo o papel social da mulher como cuidadora e reprodutora (Mariano & Carloto, 2009).

Ao ser responsável pelo benefício, a mulher assume deveres com o Estado na manutenção e cuidado da família, o que revela a percepção da mulher também como chefe da família. Isso pode ser observado nos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), que evidencia que, nas últimas décadas, houve significativo crescimento de famílias chefiadas por mulheres e que 37,3% das 50,0 milhões de famílias brasileiras têm a mulher como responsável no rendimento familiar, o que representa 40,9% em

média. Dos 57,3 milhões de domicílios particulares permanentes, 38,7% tinham como responsáveis mulheres.

Esses dados demonstram que o número de mulheres que têm assumido o papel de responsáveis pelos seus domicílios vem crescendo, em decorrência dessa realidade de terem que administrar a escassez (Correia, 2015), lutar por moradia e se manter no trabalho, tudo isso diante de uma rotina entre reunião da escola dos filhos e demais atividades (Souza, 2013). Ao se debruçar sobre as especificidades do Programa de Renda Bolsa Família, pode-se constatar que a questão da desigualdade social está também relacionada a uma questão de gênero, caracterizando-se, então, uma pesquisa de interseccionalidade (Davis, 2016; Euzébios Filho, 2014; Mariano & Carloto, 2009).

Quando se relacionam categorias como gênero e classe, revela-se que a presente pesquisa se propõe a compreender tais categorias, bem como quais os processos psicossociais são fomentados, tendo como objetivo principal a análise crítica e reflexiva de mulheres beneficiadas pelo Programa de transferência de Renda Bolsa Família, que residem na periferia de São Paulo, recebem o Bolsa Família e elaboram a sua condição de classe e de gênero, entendendo essas dimensões como expressões da consciência política.

Em uma perspectiva feminista se pode apreender que o Programa Bolsa Família corrobora para a reprodução de um papel já determinado para a mulher, o que, segundo Fraser (2014), é uma produção e reprodução ideológica para a manutenção da dominação social no capitalismo. Evidencia-se, assim, uma relação de poder. Tal reprodução ocorre por vias materiais e simbólicas. A realidade material dessas mulheres já revela a sua condição de classe e, simbolicamente, uma linguagem presente na cultura. A linguagem pode ser uma forma simbólica de representação, construção de valores e de crenças presentes na vida social e que sustentam relações de dominação.

Tal linguagem corrobora uma dominação das mulheres dentro do sistema capitalista e, como mencionado anteriormente, o capitalismo propicia subsídios para a relação de poder existente entre homens e mulheres. Federici (2019), no seu livro “O Ponto Zero da Revolução” problematiza essa questão do lugar do trabalho doméstico e reprodução como um espaço de dominação pela via do capital. A autora entende que o capital se apropriou do trabalho doméstico quando a mulher compreende que, na sua expressão do feminino, a atividade doméstica está internalizada, ou seja, naturalizada. Essa naturalização perpassa, também, à esfera afetiva, pois como Federici (2019) mostra, em nome do amor, tudo se pode para as mulheres, a mulher é amante, amiga, psiquiatra do esposo e, ainda, trabalha a serviço do capital na manutenção e realização das tarefas domésticas.

A autora problematiza essas relações do capital com o trabalho doméstico. Para ela, deveria existir uma remuneração para o trabalho doméstico, para que as mulheres pudessem de fato exercer a autonomia de escolha e poder negar tal trabalho. Traz-se também uma provocação acerca do pagamento de tal remuneração, de que quem deveria pagar tal salário deveria ser o Estado e não o cônjuge (Federici, 2019), uma vez que o capitalismo oprime as mulheres. No entanto, as mulheres que mais sofrem com o acúmulo e sobrecarga de tarefas são as pobres, com maior número para as mulheres negras (IPEA, 2011), o que já foi pauta da discussão dos constructos teóricos do movimento feminista. Assim, as demandas se igualavam, quando se tratava de igualdade de gênero, mas não quando se tratava de classe e raça.

Será que o Programa, ainda que ajude a combater a miséria e a pobreza, pois a desigualdade não combate, ainda que tenha tido o intuito de administrar a desigualdade econômica (Euzébios Filho, 2014), não corrobora para esse lugar de opressão do gênero feminino? É claro que não se pode descartar que para uma pessoa, que vive em absoluta vulnerabilidade socioeconômica, possuir uma renda mensal seja significativo, porém, as condicionalidades do Programa direcionam mais uma atividade para as mulheres, para as mães. Estudos apontam que as mulheres são mais responsáveis, sendo mais garantido deixar a renda com a mãe. Será que essa condicionalidade também contempla as mulheres, uma vez que um número de mulheres, que criam seus filhos sozinhas, com pais ausentes, ou pais que possam estar presos, ou que não assumem?

Ainda que essa seja uma proteção para a mulher, corrobora-se para a mulher na manutenção da esfera do trabalho doméstico e na esfera da reprodução, reproduzindo o patriarcado e colocando a mulher no lugar de subjugada em uma relação de poder (Federici, 2019; Saffioti, 2014), pois o Estado cumpre, então, o lugar do marido, “provê a renda” e a mulher educa, cria e mantém o filho no bom caminho, transferindo para a beneficiária a quebra do ciclo de pobreza, como cita uma das diretrizes do Programa (Euzébios Filho, 2014).

Euzébios Filho (2014), ao discutir a consciência política das beneficiárias do Programa Bolsa Família, constata que as políticas de transferência de renda podem mascarar a clareza da consciência de classe, insurgindo em um fatalismo e resignação por parte das beneficiárias.

Carloto e Mariano (2013), na sua pesquisa dos aspectos diferenciais da inserção das mulheres negras no Programa Bolsa Família, puderam apreender que uma das dificuldades foi a articulação dos quesitos raça/etnia, classe e gênero. Esses quesitos estavam desagregados. A comparação de mulheres negras e não negras no estudo mostrou a predominância de mulheres negras, evidenciando uma significativa desigualdade como marcador social. As entrevistadas

referiram maior responsabilidade nas tarefas intrafamiliares atreladas às condicionalidades do Programa Bolsa Família.

O estudo também evidencia que as mulheres negras sofrem mais influência das normativas do Programa, corroborando para a manutenção dos tradicionais papéis de gênero. Machado e Paiva (2020) compreendem que o Programa Bolsa Família avigora papéis de gênero conservadores, obstaculizando uma possível reflexão crítica acerca da feminização da pobreza naquilo que seria uma parceria entre Estado e as beneficiárias. Os autores apontam para um lado controverso existente entre as políticas de transferência de renda. Assim, o Programa corrobora para uma naturalização dos papéis femininos na esfera reprodutiva e doméstica. Apesar disso, as produções científicas acerca do tema não se mostram tão aprofundadas sobre Machado & Paiva, 2020; Mariano & Carloto, 2009; Euzébios Filho, 2014).a temática e, para os autores, para uma melhor eficácia de tais políticas, cabe o debate das mulheres na criação das políticas públicas, o que deve se estabelecer diretamente na relação de trabalho e na responsabilidade doméstica das mulheres pelos seus lares.

Nesse sentido, toda a produção literária acerca do tema mostra que as participações das mulheres são limitadas e não se mostram ainda significativas para a superação da pobreza, potencializando essas mulheres em uma articulação política de luta de classes. As produções sobre o tema não podem estar desarticuladas, de pautas como o patriarcado, a relação com o capital e os papéis naturalizados de gênero (

Vale destacar que problematizar o diálogo sobre gênero e o Programa Bolsa família é muito importante, bem como é relevante que as políticas para combater a desigualdade social possam ter um dado expressivo no que se refere às mulheres. Assim, o que é pretendido também com este trabalho, é entender quais são as percepções que são edificados por mulheres que se beneficiam do Bolsa Família, ou seja, como elas assimilam a sua condição de gênero e qual a explicação produzida da contingência dos seus relatos.

Esse PBF é um modelo prático de programa que transfere renda em que a mulher está condicionada a ser o principal foco, sendo essa a titular desse benefício, justamente porque a mulher está ligada ao seu papel na esfera doméstica, bem como na reprodução. Assim, conforme Ferreira e Mariano (2014, p. 3):

Quando se transfere as responsabilidades para a mulher, o entendimento que se dá a isso, é que o Programa do Bolsa Família imita a divisão de papeis sociais de gênero são empregados na sociedade. Então quando o Estado divide o ente público do privado, o Estado corrobora para divisão de mundos, destinando a mulher que se encontra na situação de pobreza no âmbito privado, parasse dedicar aos cuidados dos filhos e da casa, a esfera do privado, dos cuidados com os filhos e com a casa, além seu do trabalho remunerado escasso ou informal.

Para Scott (1990), é preciso falar sobre a categoria de gênero para entender o que significa as representações de gênero, pois se cogita que ela faculta uma melhor compreensão da realidade, o que explica as diferenças e desigualdades construídas na sociedade, girando em torno do “feminino” e do “masculino.”

Essa divisão comporta, corrompe e revela o binômio que divide homens e mulheres, pelo qual são manipulados os papéis sociais diferentes, de acordo com o sexo biológico. Portanto, o gênero, sendo observado como categoria analítica, aparece dando apoio teórico ao processo de conhecimento das feministas para opor as determinantes sociais que legitimam ou tentam legitimar a dominação e a hierarquia feminina diante do masculino. O objetivo disso é desnaturalizar o conceito que foi difundido na sociedade entre o feminino e o masculino (Scott, 1990).

Dessa forma, Scott explica que esse conceito de gênero foi formado para contrariar o determinismo genético das relações entre homens e mulheres, fornecendo-se, assim, uma condição essencialmente social. Nesse sentido, a ideia de gênero revelaria que as mulheres e homens são determinados reciprocamente e não seriam compreendidos de maneira separada.

2.3 Feminismo Classista

Verifica-se que a luta das mulheres não pode ser considerada como secundária ou auxiliar, sendo, todavia, uma luta certamente classista, visto que engloba a luta da classe trabalhadora nas suas frações múltiplas. Tem-se, assim, que a necessidade relacionada com a autonomia do movimento pode ser caracterizada como feminista, não se desvinculando da esquerda, mas como uma maneira de ampliar o poder social feminino, bem como desvendar as especificidades e possibilidades dessa luta (Jacobina, 2020).

Diante desse panorama aparece o feminismo marxista, ou seja, um feminismo que possui um debate sobre o assunto de que para que a opressão de gênero acabe, deve-se terminar com a sociedade de classes vigente. Talvez, a bandeira mais importante, como uma crítica severa do feminismo marxista, resida no entendimento para dissipar o capitalismo (Gatto, 2019).

De fato, nota-se que a contribuição relacionada ao feminismo marxista se origina com as autoras socialistas entre os séculos XIX e XX, com destaque para as bolcheviques Clara Zekin (1920) e Alexandra Kollontai (1927). De uma maneira mais ampla, observa-se que o

marxismo destacava a opressão sofrida pelas mulheres como originada de uma opressão de classes, isso é, a opressão das mulheres findaria quando a opressão de classes pudesse ser substituída pelo socialismo. Entretanto, muitas mulheres presenciaram dificuldades com esse movimento operário, tendo em conta que elas eram, pelos seus companheiros de luta, oprimidas. Observou-se pelas feministas marxistas que era insuficiente a luta de classes para que a questão da opressão às mulheres fosse solucionada. De acordo com o estudo de Saffoti (1969), no Brasil, tem-se que o mesmo pôde contribuir em como pensar sobre a condição feminina, com base em uma tendência marxista inserida no panorama brasileiro (Pinto, 2003).

Dessa forma, denota-se que o contexto do feminismo atual encontra uma estratégia comum dentro da teoria revolucionária marxista, ou seja, uma luta voltada para uma liberdade substantiva, que principalmente exige um pensamento sobre as relações sociais, bem como sobre os conflitos e contradições que os compreendem e uma ação coletiva voltada para um projeto associado classista. Desse modo, verifica-se que não é suficiente para nós apenas refletir sobre as categorizações individuais do ser mulher e do ser homem, bem como nas liberdades de maneira individualizada, visto que esse ponto também é relevante (Cisne, 2018).

Por certo, tem-se que as inúmeras explorações e opressões que ocorrem na vida das pessoas podem ser estruturalmente determinadas pelas relações sociais de gênero – inserindo-se a sexualidade – classe e raça, que de uma maneira dialética e imbricada representa as diversas expressões do tema social, tanto na resistência política quanto no tamanho da desigualdade. Enfim, compreendem-se como relações sociais aquelas que estejam relacionadas com lutas, explorações e conflitos entre classes e grupos antagônicos. Mais precisamente, existe um entendimento de que as relações sociais de classe, raça e gênero são estruturantes e antagônicas, tendo em conta que essas relações conseguem determinar a exploração do trabalho materialmente, pela divisão de gênero, raça e classe de trabalho (Cisne, 2018).

Com efeito, tem-se que o patrimônio categorial associado à tradição marxista, embasado em um contexto metodológico referente ao materialismo dialético e histórico, desvela e ilustra os fundamentos concretos da forma de produção em um tripé capitalista-racista-patriarcal, fazendo com que haja uma intervenção para a atuação e organização feminista classista, bem como antirracista. Pautada nessa direção, nota-se que esse patrimônio categorial propicia uma compreensão da condição feminina no mundo capitalista, assim como destaca a sua participação política primordial como parte da classe trabalhadora na formação de um projeto societário com caráter emancipador (Cisne, 2018).

Diante desse contexto, os movimentos feministas podem ser caracterizados como massivos coletivos desde o tempo da Terceira República da França, após o ano de 1880, como

se eles tivessem existido apesar dos movimentos classistas e marxismo, ou seja, especialmente, o sindicalismo do Partido Comunista Francês (PCF) e da *Confédération Générale du Travail* (CGT) (Bonnet, 2020).

Ainda assim, conforme destacado pelo estudo de Aguiar e Rojas (2019), tem-se que os movimentos associados com a libertação feminina, bem como os movimentos vinculados aos direitos civis podem ser considerados como policlassistas, tornando-se plausíveis as ideologias dominantes que se mostram como normais. Entretanto, quando existem aprofundamentos da luta de classes e momentos de crise, evidencia-se que esses movimentos possuem a tendência ao radicalismo e aparecem no movimento a presença de tendências anticapitalistas. Como exemplo evidente dessa problemática, pode-se citar o Maio de 1968², na França.

Ao longo desse período, foi aberto um novo capítulo referente ao feminismo marxista, em um momento delineado por renovação tanto do feminismo quanto do marxismo. Podem ser destacados eventos como Maio de 1968, Revolução Cubana, bem como a urgência de uma “Nova Esquerda” que, primeiramente, nutriram um renovado interesse voltado para a tradição marxista em muitos países, principalmente direcionado para uma nova geração de intelectuais e ativistas associados às universidades, não limitados aos movimentos sociais, que serviram de cenário para um “retorno à Marx” na Inglaterra, Estados Unidos da América (EUA), na França e, inclusive, no Brasil, que buscava nesse instante fundamentar um marxismo nacional, próprio, associado às contradições e cultura de um país capitalista dependente, quando feita a leitura detalhada de “O capital de Marx” (Marcelino, 2019).

Por certo, notou-se que esse feminismo marxista, ao final da década de 1970, sofreu muitas críticas pelo estruturalismo, por ter minimizado a luta das mulheres a simplesmente uma luta contra o capitalismo. Como exemplo disso, o feminismo capitalista aborda que “o feminismo e o marxismo (como um em casamento) são um, e o marxismo compreende esse um” (Kantola, 2006, p. 9). Diante da falta de atenção ao patriarcado como um sistema de exploração e do reducionismo marxista, surgiram algumas propostas pelas autoras, que intencionaram explicar e entender a subordinação feminina. A urgência em empregar conceitos de capitalismo e patriarcado fez com que elas criassem abordagens que pudessem se inter-relacionar com os conceitos, tendo em conta a interrelação central voltada para a específica exploração feminina. Existe, assim, a defesa da concepção de patriarcado como um sistema que repete o domínio masculino sobre as mulheres, bem como a específica e a redefine para distintos modos de produção (Monteiro, 2011).

² Movimento social que teve repercussão mundial. <https://www.politize.com.br/maio-de-1968/>

Diante desse panorama, pode ser delineado um novo paradigma contestatório para que a condição feminina pudesse ser pensada. Por um ponto de vista, ficou cada vez mais evidente que não era homogêneo na sua formação o movimento das mulheres, todavia, ele era diverso, não somente em questões voltadas para a classe (conforme descrito pelas socialistas clássicas), mas vinculados com temas de nacionalidade, sexualidade e raça, visto que as lutas das mulheres não se limitavam a um protagonismo de mulheres brancas da classe trabalhadora da Europa e da classe média, mas de mulheres do “terceiro mundo”, lésbicas e negras. Dessa forma, nota-se que o destaque na pluralidade de experiências – destacado na primeira onda pelas feministas negras abolicionistas – teve mais destaque, em contrapartida ao domínio de um feminismo situado como heterossexual, branco e ocidental, ou seja, caracterizado como um feminismo “pretensamente universal”. Dessa forma, expandiu-se o modelo associado com a emancipação moderna fundamentada em uma concepção global de igualdade oriunda da Revolução Francesa, que foi considerada o fundamento para as reivindicações feministas que ocorreram na primeira onda.

Por outro lado, tem-se que *La Voix des Femmes* foi criada no ano de 1917, sendo um jornal que se autointitulou como “internacionalista, socialista, pacifista e feminista”. Esse jornal não foi até hoje estudado sistematicamente. Por certo, nota-se que esse jornal foi organizado por feministas marxistas, que estavam, na sua maioria, associadas ao Partido Comunista e ao CGT. Antes do ano de 1945, foi o único jornal a discutir de maneira aberta sobre temas como divórcio, aborto e sexualidade – assuntos que foram abandonados pelo feminismo republicano e feminismo dominante nesse período. Em terceiro lugar, deve-se destacar o ocorrido de que o emprego da expressão “relações sociais de sexo” é de autoria de Madeleine Pelletier na França, uma pessoa de destaque do feminismo revolucionário que escrevia para esse jornal, bem como enfrentou o feminismo que era caracterizado apenas como uma luta de classes. Essa revolucionária procurou, ao longo de toda a sua vida, fornecer respostas imediatas e práticas para a falta de consideração associada com setores importantes do movimento socialista direcionados para a situação das mulheres, assim como se esforçando para desenvolver métodos voltados para as mulheres, para que pudessem, parcialmente, sair da condição de submissão, com o intuito de beneficiar o enfraquecimento do capitalismo e de se reunir às forças revolucionárias (Bonnet, 2020).

Por certo, nota-se que o conhecimento histórico que foi adquirido atualmente, presente no âmbito acadêmico da França e com relação aos movimentos sociais classistas e movimentos feministas, formou-se, na sua maioria, na “história das mulheres”. Nos dias atuais, essa história possui muitas características relacionadas com um campo institucional verdadeiro, visto que

apresenta editores, revistas, associações, centros de pesquisa, cursos dedicados, bibliotecas, prêmios, entrevistas na televisão, programas de rádio, dentre outros meios. No âmago desse campo, ao longo de cinquenta anos de existência, legitimou-se uma abordagem que propiciou a formação de uma tradição de pensamento em que as mulheres eram reconhecidas como atrizes da história, considerando que até esse momento eram totalmente esquecidas. Há também uma descrição sobre o desenvolvimento da história e própria história da sua criação, fundamentando-se, dessa forma, a sua estabilidade simbólica pela busca de coerência, unidade, exposição de correntes e divergências (Thébaud, 2007).

De fato, também pôde ser verificada a importância e a diversidade das lutas que foram conduzidas na corrente feminista classista até o ano de 1973, ou seja, período da criação do setor universitário referente à “história das mulheres” e momento em que houve a formação do *Mouvement de Libération des Femmes* (MLF). De acordo com o estudo de George (2012), o autor destacou as lutas feministas e as lutas coletivas relacionadas com o sindicalismo classista como vinculadas historicamente. Esse autor também polemizou, visto que o seu trabalho foi acusado como de “propaganda” e “ideologia”, mas conforme se analisa o trabalho desse autor em detalhes, resistem até os dias atuais questionamentos como: qual é a origem do silenciamento e como será possível explicá-lo? Como tivemos que esperar os anos 2000 para que as iniciativas citadas pudessem ser escritas, algumas delas de vanguarda, e como elas não estão presentes no discurso indicado pela “história das mulheres”?

Com base no trabalho de Chaperon (2012), o autor abordou o tema entre feminismo e marxismo como uma relação de conflito. Segundo o estudo de Thébaud (2009, p. 5), o autor fez uma crítica sobre a postura classista, com uma interpretação do feminismo como algo “solúvel” referente à luta de classes, acarretando perpétuos conflitos. Por certo, Perrot (1999) também direcionou o seu foco ao assunto relacionado à “discriminação”, que teria sido provocada contra as mulheres pelo marxismo, tanto em exemplos históricos quanto na teoria. Então, historiadoras pioneiras relacionadas com o sindicalismo de classes puderam destacar, sobre elas mesmas, uma situação desconfortável do sindicalismo, quando ele é colocado à prova (Maruani, 1979). Do mesmo modo, há a presença de uma “resistência operária”, que está manifestada em um ambiente masculino (Zylberberg-Hocquard, 1978), que, dessa forma, seria “perpetuado e recriado” nas organizações.

É abordada, assim, uma visão que atua em convergência com um feminismo classista e socialista que ganha terreno na América Latina, sendo pautado na descolonização, bem como “na denúncia da impossibilidade do feminismo liberal em conseguir fornecer as respostas sobre as contradições vitais que atingem as mulheres mesmo depois de longos períodos de

neoliberalismo”, inclusive, na privação de direitos básicos, como garantia de vida e saúde pública (D’Atri, 2017, p. 30). Por certo, a questão mais delicada desse feminismo que não possui barreiras - sejam barreiras de etnia, gênero, patriarcais ou mesmo de marcações geopolíticas - é que não se delimita a luta da mulher relacionada com a luta de classes em benefício de outro modo de organização da sociedade, ou seja, fazendo uma denúncia da inviabilidade e falência do neoliberalismo, visto que as sociedades meridionais são caracterizadas como um âmbito de experiência mais agressivo desse sistema falho (Aguilar & Rojas, 2019).

Ao fornecer também respostas sobre a tensão realizada por grupos feministas, bem como por mulheres que participam de movimentos sociais que detinham a estrutura classista, nota-se que os movimentos de classe também se voltaram para o assunto de gênero – mesmo que vagarosamente – e paralelamente a isso, apareceram movimentos feministas que estavam relacionados, de maneira especial, ao assunto de classe. Como exemplo disso, pode-se citar os movimentos autônomos associados às mulheres rurais. Mesmo que o tema esteja intrinsicamente associado com o gênero e classe, ele se remete à concepção de interseccionalidade, que faz uma articulação dentre raça, classe e gênero, sendo plausível averiguar um *gap* com relação à raça (importante categoria para a concepção de interseccionalidade), presente no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (Santos, 2019).

De certa forma, mesmo que a trajetória relacionada com a mobilização das mulheres do campo ainda possa ser justificável, torna-se relevante ponderar que esse caráter classista (ou mesmo denominado como popular) do feminismo do campo também se origina dos estudos dessas mulheres que puderam ter formações com influência política e teórica oriundas do marxismo durante a trajetória do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Ao ter esse reconhecimento, ele nos convida a refletir sobre a maneira errônea de pensar que formulações e ações de mulheres camponesas estariam desvinculadas das discussões referentes aos assuntos feministas. De acordo com o estudo de autoras como Federici (2017), tem-se que o mesmo tem sido uma base para essas mulheres, assegurando a visão de que o capitalismo precisou de conhecimentos e corpos femininos para se fundamentar e que o patriarcado pode ser caracterizado como um sistema de dominação que nutre o capitalismo.

Depois desse momento, torna-se possível fazer a identificação de dois movimentos atualmente, por ser um movimento representado pela luta das mulheres de classes menos favorecidas, normalmente trabalhadoras industriais, e outro caracterizado pelo feminismo privilegiado, classista, urbanizado e midiático. Estando alinhadas ou não, essas trajetórias

provocaram e convergiram em um embate interessante, bem como para a redefinição na história, acarretando o questionamento de uma raiz antifeminista relacionada com produção da ciência em geral e de todo conhecimento (Santos, 2018).

Com esse embasamento teórico, destacou-se no estudo de Matthaei (2002), quanto à relevância de um feminismo classista para que houvesse uma luta voltada para uma igualdade substantiva e social, sendo necessário “construir um conhecimento que seja verdadeiramente libertador e objetivo”, que manifesta “uma teoria em que seja plausível fazer uma análise das diferenças étnicas/raciais e de gênero e de uma interdeterminação de classe”, assim como convergir esse saber para a luta coletiva voltada para a transformação da sociedade. Assim, o estudo de Julie Matthaei (2002) destacou que essas categorias não podem ser caracterizadas como um elo distinto da identidade de uma pessoa, mas é vista como um processo interdeterminante. Dessa forma, não há como pensar nas relações sociais de classe, raça/etnia e sexo isoladamente, mas como um elo dialético (Cisne, 2018).

Por outro lado, há no Brasil algumas tendências sobre a relação do marxismo com o movimento feminista que apareceram ao longo das primeiras décadas do século passado, com destaque para Maria Lacerda de Moura, que fazia a defesa de uma radical emancipação da mulher, posicionando frequentemente a exploração do trabalho como um tema central. A defesa de ideias de Maria Moura se centrava: “No estudo das causas sociais associadas com a condição feminina, destacando-se como o maior responsável o próprio capitalismo, e o homem como o sujeito opressor que é identificado no sistema capitalista, como o patrão que acabava explorando as mulheres” (Pinto, 2003, p. 27).

Todavia, considera-se que Heleieth Saffioti foi a precursora do feminismo marxista, que lançou no início de 1969 o livro “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” e que se distanciava do reformismo relacionado com o movimento feminista burguês e simplório voltado para as conquistas de direitos formais femininos, visto que há um foco somente em que a condição de classe de cada pessoa está subordinada à questão do gênero. Assim, essa obra fez uma aproximação do panorama marxista do feminismo para identificar que a emancipação da mulher não teria como acontecer no capitalismo. Essa autora consegue enxergar que esse modo de produção é caracterizado como: “Uma concreta configuração de vida, e cada tipo estrutural relacionado com a sociedade capitalista como um passo de crescimento de uma maneira contraditória do sistema de produção social, que atinge seu ápice com a plena realização da sociedade capitalista” (Saffioti, 1976, pp. 33-34).

Por certo, esse sistema inclui as mulheres de maneira precária com base nas necessidades que elas devem reproduzir. Revela-se desse panorama a dialética marxista como

um método que possui um elevado valor heurístico, visto que isso propicia não apenas a realização associada com o teste comprobatório referente às formulações clássicas, inclusive a concepção de Marx, mas uma inserção crítica por formulações teóricas e dialetização de conceitos, que têm origem em diferentes concepções históricas (Saffioti, 1976, p. 19).

Dessa forma, um dos desafios mais evidentes voltados para o movimento feminista nos dias de hoje reside em poder fazer uma articulação dele com uma perspectiva classista radical, e com o enfrentamento desse sistema opressor e desigual. Por esse motivo, torna-se urgente e primordial, conforme destacado por Cisne que haja “A formação de um feminismo que insira as peculiaridades das mulheres, sem que ele não se fragmente em suas ‘identidades’, mas que possa articular essas identidades ao redor de um projeto societário que seja classificado como radicalmente emancipatório” (Cisne, 2014, p. 250).

Logo, pôde concluir que o estudo de Oliveira (2017) referente ao movimento feminista, indicou que um dos maiores desafios desse movimento, atualmente, reside no fato de poder articulá-lo a uma visão que seja radicalmente classista. Apenas uma convergência ampla de lutas antirracistas, antipatriarcais, anticapitalistas, bem como a capacidade de organização de poder formular estratégias coletivas poderão indicar os rumos emancipatórios para formar uma nova sociabilidade.

2.4 A Importância da Interseccionalidade

Para uma melhor compreensão do objetivo da presente pesquisa, fez-se necessário discorrer sobre alguns conceitos teóricos, que fundamentam a reflexão proposta. A escolha por uma temática que contemple categorias como gênero e classe, em uma perspectiva feminista, caracteriza-se como um estudo interseccional. Um estudo interseccional é de extrema importância para os debates da contemporaneidade, principalmente nos últimos anos no Brasil, em que a política brasileira vem sofrendo significativas mudanças e impactando na desigualdade social predominante no país. Pesquisar a realidade cotidiana dessas mulheres reflete não só uma parte, mas toma representatividade da população mais carente na sociedade brasileira. Segundo Collins, a interseccionalidade:

[...] investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária-entre outras-são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas, das experiências humanas (Collins, 2020, p. 18).

A autora enfatiza que, embora genérica, tal conceituação reflete, de maneira simples, o que seria a interseccionalidade. Poderíamos, ainda, acrescentar a definição cunhada por Atewologum, de que o conceito de interseccionalidade é carregado de diversos sentidos, podendo ser definido como:

A interseccionalidade é uma estrutura ou abordagem crítica que fornece a mentalidade e a linguagem para examinar as interconexões e interdependências entre categorias e sistemas sociais. Este artigo apresenta uma visão geral do conceito de interseccionalidade, sua relevância para a gestão e as organizações, os debates e tensões associados à teorização e prática da interseccionalidade e considerações para a teoria e prática da interseccionalidade no futuro (Atewologum, 2018, p. 2).

Compreende-se a interseccionalidade como teoria e metodologia que possibilita uma análise crítica e cria uma linguagem para a compreensão dos encontros de duas ou mais categorias e eixos sociais, sistema de poder ou dominação e opressão (Atewologum, 2018). É a partir da interseccionalidade que é possível fazer uma análise que contemple desde os aspectos identitários socialmente, das características sociodemográficas, papéis sociais, orientação sexual, nacionalidade e religião, considerando as relações de poder e opressão. A autora enfatiza que um estudo interseccional se coloca como um novo paradigma para a compreensão e análise psicológica e social dessas singularidades no campo social. Ser mulher pobre, no Brasil, é fazer parte de um contexto de desigualdade, dominação e opressão patriarcal estruturados nessa sociedade. As mulheres negras brasileiras são as que lideram o ranking estáticos da desigualdade social, desde a sua remuneração laboral até a violência obstétrica (IPEA, 2011). Crenshaw (2015) chama a atenção de que a interseccionalidade não seja perdida como método de análise das relações de poder. Foi a partir do movimento negro estado unidense que se fundamentou a importância dos estudos que identificavam o cruzamento do encontro dessas categorias (Davis, 2016; Hooks, 2019; Atewologum, 2018; Crenshaw, 2015).

Gênero, raça e classe são, então, categorias analíticas fundamentais para a compreensão da atual conjuntura política e como forma de instrumentalização para a construção de ações efetivas de resistência para essas categorias. Historicamente, a realidade de desigualdade estrutural dessas mulheres teve o seu início, no Brasil, desde o período do Império, concomitantemente com as transformações sociodemográficas desse período (Alves et al., 2019). Com a constituição do Código Civil de 1916, legitimou-se o domínio e a predominância do sexo masculino, definindo o marido como chefe da sociedade conjugal, instituindo, dessa forma, o poder patriarcal.

As condições para a legitimação dessa relação de poder sobre as mulheres se fundamentam na divisão dos sexos e, segundo Saffioti (2013), operam nas sociedades de classe, afastando-se de desvendar os mecanismos que incubem a naturalização dos papéis femininos na esfera doméstica, pautados na justificativa biológica e psíquica do sexo feminino. Isso pode ser refletido na divisão de trabalho, como alegar que determinados cargos são melhores para os homens do que para as mulheres, que as mulheres possuem uma personalidade frágil e que dão subsídios para desigualdades salariais, inclusive.

Hooks (2019), Davis (2016) e Crenshaw (2015) enfatizam e destacam a importância das teorias feministas se debruçarem, de fato, nas análises interseccionais. Segundo as autoras, as teorias e os movimentos feministas, que foram crescendo ao longo do tempo, advinham de mulheres brancas pertencentes à classe média e classe alta, como comenta Crenshaw:

A interseccionalidade é uma sensibilidade analítica, uma forma de pensar a identidade e sua relação com o poder. Originalmente articulado em nome das mulheres negras, o termo trouxe à tona a invisibilidade de muitos constituintes dentro de grupos que as reivindicam como membros, mas muitas vezes deixam de representá-las. As rasuras interseccionais não são exclusivas das mulheres negras. Pessoas de cor dentro dos movimentos LGBTQ; meninas de cor na luta contra o gasoduto escola-prisão; mulheres nos movimentos de imigração; mulheres trans nos movimentos feministas; e pessoas com deficiência que lutam contra o abuso policial – todos enfrentam vulnerabilidades que refletem as interseções de racismo, sexismo, opressão de classe, transfobia, capacidade e muito mais. A interseccionalidade deu a muitos defensores uma maneira de enquadrar suas circunstâncias e lutar por sua visibilidade e inclusão (Crenshaw (2015, p. 1, tradução livre da autora).

Nesse sentido, a produção de conhecimento sobre essas categorias não pode deixar de contemplar todas as esferas que circunscrevem a vida dessas mulheres pobres, que recebem o Bolsa Família, cotidiano esse que se difere e diverge de mulheres pertencentes às classes econômicas mais abastadas e que, em suma, podem fomentar um feminismo neoliberal.

A expressão da vida dessas mulheres socialmente se caracteriza de maneiras distintas, desde a constituição da sua subjetividade até a incorporação dos seus papéis. Segundo Hooks (2019), as feministas reconheciam que havia uma hierarquia de classes nos grupos que defendiam as pautas feministas. Na criação das pautas reformistas e libertadoras para as mulheres, na sua luta por igualdade, notavam-se alguns conflitos, pois o grupo não contemplava a hierarquia de classe e raça presente. Segundo a autora, nos primórdios dos movimentos feministas norte-americanos, havia certa negação das mulheres brancas que participavam do movimento da diferença de classe e do racismo existente no grupo. As pautas iniciais se caracterizavam por um grupo de mulheres brancas e de classes mais privilegiadas, que lutavam

por condições igualitárias pertencentes ao seu grupo, ou seja, homens brancos, classe dominante, como cita Hooks (2019, p. 75): “As mulheres brancas com privilégios de classe rapidamente se declararam ‘proprietárias’” do movimento, colocando as mulheres brancas da classe trabalhadora, as brancas pobres e as não brancas na posição de seguidoras.

A autora problematiza teoricamente as pautas defendidas no início dos movimentos feministas e salienta a importância da participação das mulheres negras e trabalhadoras para a emancipação e libertação de uma relação de dominação do patriarcado, compreendendo que o feminismo só teria efetividade, uma vez que todas as mulheres fossem contempladas e, por se tratar de uma prática inclusiva, a interseccionalidade tem por finalidade a sua prática metodológica no campo das pesquisas atreladas à teoria feminista (Atewologum, 2018).

Dessa forma, os movimentos feministas compreenderam que toda luta por reformas e revolução só seria efetiva com as intersecções das categorias raça, sexo e classe (Hooks, 2019; Davis, 2016). Em busca da emancipação e de uma reforma nas relações de poder, as mulheres iniciaram, em momentos distintos, uma luta por igualdade. No entanto, essa luta vinha com propostas distintas, pois havia as mulheres brancas de classe média, que lutavam por seus ideais representados pela burguesia, as mulheres brancas e negras operárias da classe trabalhadora, que lutavam por direitos e condições de trabalhos dignas e, concomitantemente, as mulheres negras na luta contra o racismo na sociedade como um todo e nos movimentos feministas, como explicita Biroli (2018, p. 78): “O foco das ações e tensões, nessa participação constitui-se nas conexões entre a luta das mulheres e a luta de classes, entre as necessidades específicas das mulheres e a necessidade de uma transformação social geral”.

Hooks (2019) afirma que só haverá uma libertação genuína para as mulheres, propondo uma mudança social que desafia as condições de classe. A autora mostra que lutar contra a dominação e a opressão do patriarcado é também compreender o impacto da sociedade capitalista. Algumas mulheres conquistaram poder de classe com desigualdade de gênero. Enquanto algumas mulheres ascendiam economicamente, outras vivenciavam situações políticas de imigração que eram aplicadas, retirando a assistência social de outras e criando uma classe mais inferiorizada ainda.

Essas ações fomentam e dão subsídios para a disparidade econômica entre as classes sociais e, como nomeia Hooks (2019), a feminização da pobreza, que demanda pautas inclusivas, bem como a produção de conhecimento da relação da dominação e patriarcado, estão intrinsecamente relacionados com o capitalismo. As condições concretas dessas mulheres precisam ser contempladas, ou seja, a base material se torna imprescindível para o movimento feminista para mulheres pobres e trabalhadoras.

Hooks (2019), Davis (2016) e Federici (2019) indicam a necessidade de que os movimentos feministas suscitem uma conscientização crítica, cuidando para que as pautas defendidas, pelos movimentos feministas, não sejam capturadas pelo sistema de dominação e opressor, favorecendo e alimentando a estrutura da qual desejam se libertar. Isso será discutido no próximo eixo teórico.

2.5 Decodificação das Relações de Poder: Gênero e Classe como Dimensão do Processo de Conscientização

Como vimos, a condição da mulher está profundamente aproximada da condição de classe, ainda que haja especificidades. Por isso, ao falar do Programa Bolsa Família, aborda-se a renda e o gênero, uma vez que há uma predileção para que as mulheres sejam as responsáveis pelo cadastramento e pela manutenção das solicitações do Programa para o recebimento do benefício. Falar sobre Gênero consiste em uma leitura que contemple uma série de condições e construções. As próprias explicações para a palavra Gênero abrangem dimensões histórica, biológica, bem como dimensão subjetiva e política (SCOTT, 1989).

Ao se apropriar de um termo, uma palavra, é importante atentar-se para a sutileza que se coloca. Scott (1989), na sua construção e análise, em torno da palavra Gênero, mostra que também há uma relação de poder implícito ou explícito, no seu texto, pois um conceito pode se prestar como ferramenta de manipulação ou também um instrumento de dominação.

Quanto à dimensão subjetiva de todo o processo envolvido, quando se fala de Gênero, há uma complexidade e possibilidade muito maior do que até então se tem explorado, ou produzido sobre o tema. Há que se contemplar também a construção política que proporciona a percepção de se estar inserido em um discurso ideológico, que se reproduz, mas sem nenhuma familiaridade com o termo ou com os efeitos da nomenclatura e categorização que se pode trazer para o todo ou se perder nesse conjunto de categorias.

A palavra Gênero pode ser compreendida, segundo Teles (2017), como uma categoria de análise no campo das Ciências Sociais. O seu uso revela e analisa condições de desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais entre mulheres e homens. A investigação em torno do conceito de gênero transparece o quanto o poder masculino tem dominado a população feminina e aponta como essas relações se desenvolvem.

O termo Gênero expressa uma variação de significações, porém, aqui se atentará ao termo cunhado pelas Ciências Sociais e Políticas, visto que a palavra Gênero significa, segundo o Dicionário Aurélio (2004), classe ou espécie. No sentido antropológico, ela é descrita como

forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade e que se manifesta nos papéis e status atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos.

Teles (2017) evidencia a dificuldade da conceituação da palavra Gênero. Há a significação no campo antropológico, que teve o seu início com as feministas norte-americanas, que passaram a utilizar o termo Gênero como forma de enfrentamento e combate à alegação do determinismo biologicista para explicitar as desigualdades sociais entre os sexos. A autora também aponta uma confusão no entendimento da tradução da palavra, em função de algumas concepções teóricas que induzem ao entendimento popular atrelado ao sexo, na concepção biológica ou na substituição da palavra Gênero por mulher.

Saffioti (2004) compreende o gênero como um conceito de ordem política, que reflete a opressão feminina quanto à necessidade de transformar as mulheres em protagonistas das suas próprias histórias. Embora o termo gênero englobe muitas conceituações que vão desde a sua identidade social, a incorporação de papéis e a vivência da sua sexualidade, esse não será o foco do presente estudo. A discussão proposta será de como as mulheres que recebem o benefício do PBF se expressam nas suas condições de classe e gênero pela sua consciência política e não numa discussão que trate de sua identidade de gênero, o que pode ser futuramente uma pauta a ser contemplada em estudos futuros.

Pode-se, então, dessa forma, compreender que há um direcionamento no papel que a mulher “cumpre” socialmente e que, segundo Heller (2014), seria transmitido pela cultura por significações e representações, antes mesmo da existência dessa função, que resulta de numerosos fatores da vida cotidiana.

A autora indica que essa significação abarca uma variedade de significados. Entre esses, há a imitação, a representação, uma mimese humana, na qual o homem imita modos de conceituar a ação. A mimese se baseia, igualmente, na assimilação de papéis, pois para Heller (2014), sem a imitação ativa, na totalidade de um comportamento não haveria assimilação de papéis. Em outras palavras, há alguma reprodução e produção dos papéis socialmente, em uma forma de representação do que significa ser mulher, que compreende alguns papéis, como: a maternidade, a sexualidade, a corporeidade e a relação de trabalho.

A construção do papel feminino ou da representação de ser mulher também apresenta caráter ideológico, em função da dominação do patriarcado e do capitalismo com a divisão das classes sociais. Como já mencionado, no primeiro capítulo, a representação do que é ser mulher tem relação com todas as esferas da vida cotidiana e a constituição da sua subjetividade está intrinsecamente relacionada com a sua condição material, como aponta Marx e Engels (2007),

uma vez que toda proposta de análise do humano só pode ocorrer atrelada com sua condição material. Além disso, pode-se, de forma análoga, inferir que as condições de vida do dono do capital é diferente da vida do proletariado e as condições de produção do capital também serão significativas na elaboração da vida de cada sujeito.

A relação da patroa com a sua empregada doméstica e a divisão de classe refletirão na constituição da sua subjetividade, ou seja, na sua compreensão de mundo - uma compreende que deve ser servida e a outra compreende que precisa servir. A sutileza que se revela na relação acima citada marcará o componente ideológico na divisão das relações de dominação.

As feministas do início do movimento de emancipação buscavam igualdade, porém entendiam que essa desigualdade ocorria na realização das tarefas entre homens e mulheres, como já citado anteriormente. Após o movimento das feministas negras e da classe trabalhadora, foi possível compreender que a dominação pelo patriarcado estava ligada também à dominação pelo capital (Teles, 2013; Federici, 2019; Saffioti, 2013).

Segundo Marx e Engels (2007), as condições materiais compõem a construção de cada indivíduo, sendo essas determinantes para o lugar na história e singularidade na composição da vida. Tais condições refletirão na sua historiografia, sua percepção de mundo, lugar de pertencimento na sociedade e sua consciência. Nesse sentido, o materialismo histórico e dialético contribui para a compreensão na presente pesquisa. Ao se debruçar sobre como as expressões da consciência política dessas mulheres ocorrem, se direciona para aspectos importantes, tais como compreender como essa relação se caracteriza, quais os sentidos produzidos a partir das narrativas dessas mulheres, como a sua condição de classe e gênero contribui e se caracteriza no processo da construção da sua consciência.

Atentar dialeticamente para tais processos que fomentam e contribuem para a compreensão da consciência política é também decodificar tais relações, interpretá-las, chamando-se aqui de consciência política a condição de decodificar os mecanismos e códigos culturais compostos ideologicamente, que produzem e corroboram para a dominação de gênero.

Tal arcabouço se apoiará no conceito de consciência cunhado por Paulo Freire e Ignacio Martín-Baró. Freire (2019) compreende como consciência a capacidade de criticidade dos fenômenos que se apresentam para o ser em todos os aspectos psicossociais, tais como sua condição de classe, a sua condição de gênero, assim também como a codificação e a decodificação dos processos ideológicos presentes na sua subjetividade e na relação com o mundo desse indivíduo. Já para Martín-Baró (2016), o processo de conscientização se dá por uma transformação social que parte da inserção do indivíduo em ações coletivas. Essa transformação precisa ser mediada e abrir novas possibilidades, como a de mudar o lugar do

sujeito socialmente, saindo de uma posição de desumanização e oprimido. Para Freire (2019), a conscientização significa a codificação e decodificação dos fenômenos que caracterizam a vida humana, como explica o autor:

A consciência é essa misteriosa e contraditória capacidade que tem o homem de distanciar-se das coisas para fazê-las presentes, imediatamente presentes. É a presença que tem o poder de presentificar: não a representação, mas condição de apresentação. É um comporta-se do homem frente ao meio que o envolve, transformando-o em mundo humano. Absorvido pelo meio natural, responde a estímulos; e o êxito de suas respostas mede-se por maior ou menor adaptação: naturaliza-se. Despedado do seu meio vital, por virtude da consciência, enfrenta as coisas objetivando-as, e para se tornarem desafios. O meio envolvente não se fecha, limita-o - o que supõe a consciência além do limite. Por isto, porque se projeta intencionalmente além do limite que tenta encerrá-la, pode a consciência desprender-se dele, liberar-se e objetivar, transubstanciando o meio físico em mundo humano (Freire, 2019, p. 18).

É nessa relação entre objetividade e subjetividade da vida que a consciência ocorre, dialeticamente na vida do indivíduo, nas percepções, crenças e atribuição de sentidos que somente o humano pode atribuir na sua existência, assim como também pode transformar a sua relação de objetividade com o meio vital, pela consciência que possui disso. Freire (2019) compreende que há níveis de manifestações da consciência, que seriam a consciência semi-intransitiva, consciência transitiva ingênua e consciência transitiva reflexiva. A consciência semi-intransitiva seria uma imersão do indivíduo nas estruturas, partindo-se do pressuposto de uma relação de dominação. Nesse sentido, pode-se afirmar que tal indivíduo se encontraria capturado, imerso pelos códigos e ideologias sem condições de agir criticamente, com certa passividade, só refletindo e reproduzindo sem questionamentos. Essa seria a limitação da sua apreensão ou mesmo se percebe tal inserção e não se consegue transformar a sua relação com a realidade.

A consciência transitiva ingênua se caracteriza por uma capacidade de simplicidade das interpretações dos problemas, apresenta forte gregarismo em decorrência da massificação, fragilidade na argumentação e as soluções fabulosas e mágicas ainda se mantêm, o que segundo Freire (2019): “É a consciência do homem massa”, incorrendo em ideias mágicas ou fatalismo. Já a consciência transitiva se volta para a responsabilidade social e política do indivíduo, apresentando profundidade na interpretação dos problemas. O fatalismo e as ideias mágicas não se apresentam, tendo um caráter mais empírico da experiência se abrindo para novos questionamentos, despindo-se de preconceitos, de ideologias e de crenças fabulosas. Há também uma implicação cultural, histórica e democrática do indivíduo, questionamentos e diálogos inquietantes e investigadores.

Embora o autor nomeie os níveis de consciência, é importante ressaltar que a consciência não é algo acabado e estático. Freire (2019) apresenta uma peculiaridade no seu texto, de que a consciência é transitiva, ou seja, não é algo acabado, mas algo que sempre transcende o tempo e a história, sempre mudando na sua relação com o homem, sempre dialética.

Dessa forma, pode-se, então, apoiar em Martín-Baró (1996), que entende, assim como Freire (2019), que toda transformação precisa ser acompanhada de ação. Para Martín-Baró (1996), a psicologia social tem um compromisso ético-político com as classes populares, compreendendo que o fazer do psicólogo precisa ser em campo, auxiliando os indivíduos para uma prática libertadora, emancipatória e na compreensão da identificação dos mecanismos opressores existentes nas sociedades dominantes e opressoras. O autor compreende consciência como:

A consciência não é simplesmente o âmbito privado do saber e sentir subjetivo dos indivíduos, mas, sobretudo, aquele âmbito onde cada pessoa encontra o impacto refletido de seu ser e de seu fazer na sociedade, onde assume e elabora um saber sobre si mesmo e sobre a realidade que lhe permite ser alguém. Ter uma identidade pessoal e social. A consciência é o saber, ou o não saber sobre si mesmo, sobre o próprio mundo e sobre os demais, um saber prático mais que mental, já que se inscreve na adequação às realidades objetivas de todo comportamento, e só condicionada parcialmente se torna saber reflexivo [...] (Martín-Baró, 1996, p. 14).

O autor entende que é o psicólogo com compromisso com o social que fará a mediação dessas relações de transformação, contribuindo na identificação de mecanismos estruturados inconscientemente, que naturalizam a ideologia implicitamente refletidas no cotidiano dos indivíduos. Assim, tanto para Freire (2019) e Martín-Baró (1996), a conscientização é a caracterização de um processo de transformação pessoal e social. Mais do que a compreensão dos códigos, é a dos sentidos que alimentam e sustentam os processos sociais, como fatalismo e ideologia. Só os reconhecer não seria o suficiente, mas é preciso compreender quais os sentidos desses mecanismos que oprimem e desumanizam o indivíduo. Propiciar um saber crítico sobre si que traga ação no social, via comunidade, é um dos objetivos do que ambos os autores chamam de conscientização e que, para Martín-Baró (1996), precisa apresentar três aspectos, que seriam:

[...] O ser humano transforma-se ao modificar sua realidade. Trata-se, por conseguinte, de um processo dialético, um processo ativo pedagogicamente, não pode acontecer através da imposição, mas somente através do diálogo. b) mediante a gradual decodificação do seu mundo, a pessoa capta os mecanismos que a oprimem e desumanizam, com o que se derruba a consciência que mistifica essa situação como natural e se lhe abre o horizonte para novas possibilidades de uma nova práxis que, por

sua vez, possibilita novas formas de consciência. c) o novo saber da pessoa sobre sua realidade circundante a leva a um novo saber sobre si mesma e sobre sua identidade social. A pessoa começa a se descobrir em seu domínio sobre papel ativo nas relações com os demais. Tudo isso lhe permite não só descobrir as raízes do que é, mas também o horizonte do que pode chegar a ser. Assim, a recuperação de sua memória histórica oferece a base para uma determinação mais autônoma do seu futuro (Martín-Baró, 1996, p. 16).

Dessa forma, pode-se compreender que a transformação social proposta por Martín-Baró vai ao encontro de Paulo Freire. Os níveis manifestos de consciência se dão de forma análoga e concomitante aos aspectos preconizados pelos autores. Promover a interpretação e o reconhecimento desses processos é trabalho do psicólogo social. Com o intuito de ajudar cada indivíduo a ser protagonista da sua própria história, o processo de conscientização se dá com mais potência quando mediados e inseridos tanto nos grupos ou comunidades, que apresentam maior vulnerabilidade, como no meio de instrumentalização e transformação dentro das possibilidades da realidade do indivíduo.

Para a análise da consciência política das beneficiárias do PBF, a contribuição teórica dos autores se tornou imprescindível para a presente pesquisa, na construção de uma prática em conjunto com as beneficiárias do Programa Bolsa Família, bem como na construção teórica de uma compreensão das suas narrativas, suas vidas no cotidiano, assim como ao identificar quais os níveis de consciência política elaboram sobre a sua condição de classe e gênero.

Na contramão do processo de conscientização, numa perspectiva dialética, temos o fatalismo, categoria importante para a análise do presente estudo. Para Martín Baró (1998, p. 76), fatalismo significa, no latim, *fatum*, destino, ou seja, “é uma previsão, espécie de oráculo, ou destino inevitável”. Então, isso seria algo determinado, como se a pessoa estivesse pré-determinada a viver de tal maneira sem esperança de mudança.

De acordo com Martín Baró (1998, p. 95-96), o fatalismo na população excluída, é observado e entendido como um conjunto de elementos ideológicos institucionalizado, advindo das experiências do cotidiano juntamente com o mundo social. Em outras palavras, a pessoa nasce numa certa periferia em uma cidade da América-latina, principalmente nos locais pobres, e aprende que aquele é o seu lugar social e que não adiantará se esforçar, pois não conseguirá obter a transformação social que é marcada pela exploração e opressão.

Assim, a sua realidade social, corrobora com a ideologia fatalista, que foi repassada por organismos institucionais nos processos de sociabilidade, que abrange o trabalho, a escola, a educação bem como a igreja.

Dessa forma, entende-se o fatalismo como um movimento ideológico advindo das estruturas sociopolíticas, que se fixa psiquicamente na sociedade e, em seguida, reproduz a dominação social e a permanência do que foi estabelecido. Portanto, esse instrumento ideológico favorece a classe dominante, pois estimula a classe social menos favorecida a aceitar sua realidade social, procriando, assim, sujeitos conformados e estimulados à submissão. O fatalismo possuiu três características, que segundo Martín-Baró (1998, p. 78) são: Ideias, Sentimentos e Comportamentos:

1) Ideias, está relacionada com a vida, diz Badaró que a vida já está pré-definida, ou seja, está estabelecida e não haverá mudança. Nenhuma ação poderá mudar o destino. E que um, deus já decidiu o destino de cada pessoa. 2) Sentimentos, significa renunciar ao próprio destino, não adianta se afetar ou se comover pelos acontecimentos da vida e a pessoa deve aceitar seu sofrimento. 3) Comportamentos, significa que a pessoa se submete e se conforma, ou seja, a pessoa deve ser submissa e se conformar, a pessoa tem a tendência de se conformar, e a pessoa não tem memória de sua história, e não pensa no futuro.

Assim, é justamente por essas características que se criam pelo tempo os sintomas fatalistas, que adquirem um desenho estereotipado concebidos ao povo latino-americano. Pode-se, de forma análoga, transpor isso para a realidade dessas mulheres que vivenciam uma situação de extrema pobreza e humilhação social.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é analisar como as mulheres de uma periferia de São Paulo, que recebem o Bolsa Família, elaboram a sua condição de classe e de gênero, entendendo essas dimensões como expressões da consciência política e seus papéis femininos.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Investigar em que medida as condicionalidades do Programa Bolsa Família corroboram (ou não) para a produção e a reprodução nas esferas doméstica e reprodutiva na sua condição de gênero;
- b) Entender se a participação no Programa de transferência de renda Bolsa Família favorece a construção de uma determinada imagem de si - no que tange à construção da imagem feminina, o que representa ser mãe e mulher para elas;
- c) Averiguar como a condição de classe e gênero se manifesta na sua condição psicossocial, entre o fatalismo e a conscientização.

4 MÉTODO

4.1 Metodologia

Com o intuito de responder aos objetivos supracitados a opção metodológica adotada foi a pesquisa qualitativa, porque de acordo com Flick (2009), se parte da ideia da estruturação social do objeto estudado, com interesse na compreensão dos sujeitos, seus hábitos rotineiros e o seu saber relacionado ao que está em estudo. Procurou-se entender os significados dos dados, as questões relacionadas à subjetividade, às particularidades, o contexto, em síntese, os processos que formam os fenômenos investigados, pois para o autor supracitado, a pesquisa qualitativa envolve uma conduta interpretativa do mundo. Tal metodologia foi importante porque possibilitou a inserção da pesquisadora as condições da vida cotidiana das mulheres em condição de vulnerabilidade socioeconômica que residiam na época da pesquisa no Jardim Raposo Tavares, periferia da zona oeste do município de São Paulo que recebiam o benefício do bolsa família.

Para tanto buscou-se apoio no bojo teórico e prático de uma pesquisa qualitativa que se define a partir dos pressupostos de que tal método para a realização das pesquisas no campo das ciências humanas, no caso uma pesquisa no campo da psicologia social como método empírico para a além da dicotomia proposta na relação sujeito e objeto. Este método tem como uma das suas potencialidades na perspectiva de superação do modelo positivista, analítico muitas vezes predominante na produção de estudos empíricos que mantém uma relação entre pesquisador e pesquisados dentro da ótica sujeito-objeto. Investigar a realidade de mulheres periféricas, que vivem no eu dia-a-dia a desigualdade socioeconômica, implicou por parte da pesquisa qualitativa reconhecer a necessidade de abarcar e compreender questões relacionadas a subjetividade que precisam também serem tratadas, interpretadas, estudadas, ou até mesmo, quando não se tem como objetivo a mensuração dos dados meramente, mas sim a interpretação e compreensão dos dados produzidos (Flick, 2009, González Rey e Martínez, 2017), ou seja, conhecer o território onde elas moram, mediada pelo o prisma teórico e prático da pesquisa qualitativa possibilitou ampliar a compreensão de como se dá a composição de cada vida e sua relação com os aspectos psicossociais, políticos e de desigualdade de classe, raça e gênero que se estabelece de forma complexa na geografia que as circundam.

Segundo González Rey e Martínez (2017) em sua introdução ao universo da pesquisa qualitativa que discute as relações humanas em toda a sua complexidade principalmente no campo do sofrimento psíquico atrelado ao social. Nota-se, no entanto, que para a compreensão

dos fenômenos sociais, a necessidade da compreensão dos aspectos psicossociais presentes na relação do sujeito e sociedade, ou seja, das unidades psicológicas existentes e manifestas em relação, na relação.

O método em questão possibilitou um importante olhar para a compreensão do processo da pesquisa, na qual o pesquisador e participante não era uma interação com trocas objetivas de informações, em que o participante responde somente, mas que havia sentidos que precisavam ser construídos, interpretados e estes não estavam tão claramente na observação, assim como também o pesquisador deixa de ser um coletador de dados e alguém que também tem um papel ativo, e que este processo é relacional, como nos ensinam González Rey & Martínez(2017) quando afirmam que a pesquisa é um processo relacional.

Yin (2016) afirma que todo acontecimento da vida real pode ser um objeto de estudo para a pesquisa qualitativa, como instrumento metodológico no campo das ciências humanas e sociais, com uma amplitude e potencial relevância. Segundo a autora a pesquisa qualitativa apresenta cinco características, ela enfatiza que em vez de tentar uma definição singular explica que se pode considerar tais características para realização da pesquisa qualitativa. São elas:

- 1) estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real; 2) representar as opiniões e perspectivas das pessoas (podendo ser chamadas de participante); 3) abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem; 4) contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; 5) esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidências em vez de basear-se em única fonte. (Yin, 2016. Pág 723).

A grande riqueza da pesquisa qualitativa é a possibilidade de não limitar os conjuntos de informações uma vez que não precisam ser gerenciadas em suas condições textuais e na limitação das variáveis advindas das experiências narradas ou observadas, buscando assim uma integração dos dados do cotidiano, da vida real e seus participantes, em sua complexidade no ambiente real na interpretação dos eventos humanos e sua interação com social, em sua singularidade mediadas na sua relação com o particular e o universal.

E que se articula com o texto referido de Spink (2008):

Os micros lugares e seus diferentes horizontes são produtos e produtores de vários processos sociais identitários; nós, eles, os temas a serem debatidos, com quem conversamos, como e onde vivemos. Denso, os cotidianos se compõem de milhares de micros lugares; não é um contexto eventual ou um ambiente visto como pano de fundo. Os micros lugares somos nós; somos nós que construímos e continuamos fazendo numa tarefa coletivamente e sem fim (pág. 71).

Esse trecho me remete aos momentos com as participantes da dissertação em construção, embora houvesse uma entrevista semiestruturada, elas só eram um meio para que a conversa se iniciasse, entre as ruas, os cafés, os choros, os bolos e as crianças entre nós. A espontaneidade que tomava o espaço, nos tomava e de em alguns momentos pode se abraçar com o olhar, já que estamos na pandemia.

Outro ponto importante a ser destacado aqui coloco o materialismo histórico-dialético um dos prismas de análise assim como o feminismo classista já supracitado na fundamentação teórica. O materialismo histórico é uma teoria política, sociológica e econômica.

Trata-se, por assim dizer, de uma teoria que vislumbra que a humanidade se define por sua produção material, por isso a palavra “materialismo” em seu nome. Neste caso a compreensão de que o trabalho é categoria fundante da ontologia do ser social e contribui para a determinação social da produção e reprodução da vida humana.

Para Marx (1985; 2002, p.149), “o trabalho [...] um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”. Veja que aqui fica mais evidente que o ser humano ao estabelecer essa relação vai transformando não só os elementos naturais, mas a si mesmo. Tudo isso se manifesta porque, diferentemente dos animais irracionais, o ser social possui a capacidade de idealizar sua ação.

No intuito de listar essa relação dialética e ontológica da transformação e da autotransformação do ser humano mediado ação do trabalho Marx faz a célebre citação do trabalho desenvolvido pela aranha e por um arquiteto mostra que ao transformar a natureza e a si mesmo, o faz mediante a utilização da capacidade teleológica que possui. Diz Marx (1985, p. 149-150): Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que

distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste já existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente.

Com referência ao que se disse até aqui, podemos entender que o ser humano, comparação com os animais, é o único ser capaz de realizar trabalho, ele o faz pela capacidade teleológica, de relacionar o plano ideal com o concreto. O trabalho ganha a vida do meio do pôr teleológico, constituído por posições primárias e secundárias. Nesse momento, é bom ressaltar que o homem é um ser concreto e histórico, que realiza uma série de realizações ativas e conscientes com a natureza e com os outros homens.

Outro ponto importante, é para essa teoria a história da humanidade esteve sempre pautada por meio da luta de classes sociais como opostas, o que promove uma relação dialética entre essas classes, o que confere o termo “dialética” ao nome da teoria.

Diante dos expostos, podemos dizer que o Materialismo Histórico dialógico propõe como paradigmas de interpretação da realidade a busca de compreender a realidade do mundo a partir das grandes transformações da história e das sociedades humanas. É importante colocar que o termo “materialismo” diz respeito à condição material da existência humana, e o termo “histórico” revela a compreensão de que existência do ser humano é condicionada historicamente, e o termo dialético, é o movimento da contradição produzida na própria história.

Marx postulou que o motor da história é a luta de classes, que o proletariado é a classe desprovida de todos os direitos e de todos os bens materiais, sendo assim protagonista da revolução que pode pôr fim à exploração no qual está submetida dentro da estrutura da sociedade capitalista. Marx estuda a forma como a sociedade está organizada, e percebeu que o foco da estrutura societal tem suas bases na propriedade privada e na exploração mantida sobre a classe operária. Assim, tudo nesta sociedade tem base nestes dois constituintes, inclusive a ciência produzida ocorria para favorecer a classe burguesa.

Os depoimentos das mulheres beneficiadas pelo Programa de transferência de renda Bolsa Família, por via de uma relação construída pela inserção da pesquisadora na comunidade Jardim Raposo Tavares e da valorização do cotidiano de cada uma delas e, pelo diálogo, poderão realizar e surgir das suas memórias de modo salutar. Para ouvir, é preciso um silêncio não passivo, pois é um silêncio atento de quem permite ao outro, que narra as suas experiências e a oportunidade de falar. Quem ouve se cala de modo atento, como quem ouve um sarau ou a dança de santos, por exemplo, que retrai a voz na atitude de audiência para garantir a performance ou que os santos se manifestem por completo.

2016, p. 723).

A grande riqueza da pesquisa qualitativa é a possibilidade de não limitar os conjuntos de informações, uma vez que não precisam ser gerenciadas nas suas condições textuais e na limitação das variáveis advindas das experiências narradas ou observadas, buscando, assim, uma integração dos dados do cotidiano, da vida real e dos seus participantes, da sua complexidade no ambiente real na interpretação dos eventos humanos e na sua interação com social, bem como na sua singularidade, mediada na sua relação com o particular e o universal.

4.2 Conhecendo as mulheres beneficiárias do Jardim Raposo Tavares

As participantes da pesquisa residiam no Jardim Raposo Tavares e eram mulheres responsáveis, beneficiadas pelo Programa de transferência de renda Bolsa Família e assistidas pelo CRAS Butantã. Ao total foram seis mulheres que aceitaram ser entrevistadas de acordo com a disponibilidade delas e após a concordância na participação e assinarem o Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

O Jardim Raposo Tavares fica localizado no distrito Raposo Tavares administrado pela prefeitura do Butantã, na zona oeste de São Paulo. A região é marcadamente caracterizada pelo contraste econômico fazendo divisa com o Bairro do Morumbi, além de dezenas de bairros, tem 12 favelas e os dois maiores conjuntos habitacionais da região, a COHAB J. educandário e a COHAB Raposo Tavares.

É nesse lugar específico que me proponho a conhecer a realidade das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, as mulheres que residem nessa pequena comunidade alocada no Jardim Raposo Tavares, para isso se faz necessário a inserção da pesquisadora no cotidiano dessas mulheres.

Conhecido como “Miolo (sic)”, o local de moradia das entrevistadas fica situado dentro de um território no conjunto habitacional Jardim Educandário que foi entregue em 1989, e após quatro anos do conjunto habitacional, uma parte de uma comunidade da cidade de São Paulo foram alocadas nas ruas A,B,C e D, que compõem o território. As casas são compostas por três cômodos, um quarto, sala e cozinha com o banheiro interno, porém, ao longo dos anos outras moradias foram sendo construídas e não seguiram o padrão das moradias anteriores. Algumas casas possuem esgoto, água encanada e ligação elétrica de forma regularizada, enquanto outras não. Ao realizar um levantamento de dados sobre o território, pode-se identificar que não havia dados sociodemográficos da comunidade, o único dado existente é o de violência contra mulheres e da predominância das drogas no local. Quantos habitantes, quais os serviços

disponíveis para a comunidade não se tinham disponível. Em toda região possui uma única organização chamada Liga Solidária Educandário Dom Duarte e ao contactar a instituição fui informada que há aproximadamente cinco anos davam atendimento a algumas mulheres vítimas de violência doméstica e suspenderam os atendimentos devido a ameaças. O território caracteriza-se então como um local de extrema vulnerabilidade socioeconômica e carente de recursos comunitários.

Minha relação com o território se inicia quando tinha aproximadamente meus quinze anos, fui moradora da região e conhecia algumas das mulheres habitantes das ruas A,B,C e D do Jardim Raposo Tavares. O interesse parte da familiaridade com o território, cresci a alguns metros dessa pequena comunidade que no início dos anos 90 foi alocada fisicamente entre o conjunto habitacional que vivi, no caso o Conjunto Habitacional Educandário. Quis sempre compreender as relações existentes nesse lugar, que ao chegar foi de certa forma estigmatizado.

Os moradores do conjunto habitacional tinham preconceito com os recentes moradores da comunidade Jardim Raposo Tavares, conhecido como “Miolo”. O termo se originou devido ao fato de a prefeitura construir casas populares compostas por quatro ruas e sobrados de alvenaria com a possibilidade de ser dividido geograficamente por duas famílias. O interesse era o de conhecer cada vida singular composta nesse grande universal e se os processos que permitissem também um reconhecimento de classe era possível, embora esse também não tão clarificado para todos. Que espaço peculiar é esse no qual as pessoas criam em seu imaginário inúmeras facetas, mas como será a constituição da vida no seu dia a dia sendo moradora dessa pequena comunidade, marcada pela violência, tráfico e de descaso pelo Estado.

É então que com minha ingressão no programa de mestrado da USP (Universidade de São Paulo) que a pesquisa se torna possível, uma aproximação com a realidade dessas mulheres, porém cabe ressaltar que a pesquisa aconteceu no ano que o mundo parou em virtude da pandemia covid19. Confesso que esse momento foi bem desafiador, não só para mim, enquanto pesquisadora, mas para a população como um todo, e para as mulheres da comunidade também pois a maioria trabalhava como empregada doméstica ou diarista acabaram por ficar sem exercer tais atividades laborais e recebendo nesse período o auxílio emergencial do governo³.

As entrevistas ocorreram em dois momentos, o primeiro foi no mês de maio e o segundo em agosto de 2021, eu já tinha uma certa familiaridade com o território, mas para a realização

³ Auxílio emergencial aprovado pelo governo federal no ano de 2020 para garantir uma renda mínima a população em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica durante a pandemia da Covid19 (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>).

das entrevistas uma líder religiosa local foi quem me apresentou para as mulheres. Ao total foram contactadas 10 mulheres, somente seis aceitaram participar da pesquisa, esse primeiro momento de inserção com elas foi de extrema delicadeza, percebia uma certa resistência delas. Esse trecho me remete aos momentos com as participantes da dissertação em construção, embora houvesse uma entrevista semiestruturadas, elas só eram um meio para que a conversa se iniciasse, entre as ruas, os cafés, os choros, os bolos e as crianças entre nós. Teve também os não, as desistências, o não receber e as que disseram sim e depois não quiseram mais, parte do processo da pesquisa, em todo esse processo fiquei bem mobilizada, com as histórias de vida e de ver tamanha luta em tanta necessidade, confesso que nesse primeiro momento fiquei bem frustrada, foram muitos não, cheguei a pensar que não conseguiria fazer nenhuma entrevista.

A primeira a ser entrevistada foi a Senhora Margarida, a chamarei assim para a preservação do nome das entrevistadas de acordo com o código de ética, ela tem 52 anos, é viúva, tem cinco filhos e trabalha como diarista por aplicativo e recebe o PBF por conta do filho mais novo, além da pensão que recebe por conta do marido falecido. Mora na comunidade desde que ela foi entregue pela prefeitura na época de 90, suas filhas mais velhas já estão casadas e mora atualmente com o filho de quinze anos. A casa de Dona Margarida é toda de alvenaria, contempla a planta original do projeto da prefeitura e bem estruturada, azulejada e com eletrodomésticos.

Nosso encontro se deu no período da manhã, marcamos às 07h da manhã e no dia levei um bolo de mandioca e ela fez o café, suas netas estavam em casa e a conversa com Dona Margarida foi na cozinha onde ela me contava sua história de vida, veio da Bahia muito nova com 17 anos, residiu na zona sul de São Paulo, onde conheceu seu marido e no período de 1990 se mudaram para o jardim Raposo Tavares. Saiu da Bahia devido a questões financeiras para ter uma condição de vida melhor em São Paulo, morou com seu irmão mais velho e a esposa dele na favela da vila Olimpia e depois de muda para essa favela (sic.), quando muda já estava casada. Durante nosso encontro Dona Margarida se mostrou muito saudosa do esposo, comentou que o filho mais novo é seu companheiro, mas que se preocupa muito com a educação e o futuro dele, devido a presença do tráfico de drogas na comunidade, diz que além da escola ele pratica esporte também no período da tarde para que ele se mantenha ocupado e não passe tanto tempo na rua. Conta também como foi difícil a morte do marido, ele morreu em casa subitamente e isso transformou a vida dela, a morte dele foi algo bem traumático para Dona Margarida, conta da dificuldade de trabalhar durante o período pandêmico e que ter ficado sem suas faxinas impactaram na construção da casa na roça na Bahia, onde pretende voltar a morar.

A segunda entrevistada foi a Senhora Petúnia, com 43 anos natural de Pernambuco, morava em outro bairro na região da grande São Paulo, mas por ter brigado com a família se mudou para cá, ainda nova e aproximadamente três anos mora na comunidade do Jardim Raposo Tavares. Mãe de nove filhos, os dois mais novos moram com ela. Os outros voltaram para morar em Pernambuco, na cidade de Garanhuns, cidade natal de Petúnia. Ela me conta que sua infância em sua cidade natal foi muito difícil e que teve seu primeiro filho aos quinze anos, sua mãe na época não aprovou a gravidez e devido a isso ela e sua irmã mais nova vieram embora para São Paulo. Refere durante nossa conversa que não gosta de morar no Jardim Raposo Tavares e que só mora ali por uma questão financeira. Nossa conversa se deu em seu quarto, Petúnia sofre de depressão severa há anos, já tentou suicídio e atualmente estava sem acompanhamento do CAPS, tanto para a medicação quanto para acompanhamento psicológico.

Petúnia é casada, já foi casada anteriormente e atualmente ela, o marido e os dois filhos vivem na comunidade. Me diz que está desempregada devido a sua condição de saúde, mas que sente muita dificuldade em se manter financeiramente por não contribuir na renda da casa, ainda mais agora na pandemia. Contou que está triste com a situação da filha mais nova que estava querendo se casar e que ela não gostaria que a filha fizesse isso agora. Gostaria que a filha estudasse e tivesse um futuro diferente. Recebe o PBF em virtude dos filhos mais novos e comenta o quanto sente saudades da cidade natal e de sua família e o quanto se sente sozinha morando ali. Nossa conversa foi permeada por choros e pausas na fala, sua neta estava presente, ela já é avó, e tinha também um animal de estimação. A casa de Petúnia é bem simples, mas necessitada de acolhimento, ora outra a entrevista se enveredava para o seu passado, a necessidade de contar a sua história. Ao final de nosso encontro perguntei se podia lhe dar um abraço, eu usando máscara claro, e ela me permitiu o abraço. Sua fonte de renda é o PBF e o salário do Marido.

A terceira entrevistada foi a violeta, 44 anos mãe solo de dois filhos, um menino de 18 anos e uma menina de 05 anos. Trabalha como diarista, mora na comunidade há mais de vinte anos e é natural de São Paulo. Ela e sua família toda moram na comunidade, violeta cresceu ali. Nossa conversa foi muito rápida no que tange as entrevistas, ao informá-la que gravaria a entrevista a percebi inibida, respondeu às perguntas de bate e pronto. Me recebeu na porta da sua casa e após o término das perguntas, me disse o quanto a situação econômica e a pandemia a preocupava, pois estava sem faxinas para fazer devido a pandemia, tendo como fonte de renda única o PBF. Contou também da dificuldade de criar os filhos sozinha e reclamou do atual governo, nossa conversa foi bem rápida e no meio da rua, ela me perguntou da minha rotina,

temos dois anos de diferença de idade e histórias de vida diferentes, deve ser difícil ter um estranho querendo saber de sua vida.

A quarta entrevistada foi Melissa, 24 anos, casada, mãe de um menino de 04 anos. Melissa mora de aluguel na comunidade em um quarto e banheiro, ela e o marido pagam R\$ 500,00 de aluguel. Os dois estão sem trabalho formal, ela me contou que estão devido a ela não ter uma rede de apoio para ajudá-la com a criança e o companheiro por trabalhar como auxiliar de pedreiro. A entrevista foi em sua casa, se mostrou muito preocupada com seu futuro porque se não fosse o benefício não teriam como pagar o aluguel. Refere ter medo de ir parar na rua se as coisas não melhorarem financeiramente e que não se dá com sua família e nem com a família do marido.

Relatou o quão difícil é viver ali no jardim Raposo Tavares, pois quando criança viu o corpo do pai estendido na entrada da viela de sua casa. Tanto sua família quanto a do marido também moram na comunidade. Falou também que não encontrou vaga na creche para deixar o filho para que pudesse trabalhar, e que a família também não a ajudava, mas sente dificuldade também em arrumar um emprego de carteira assinada porque não tinha experiência. Durante a entrevista chorou bastante preocupada com o seu futuro e do filho.

A quinta entrevistada foi a Azaleia. Casada mãe de quatro filhos, dois maiores de idade e dois menores, 43 anos, trabalha como diarista e seu marido é porteiro. Sua casa é uma das maiores na comunidade com quintal e toda de alvenaria. Parece um sobrado, onde os quartos ficam no andar de cima. Comentou que recebe o PBF por conta dos filhos mais novos que ainda estão em idade escolar. Se mostrou preocupada com o futuro das crianças, durante a entrevista havia alguns rapazes usando drogas em seu portão, e seu maior medo seria que os filhos enveredassem por esse caminho. Reclamou da falta de estrutura para a manutenção das crianças no estudo on-line e de uma área de lazer para as crianças. Comentou também sobre a dificuldade financeira devido ao número reduzido das faxinas que fazia antes da pandemia e que faz falta a complementação da renda, mas que o benefício a ajuda com as crianças.

A sexta entrevistada foi a Gardênia, 35 anos, mãe de quatro filhos e gestante. Gardênia cresceu na comunidade e percebeu que o benefício hoje a ajudou na manutenção da casa e na criação dos seus filhos. Mora em uma casa alugada, pelo que pude entender um dos moradores da comunidade possuía mais imóveis e alugava, também pagava um aluguel de R\$ 500,00 e seu marido atual está desempregado. Gardênia se organizou em torno de seus filhos e me contou que após um período como usuária de drogas, hoje estava com a vida transformada e era no cuidado da casa e no aguardo do novo bebê que sua vida se enchia de expectativa e esperança.

4.3 O processo da produção de sentido das Mulheres do Jardim Raposo Tavares

A pesquisa qualitativa foi realizada a partir do levantamento bibliográfico e documental. Assim, considerou-se que, nas palavras de González Rey (2002), a forma ontológica em que o psiquismo passa a ser definido, essencialmente, ocorre pela cultura das significações dos sentidos e objetivos que se constituíram, historicamente, em diferentes sistemas de atividades e comunicação humana. Dessa forma, uma vez que a linguagem expressa as significações humanas, fora realizada como forma de obtenção de informações dos sujeitos no campo da entrevista semiestruturada (Anexo III). Para González Rey (2003), a constituição do sentido subjetivo da experiência no sujeito é um processo complexo, que se produz como o momento da cultura, individual e irrepetível na história do sujeito completo (Rey, 2003, p. 57).

Neste projeto, adotou-se o Código de Ética em Pesquisa de acordo com a resolução MS 196/96 do CNS, o que registra a necessidade do termo de Consentimento Livre e Esclarecido das interlocutoras (Anexo I), a proteção a grupos vulneráveis e legalmente incapazes, a ponderação sobre os riscos e benefícios, a garantia de que os danos previsíveis sejam evitados e a contribuição com a produção de conhecimento.

A coleta foi realizada na residência das beneficiárias, por não haver internet disponível. O contato com as moradoras foi realizado por uma moradora local, que mediou o processo de aproximação com as possíveis entrevistadas. Foram abordadas no total dez moradoras, mas somente seis concordaram em participar. Após a adaptação ao contexto das beneficiárias e ao contexto da pandemia de Covid-19, as entrevistadas foram agendadas e realizadas na casa ou no quintal das beneficiárias, com todas as medidas de prevenção para a não contaminação do Coronavírus.

A realização das entrevistas com as moradoras do jardim Raposo Tavares foi imprescindível para a apreensão e compreensão do cotidiano pela inserção em campo e da escuta das suas histórias de vida das beneficiárias do Programa. As entrevistadas não possuíam internet nas suas casas e somente 50% delas tinham aparelhos celulares. Devido a essas condições, as entrevistas foram realizadas presencialmente. A moradora local que também é líder religiosa me apresentava para as beneficiárias que, após a sua participação, também me indicavam para outras moradoras. Algumas moradoras chegaram a agendar para realizar a entrevista, mas na data marcada não me recebiam ou mudavam de ideia.

Como pesquisadora pude assim, além de conhecer essas mulheres e me conhecer. De alguma forma, o processo relacional da pesquisa transforma os dois. No meu caso, o interesse partiu da familiaridade com o território. Como já mencionado cresci a alguns metros dessa

pequena comunidade que, no início dos anos 90, foi alocada fisicamente entre o conjunto habitacional que vivi, no caso o Conjunto Habitacional Educandário. Os moradores do conjunto habitacional tinham preconceito com os recentes moradores da comunidade Jardim Raposo Tavares, conhecido como “Miolo”. O termo se originou devido ao fato de a prefeitura construir casas populares compostas por quatro ruas e sobrados de alvenaria, com a possibilidade de ser dividido geograficamente por duas famílias. Minha pergunta era: “Ora somos todos pobres, mas com diferenças em nossas pobreza”. Havia, então, uma certa divisão da pobreza, ou uma não clareza da consciência de classe (Thompson, 1987), processo esse também não tão clarificado para todos.

Que espaço peculiar é esse no qual as pessoas criam no seu imaginário inúmeras facetas, mas como será a constituição da vida no seu dia a dia sendo moradora dessa pequena comunidade, marcada pela violência, tráfico e de descaso pelo Estado? Pode-se até, de forma análoga, remeter-se ao texto de Spink, de que o espaço e estar no espaço é mais do que figurativo ou metafórico, mas a importância nos encontros, “que podem propiciar ao pesquisador da psicologia social uma prática com conversa, de uma inserção horizontal contemplando sua materialidade e socialidades” (Spink, 2008, p. 70).

Durante a escrita do capítulo, que trata da análise e da discussão, pude revisitar vários lugares temporais e as sensações de inserção na comunidade foram possíveis, rememorando o momento da entrevista, que se articulam com o texto referido de Spink:

Os micros lugares e seus diferentes horizontes são produtos e produtores de vários processos sociais identitários; nós, eles, os temas a serem debatidos, com quem conversamos, como e onde vivemos. Denso, os cotidianos se compõem de milhares de micro lugares; não é um contexto eventual ou um ambiente visto como pano de fundo. Os micros lugares somos nós; somos nós que construímos e continuamos fazendo numa tarefa coletivamente e sem fim (Spink, 2008, p. 71).

Em todo esse processo fiquei bem mobilizada com as histórias de vida e de ver tamanha luta em tanta necessidade. Observei como é ter alguém querendo saber sobre mim, um alguém desconhecido, que também representa uma outra classe e que não ter os cuidados éticos preconizados pode reproduzir o descaso ou descuidado de um poder que oprime o outro. Esse modo livre na pesquisa, um ir e vir na relação, sem o medo de se perder ou de se misturar, não elimina o caráter da pesquisa, mas pode trazer como possibilidade a abertura na relação, abertura das unidades psicológicas presentes no cotidiano e na nossa existência como ser social (Rey & Martínez, 2017).

Na realização das transcrições me percebo tensa, ao ouvir a nossa entrevista - será que fui uma exímia pesquisadora? Será que ao tomar o café com a entrevistada perdi o propósito do trabalho? Lembro-me de uma monografia que fiz na minha especialização em psicologia hospitalar e que tinha todo um rigor, inclusive durante a coleta de dados. O rigor ainda se mantém aqui, na ética e no cuidado com o participante. No entanto, teve-se, também um cuidado de não objetifica-lo e tampouco reproduzir a lógica da nossa sociedade capitalista, em não transformar a sua realidade em uma coisa, não o tornar uma coisa.

Segundo González Rey e Martínez (2017), é preciso tratar da subjetividade como a epistemologia da subjetividade, tema esse pautado em uma prática embasada na pesquisa qualitativa, na epistemologia qualitativa, na qual o sujeito é situado historicamente, simbólico e emocionalmente e socialmente institucionalizada na sua gênese. Os autores também explicitam que:

Uma teoria não se legitima na pesquisa, a pesquisa e a prática profissional são os espaços nos quais as teorias existem, não como sistemas externos a elas, mas como sistemas de pensamentos intrínsecos a esses dois tipos de prática humana (Rey & Martínez, 2017, p. 419).

Ao nos debruçarmos sobre outro humano, que tenhamos o cuidado e sensibilidade, acompanhado da ética na produção do conhecimento científico; penso que essa é a grande contribuição da pesquisa qualitativa nas ciências humanas e sociais. Ouvir as narrativas das beneficiárias do Bolsa Família é de suma importância, assim também como as suas expressões de gênero e classe como consciência política, fomentando uma transformação guiada por elas, essas mulheres que são detentoras e protagonistas das suas histórias de vida. O campo escolhido para a realização da pesquisa, ou melhor, o território, é uma das regiões contempladas pelo CRAS Butantã e apresenta maior índice de vulnerabilidade socioeconômica. Entre essas regiões, segundo o Atlas Assistencial (São Paulo, 2015), uma que se destacou foi o Jardim Raposo Tavares, que apresenta contraste com outros bairros da Zona Oeste da Cidade de São Paulo, como o Morumbi, por exemplo.

O Jardim Raposo Tavares fica localizado na região próxima à Rodovia Raposo Tavares, entre os apartamentos do Conjunto Habitacional Jardim Educandário. Para surpresa, a região do Jardim Raposo Tavares não possui ONG, que possibilite algum trabalho social, e a ONG com maior destaque e conhecimento, que há alguns anos prestava atendimento para algumas famílias, em função do alto índice de criminalidade e violência doméstica, deixou de realizar intervenções no bairro. O único serviço disponível aos moradores do bairro é o da Saúde Familiar, no qual os atendimentos são realizados por uma moradora local, uma agente de saúde.

Um outro tipo de assistência realizado no bairro ocorre pela intervenção das instituições religiosas, tendo-se destaque uma líder religiosa que oferecia, presencialmente, cultos para as mulheres do bairro, na sua casa, semanalmente e realizava o recebimento de quentinhas por parte de uma Igreja local. Os representantes da Igreja passam no início da semana pela manhã e cadastram os moradores para o recebimento das marmitas. Durante o procedimento de coleta foram lidos e explicados todos os termos pertinentes às entrevistas, o que foi devidamente aprovado pelo comitê de ética da Universidade de São Paulo.

Para cada mulher selecionada foi requerida a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo I), o qual conta, de modo explicativo, os intuítos da pesquisa, além das questões de confidencialidade e da possibilidade de desistência do participante, as garantias que as possíveis divulgações dos materiais da pesquisa se restringem aos meios acadêmicos e científicos e que não irão a público. Por fim, garante-se o anonimato das participantes.

Considerando que as participantes desta pesquisa foram ouvidas em ambiente e em espaço aberto na comunidade, em que responderam aos quesitos: segurança, salubridade e conforto, com isso, foi assegurado que elas ficassem livres de riscos à saúde. Todavia, compreendia-se a possibilidade de que algumas delas pudessem se sentir afetadas pelas perguntas e mesmo pelas suas respostas para a pesquisadora. Nesse caso, a pesquisadora se comprometeu e acolheu as demandas para sanar quaisquer dúvidas das mulheres selecionadas. A pesquisadora comprometeu-se, ainda, a assumir de forma interina todo e qualquer custo decorrente especificamente da sua atuação.

Contudo, entendeu-se como benéficos, além dos acadêmicos e sociais, o fato de que essas mulheres puderam refletir sobre as suas expectativas com uma psicóloga (pesquisadora). Cabe ressaltar que o contato com as suas expectativas, pelo diálogo com a pesquisadora, pôde ser uma forma de fortalecer lutas comunitárias e de ordem privada, uma vez que a realidade do local em que se realizou esta pesquisa contempla uma diversidade de lutas contra vários tipos de privações que a mulher desprovida de recursos econômicos e materiais enfrenta no espaço urbano e comunitário, pela cidadania e equidade, podendo ser, portanto, mais uma maneira de instigá-las a refletir e compreender categorias presentes no trajeto histórico da linha de exclusão por classe social, por questões étnico-raciais e de gênero.

Após a leitura do termo de consentimento livre e esclarecido também fora explicitado para as participantes que a pesquisa não teria relação alguma com o Programa e a sua participação também não teria interferência no Programa de transferência de renda.

Os benefícios esperados dizem respeito tanto à produção de conhecimento relevante sobre o tema da pesquisa, quanto à possibilidade de contribuir sobre o conhecimento da

realidade e subjetividade das participantes do Programa de transferência Bolsa Família. Conhecer o modo com que elaboram sua condição de gênero e classe como expressão de sua consciência política se faz imprescindível para o aprimoramento e fomento das políticas de assistência e combate à pobreza. Dessa forma, a pesquisadora pôde dar um feedback para as participantes, ao final da pesquisa, sendo esse mais um momento de reflexão sobre as condições de vida das participantes.

Os instrumentos utilizados foram um gravador que registrou as entrevistas semiestruturadas (Anexo III), bem como foi utilizado uma ficha de identificação e caracterização sociodemográfica formulada pela pesquisadora e pelo orientador (Anexo II). As entrevistas foram transcritas e categorizadas para o procedimento de análise e discussão com os dados provenientes das entrevistas.

4.4 Procedimento de Análise das Informações

A partir dos dados provenientes das entrevistas semiestruturadas, realizou-se uma análise interpretativa das narrativas das mulheres beneficiárias do programa bolsa família fundamentadas entre a epistemologia qualitativa - que nos indicou caminhos na forma como deveríamos nos relacionar com a realidade da pesquisa e valorizar a interação com os participantes - e o materialismo histórico e dialético como interpretação da realidade daquelas mulheres a partir de uma análise interseccional. O materialismo histórico e dialético compreende que ao se debruçar sobre a realidade das beneficiárias do Programa Bolsa Família se exige a superação da dicotomia sujeito-objeto, contemplando todas as manifestações da realidade humana, na sua materialidade e historicidade.

Adotar o materialismo histórico e dialético é optar por seguir um percurso científico e filosófico, como método, práxis e visão de mundo da realidade. Buscou-se entender os movimentos da consciência política das beneficiárias do Programa Bolsa Família, com as contradições e afirmações na relação com o capital, ou seja, na sua expressão de gênero e classe, bem como na sua dialética marxista.

A característica do método materialista histórico e dialético é o movimento do pensamento, pela materialidade histórica dos homens na sociedade, que revelam as leis elementares que determinam a forma organizativa do homem na história (Duarte, 2000; Martins, 2006; Sawaia, 1987).

Esse método traz como contribuição para a interpretação das entrevistas, a proximidade da compreensão dos fenômenos, na sua processualidade e sua totalidade, como afirma Martins

(2006), que ocorrem no singular-particular-universal. É por essa relação que se torna possível apreender o fenômeno em todas as suas manifestações, superando a dicotomia sujeito-objeto e revelando a veracidade desde o imediatismo que ocorre no fenômeno, na sua manifestação singular e na manifestação da sua total complexidade no universal, mediados pelo particular.

É na mediação do particular que se pode apreender, de fato, a identidade dos contrários (Duarte, 2000; Martins, 2006), imprescindível para a compreensão da realidade, que não pode ocorrer separando os nexos, inviabilizando a análise. Nesse sentido, a análise pelo materialista histórico e dialético traz significativa contribuição para a composição do presente estudo, no que tange à compreensão da realidade dessas mulheres, já que contempla a realidade desde o singular-particular-universal, favorecendo a produção de indicadores tanto indicadores qualitativos como quantitativos, tais como: a caracterização e o levantamento sociodemográfico das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, moradoras do Jardim Raposo Tavares.

A partir do materialismo histórico dialético e do feminismo classista que as categorias e a sua interpretação serão embasadas teoricamente. Das entrevistas realizadas duas categorias foram elencadas e identificadas, consciência política: fatalismo na reprodução de gênero e consciência política: transitividade e intransitividade - aqui também são compreendidos como manifestações do fatalismo - conceitos esses fundamentados com os pressupostos teóricos de Paulo Freire e Martin Baró, assim também com os objetivos da pesquisa qualitativa realizada.

A primeira categoria tratou de consciência política e a reprodução de gênero, na reprodução e naturalização dos papéis femininos com um caráter ideológico e fatalista na esfera da reprodução e na esfera doméstica, e na identificação do feminino atrelado a maternagem. A segunda categoria compreendeu como essas mulheres em sua expressão de classe como consciência política apresentam níveis de consciência que possibilitam identificar processos psicossociais como fatalismo e ideologia, como discutiremos nos próximos tópicos.

4.4.1 Análise dos resultados e Discussão - Consciência política: fatalismo na reprodução de gênero

Como já citado anteriormente, é de extrema relevância nas narrativas das beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família), compreender o seu cotidiano, as suas experiências de significação e a sua expressão como um indivíduo pertencente a uma sociedade, uma vez que toda a sua materialidade se dá relacionalmente (Galeão, 2017; Euzébios filho, 2014).

As seis participantes moradoras da comunidade Jardim Raposo Tavares, ainda que cada uma tenha a sua própria expressão subjetiva, ou seja, a sua singularidade, apresentaram nas suas

narrativas similaridades que se pode compreender como expressão de particularidades que se articulam com o universal, no que diz sobre gênero.

O que pode ser caracterizado nas narrativas das participantes são manifestações aleatórias da consciência política, caminhando especialmente na direção do fatalismo, também observado na reprodução dos papéis femininos. Essa categoria fica evidente quando se pode apreender das entrevistadas a assimilação da responsabilidade delas no cumprimento das atividades na esfera doméstica e do cuidado com a criança. Todas afirmaram que ter a condicionalidade como forma de manutenção do recebimento do benefício as ajudavam na realização da maternidade. Ao mesmo tempo em que corrobora para a reprodução de papéis, esse mesmo lugar traz um certo reconhecimento na maternagem, como se pudessem propiciar aos filhos algo que lhe faltaram, como o caso de Petúnia, quer dar para a filha a condição que lhe faltou quando em Pernambuco teve que vir embora devido a gravidez, não quer a filha casada tão nova.

Tal categoria corrobora com o exposto no capítulo que trata do programa bolsa família e gênero, uma vez que os estudos produzidos sobre o tema revelam que as condicionalidades do programa contribuem para uma perspectiva familista, na qual atribuições da manutenção do lar e dos filhos ficam delegados à mulher (Carloto & Mariano, 2009; Bandeira, 2005), como explicita o trecho da entrevista abaixo quando perguntada sobre assimila as condicionalidades do programa:

P: Como é que você avalia as condicionalidades do Bolsa Família?

R; Eu penso que.... é bom, né? Esse projeto aí, que eles falam de ter que ir... levar, ter que tá em dia a... é, independente de receber o Bolsa Família ou não receber o Bolsa Família, a gente tem que tá com as vacinas dos filhos em dia, tem que tá levando pro médico, tem que tá indo pra escola, levando pra escola, né? Independente de receber ou não. Eu penso assim.

Heller (2004) aponta que existe culturalmente um papel já construído, assimilado socialmente e culturalmente, que é reflexo do que comenta Saffioti (2013) e Federici (2019), de uma sociedade patriarcal e capitalista na qual a mulher possui no campo do trabalho dois tipos de divisão do trabalho. A primeira divisão seria uma divisão sexual horizontal, na qual as suas atividades e cargos estariam atreladas culturalmente como papel da mulher, relacionados ao cuidado, manutenção da casa e educação dos filhos. A segunda se baseia na justificativa das desigualdades na atribuição de cargos e salários pagos a mulheres (IPEA, 2020). Federici (2019) ainda argumenta que o trabalho na esfera doméstica deveria ser alvo de discussões políticas e contemplado pelo Estado, uma vez que esse também é um fator de dominação e

exploração das mulheres. A autora compreende que é imprescindível uma análise da relação entre o trabalho doméstico e o capitalismo e que, numa perspectiva marxista ampliada, a casa e o trabalho não são tão distanciados do sistema fabril, mas a sua essência. A contribuição teórica do feminismo classista para a problematização da relação entre o fatalismo e gênero se dá devido decodificação dos subentendidos na perspectiva capitalista, afirmando-se que a emancipação feminina se daria pela sua independência financeira e só se poderia subverter a lógica do patriarcado. Porém, cada vez mais mulheres se tornam chefes de família, responsáveis pela manutenção do lar, conforme o IBGE (2010) e, ainda assim são acumuladas mais tarefas, tendo até uma tripla jornada de trabalho, na contramão do feminismo liberal, que propulsionam as mulheres a cada vez mais serem “empoderadas”, mas acumulam mais tarefas.

No que tange à identidade de ser mulher, as entrevistas também evidenciaram que tanto como ser mãe e ser mulher correspondem as mesmas identidades, representações sociais dos papéis femininos em constructo patriarcal, não havendo uma dissociação entre os papéis assimilados e tampouco aspirações que as coloquem como mulheres e como mães, como podemos ver no trecho abaixo quando perguntada sobre o que significa ser mulher, porém mostra que dada a realidade material dessas mulheres a representação do papel feminino, também está atrelada a ser uma pessoa aguerrida, que sai para trabalhar, cuida da casa com exímio e de seus filhos com amor, ainda que no seu contrário isso as cansem, mas possibilitam algo a essas mulheres, o cuidado.

P: O que significa ser mulher para você?

R: Ixi, eu não sei explicar. Ah, ser mulher é... uma mulher... guerreira, né? Mãe. Uma boa dona de casa. Eu acredito que seja isso.

Ser mulher? Pra mim é tudo, né? Que que é tudo? Ai, meu Deus, agora você me pegou, viu, Vânia? Você vem vir fazer essas perguntas logo na segunda-feira? [risos] Eu te encontrei. Gente, eu não raciocínio muito na segunda. [Risos] Quem que raciocina, M? Me fala! [Risos] Que que é ser mulher pra mim? É ser mãe... [som externo] Aí, Vania, agora você me pegou .

As falas acima explicitam o que aponta a literatura, que o papel feminino está atrelado à realização da manutenção do lar, desde a sua limpeza, a manutenção dos suprimentos, a educação dos filhos no campo moral, sendo responsabilizadas por tudo. Isso se constituiu na divisão sexual do trabalho e na constituição do modelo da família patriarcal, sendo o trabalho masculino para a produção e o feminino para a reprodução na esfera doméstica (Saffioti, 2013; Federeci, 2019; Engels, 2019).

Beauvoir (1949, p. 11) evidencia que: “Não Nasce mulher, tornar-se mulher”. Isso significa que os papéis femininos são constituídos ao longo da sua historicidade e de forma cultural. A autora problematiza o significado da palavra mulher e feminino, realizando uma reflexão que busca descrever como se constitui a existência feminina no singular. Para além de uma condição biológica, econômica e psicológica, a expressão da mulher se dá no seio da sociedade, que qualifica e media essa elaboração. Ao nos atentarmos para as sutilezas do contexto cultural, temos como reflexo uma estrutura machista, o que é refletido, no nosso país, nos índices de violência contra mulher, que ocupa o 5º lugar do ranking internacional. Outros dois fatores significativos de gênero, como expressão da consciência política das beneficiárias seria o caráter ideológico, que, segundo Cyrino (2009), se dá na configuração na distribuição dessa divisão sexual quanto ao público e privado, espaços políticos e produtivos, quanto para as mulheres espaços privados e ligados a esfera doméstica e apolíticos. O segundo fator seria o fatalismo na naturalização da realização dos papéis femininos no social, como explicitam Souza, Baldwin e Rosa (2000, citado por Neuhouser, 1989 p. 490), que afirma: “o machismo é mais que os comportamentos dos homens é a ideologia que promulga que é bom e até natural que eles controlem o mercado, o governo, e a atividade pública, e que as mulheres sejam subordinadas a eles”.

Para Souza et al. (2000), o Brasil possui um papel de destaque no que seria chamado de “Marianismo”, um fenômeno que aloca a mulher em uma posição de mártir, em que auto sacrificar-se, ser submissa aos homens, boa esposa e boa mãe, são esperados. Além dessas características, a autora também afirma que, na versão brasileira, espera-se um ideal passivo feminino de castidade e dedicação materna, como a própria Virgem Maria. Os autores explicam que tais forças contribuem para uma perpetuação de domesticação da mulher ao responsabilizá-la pela casa, família, casamento e procriação, projetando a imagem da santa mãezinha. Essa última análise corrobora para o que exprime Engels (2019), na origem da família, quando as mulheres tinham de ter um papel que garantisse a seguridade da família, tanto na esfera da honra, reverberando no material, na seguridade dos bens, como da classe.

Pode-se compreender de que a manutenção das mulheres nesse papel assegura o lugar da dominação masculina, assim como a manutenção das relações de dominação de classes. Federici (2019) comenta na sua obra “O ponto zero da revolução”, que o trabalho doméstico é naturalizado em nome do amor:

[...] essas mulheres não veem que os homens esperam muito de nós justamente porque não somos pagas pelo nosso trabalho, que eles consideram uma ‘coisa de mulher’ que não nos custa muito esforço. Os homens são capazes de aceitar nossos serviços e tirar proveito disso porque eles presumem que o trabalho doméstico é uma tarefa fácil par

nós e que gostamos de realizá-lo, pois o fazemos por amor. Na verdade, eles esperam que nós sejamos gratas, porque, ao casar e viver conosco, eles nos deram a oportunidade de nos expressarmos enquanto mulheres (isto é, servi-los)... E, no entanto, isso é o que de melhor poderia acontecer a eles, segundo seu próprio ponto de vista, porque ao expor a forma pela qual o capitalismo nos manteve divididos(o capital os disciplinou por meio de nós e nos disciplinou por meio deles, um contra o outro), nós-suas muletas , suas escravas, suas correntes - abrimos o processo da libertação (Federici, 2019, p. 52).

É claro que isso se reflete para essas mulheres que representam uma luta de classes, talvez com mais equipamentos do Estado disponíveis tivessem mais recursos para não incorrer na reprodução dos papéis, assim como elas tentam e mostram resistências a isso quando buscam um cuidado melhor. Os trechos abaixo extraídos das entrevistas revelam o caráter fatalista dos papéis assimilados por elas. É esperado socialmente que elas cumpram com suas obrigações domésticas e já assimilam duas funções, no caso de algumas donas de casa e trabalhadoras domésticas em outro lares, contribuindo na composição da renda familiar, quando não elas são chefes de família.

P:É? Tá. E quando você tava empregada, assim, você tinha convênio?

R:Não. Nunca trabalhei.

P:Nunca trabalhou?

P:Nunca trabalhei na vida.

P: Tá. E você tá na casa.... você tá amigada há quantos anos?

Tem... já vai fazer 10 anos.

Tá. Entendi.

Entendeu?

P: pra você, assim, o que significa ser mãe?

R: É, ser mãe significa tudo.

P:O que é esse tudo?

R:Responsabilidade...

P: Tá...

R: É... ah, significa tudo.

P: Mas você acha que esse tudo tem tudo coisas boas ou coisas ruins?

R: Tem coisas boas e coisas ruins, né?

P: Quais são as boas que você enxerga?

R: Ah, as boas é que eu posso tá com meu filho... Oh o sono... Ah, sei lá. Não sei responder.

P: E as ruins? Não tem resposta certa ou errada, tem o que você sente. Aqui o que vale é o que tá no coração.

R: Ah, ruim é a dificuldade que passa.

P: Você passa muita dificuldade?

R:Passo.

Uma beneficiária relatou o seu sofrimento por não conseguir trabalhar e contribuir mais na composição da renda familiar - a única fonte de renda era o benefício do Bolsa família. Ela

é jovem, com 22 anos, tem um filho de 4 anos, é casada com um pedreiro e, por causa da pandemia, quase passaram fome. Na sua fala, ela expressa dificuldade ao falar de como se vê mulher, mas quando fala do lugar materno, ela alega que isso é tudo, inclusive responsabilidade. Um outro fator é que se mostra ressentida por não conseguir emprego, ou seja, não se vê produtiva, sem condições de consumo e sem condições dignas de manutenção da vida. As condicionalidades do programa preconizavam a superação da pobreza pelo recebimento do benefício. Todas as noites no programa de rádio a Voz do Brasil,⁴ eram exibidas entrevistas com beneficiárias que começaram um negócio próprio e conseguiram uma outra forma de ter renda para além do programa. Segue abaixo alguns trechos da entrevista:

Pergunta: O que significa ser mulher para você?

R: (silêncio) Ah, não sei dizer.

P: O que significa ser mãe?

R: É ser mãe significa tudo.

P: O que é esse tudo?

R: Responsabilidade...

A reprodução do papel de gênero é nítida – ser mulher, ser mãe, ter responsabilidade. Contudo, qual é a determinação sócio-histórica dessa reprodução? O peso nas costas dessas mulheres periféricas é muito grande. É difícil suportar. Muitas vezes, a única alternativa concreta – lhes faltando uma rede de apoio social e afetiva, vivendo sozinhas de bicos em bicos com os filhos no mundo – é realmente se adaptar ao que a sociedade (que a oprime com força) quer. Sem casa, sem renda, sem reconhecimento profissional, social, qual seria a perspectiva de futuro? O fatalismo se manifesta, segundo Martín-Baró, também como ausência de horizonte de realização, de projeto de vida. Vive-se o agora, mas não como sugere a psicologia, “viver o aqui e agora”. Vive-se o presente, presa ao passado, reproduzindo o que se coloca, acidentalmente, no presente. Esse é um sonho que, quando muito, é individual. O coletivo não existe.

Sem dúvida, por conhecer o contexto das participantes, não seria exagerado dar toda essa ênfase numa caracterização do fatalismo nas narrativas. Não queremos afirmar que a mulher periférica é fatalista ou qualquer outra coisa. Trata-se de uma análise de uma situação concreta, de narrativa e contexto, porém considerando as condições materiais delas e do contexto social que estão submetidas devido a sua condição de classe, sem a mediação necessária podem sim incorrer em um certo fatalismo, que para elas seriam os filhos não serem

⁴ Programa de rádio brasileira que retrata a conjuntura política no país, transmitido pelo Governo Federal.

“bem criados”, ou seja não ter um futuro digno garantido ou se tornarem a estatística dos jovens assassinados nas periferias.

O bairro em que as participantes residem realmente carece de estrutura e de organização popular. Se há organização popular, ela está institucionalizada nas igrejas e não espera por lá um questionamento do papel da mulher na sociedade. Não há associação de moradores, os equipamentos públicos não suportam a imensa demanda social, educacional – lazer então seria luxo. Elas estão desempregadas, sem qualificação. A casa digna é um sonho, mas um sonho tão distante, tão distante que nem chegam a cogitar. As expectativas para o futuro e de cidadania são rebaixadas.

Garantir renda mínima é fundamental para a garantia mínima de dignidade. Assim, é inegável a importância da distribuição de renda para quem não possuía renda alguma ou estava à beira da miséria, mas também não se pode negar que fomentar a superação da pobreza via renda não garante condições materiais dignas da manutenção da vida, na qual o Estado cada vez tenta se isentar e fomenta o capitalismo para a superação da pobreza, que responsabiliza o sujeito pela superação sem considerar as condições de desigualdades existentes na nossa sociedade. Essa falsa condição de superação ou emancipação contribui para uma política neoliberalista ou até para um feminismo neoliberal, que fomenta o capitalismo insurgindo na meritocracia e na igualdade pelas vias da “dominação com oportunidades iguais” (Aruzza et al., 2019). A sociedade brasileira apresenta um quadro de desigualdade gigantesco, no qual as mulheres estão expressivamente marcadas. As pautas feministas precisam se questionar assim como já citado anteriormente por Hooks (2019), que ressalta que o feminismo precisa ser inclusivo, contemplar as interseccionalidades que permeiam a luta feminina e não virar mais um instrumento de dominação ou reprodução de dominação (Fraser, 2009).

Essa forma de fomento à emancipação feminina, de instrumentalizar tanto o patriarcado e o capitalismo, juntos, colocam as mulheres, não somente elas, mas aqui o foco são elas, em um lugar de subordinação e servidão. Saffioti (2013) aponta a importância dessa relação entre patriarcado e capitalismo. A autora analisa e crítica, de certa forma, como a inserção das mulheres numa sociedade de classe repete os meios de produção que Marx já mencionava. A autora enfatiza que as mulheres brasileiras:

[...] sofreram com o impacto da ação no centro hegemônico do capitalismo internacional, quer no sentido de confinar a mulher aos padrões domésticos da existência, quer dando-lhe consciência, através do feminismo, da necessidade de emancipar-se economicamente. Dado que a sociedade brasileira sempre se encontrou em estágio menos avançado, no que respeita à sua constituição enquanto sociedade de classes, em relação às nações que integram o capitalismo mundial, os papéis femininos

sofreram, aqui, certas mudanças que não encontraram explicação convincente se a unidade nacional for tomada como a totalidade inclusiva (Saffioti, 2013, pp. 42-43).

Discute-se, nesse caso, o quanto é relevante nos atentarmos à sutileza e conseguir interpretar o quanto a condição estrutural pode influenciar nas condições da expressão de gênero, no caso aqui as mulheres do bolsa família. Parece que a única identidade possível é da mulher na realização da esfera doméstica e reprodutiva. Mesmo que haja fomento para o empreendedorismo e para o trabalho informal, as condicionalidades ainda assim fomentam a maternidade, o cuidado com as crianças. É claro que as crianças precisam ser cuidadas, mas não necessariamente esse cuidado precisa ser realizado somente pela mãe. Uma outra inquietação que se pode ter é que as condicionalidades podem surgir também como uma espécie de trabalho para essas mulheres. Isso seria uma forma de não caracterizar o PBF como uma simples assistência, o que não é o caso.

P: Como avalia as condicionalidades do PBF?

R: Eu acho isso bom. Eu acho importante isso.

P: Tá.

R: Porque, se não fosse assim, aí... não era legal. Porque muitas mães iam deixar os filhos aí jogados na rua. Sem botar numa escola. Entendeu? E só recebendo? Não. Pra mim...Ah, assim, tipo, me ajudou. Me ajudou muito, porque... quando... Antes de eu arrumar esse marido meu, minha vida não... eu não vivia.

Entendi. Eu não vivia. Hoje eu sei que, assim... eu vivo. Entendeu?

O trecho acima retrata uma das entrevistadas falando sobre as condicionalidades do programa e do quanto ele a ajuda no cuidado com os filhos. A entrevistada é mãe de quatro filhos, residente na comunidade, paga aluguel e ela e o marido, que é estrangeiro, estavam desempregados até o momento da coleta. Ela menciona que está limpa há alguns anos e que se dedica à maternidade. Ademais, a manutenção da casa a ajuda se organizar e ressignificar a sua história de vida. Embora seja inegável a importância da realização dos cuidados com a criança para essa beneficiária, não se pode negar também a sutileza ideológica que há por trás da fala. No que tange à identidade dos papéis femininos, parece que só há um único caminho na realidade dessas mulheres, a vida em família, a dona de casa e a esposa devotada.

A sutileza ideológica, porque, segundo Saffioti (2013), essa forma de trabalho também assegura e mantém uma condição de classe. Como já preconizado por Engels (2019), o papel da mulher definido na sociedade de classes serve para a reprodução dessa estrutura, servindo o capitalismo. Segundo Saffioti:

[...] o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe de família. A tradição

de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos não podem, contudo, ser vistas isoladamente. Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho também é desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não se possa falar em independência econômica da mulher (esta é uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher. Não se trata de indagar se seu papel econômico lhe assegurava posição social compensatória de sua submissão ao centro de suas decisões da família: ao homem. Trata-se, isto sim, de indagar se, não obstante sua incapacidade decisória, a mulher encontra via de integração nas sociedades pré-capitalistas (Saffioti, 2013, p. 63).

O caráter ideológico sutil que se apresenta nesse modelo de identidade dos papéis femininos colocam essas mulheres em um único lugar possível o de servidão, servir aos filhos, aos maridos e ao Estado. Diferente de cuidar, a palavra cuidado implica no ato de tratar algo ou alguém, zelar ou tomar conta de algo ou alguém, preocupar-se com ou assumir a responsabilidade de⁵ e, para isso, é necessário que haja um olhar de igualdade, reciprocidade que contemple as diferenças existentes entre os homens e mulheres, a criança e o adulto, o pobre e o rico.

É inegável a importância de políticas públicas para a sociedade brasileira como um todo, mas ao criá-las é necessário questionar se não há ideologicamente a reprodução do patriarcado determinando já os papéis identitários das mulheres. Nesse ponto, cabe aqui tratarmos de um outro assunto, como essa reprodução incide sobre a consciência política dessas mulheres. Isso é o que veremos agora na segunda categoria identificada, no que se refere à consciência política: transitividade e intransitividade.

4.4.2 Consciência política: transitividade e intransitividade

A categoria anterior se tratou da consciência política: fatalismo na reprodução de gênero. Nesse segundo momento, trataremos da categoria consciência política: transitividade e intransitividade. Essa categoria se relaciona com um dos objetivos específicos do presente estudo, no que tange ao fato de ser capaz de identificar se as beneficiárias do PBF conseguem averiguar criticamente nesses processos os aspectos psicossociais, como fatalismo e ideologia. Tal consciência política, segundo Freire (2019) e Martín-Baró (1996), seria decodificar as

⁵ Significado de Cuidar - O que é, Sinónimos e Conceito no Dicionário (Léxico, 2022).

relações de poder e os códigos culturais ideológicos que contribuem para uma dominação de gênero. Os autores supracitados compreendem que o processo de conscientização se dá dialeticamente e historicamente.

Freire (2019) compreendia que a dinâmica estrutural conduzia a uma dominação da consciência que se reproduzia nas sociedades de classe. O autor preconizava a educação como uma prática libertadora, fomentando, assim, um processo de conscientização dos fenômenos que caracterizam a vida humana, no caso aqui, as beneficiárias do PBF. Para Freire (2019), a consciência se manifesta em níveis que seriam: a consciência semi-intransitiva, a consciência transitiva ingênua e a consciência transitiva reflexiva - todas descritas anteriormente. Já para Martín-Baró (1996), o processo de conscientização, que implica ações para a transformação, supõe três aspectos, a saber: transformar-se ao modificar sua realidade; mediação e gradual decodificação do seu mundo e de um novo saber sobre sua realidade circundante que a leva a um novo saber sobre si mesma e sobre a sua identidade.

A consciência é uma realidade psicossocial que reflete a identidade de si e do outro, do seu ser e do seu fazer na sociedade, assumindo e elaborando um saber sobre si e a realidade, dando-lhe, assim, uma identidade pessoal e social (Martín-Baró, 1996). Isso se correlaciona com a pesquisa realizada no que se refere à identidade dessas mulheres, conforme discutido no capítulo anterior, ainda que de reproduzindo os papéis de gênero sem identificar a ideologia patriarcal e capitalista. Essas mulheres possuem uma identidade tanto pessoal como social, são as mães do Bolsa Família, chefes de família, na sua maioria, que lutam diariamente e resistem da maneira que podem para lidar com as adversidades que a desigualdade social acarreta as suas vidas, como podemos ver no trecho abaixo ao serem perguntadas o que significava ser mãe para elas:

P: Entendi. E... o que que significa ser mãe para a senhora?

R:[risos] Ah, o que que significa ser mãe... nossa, eu acho que... significa tudo, né? Porque... a gente ser mãe é bom. É, filho dá um pouco de trabalho, mas também é bom a gente ser mãe, né? Temos nossos filhos, vem os nossos netos. Eu, pra mim, eu acho que é bom (Margarida).

P: Entendi. Entendi. E... pra você, que que é ser mãe, o que significa ser mãe? Pra você?

R: Tudo. É tudo (Petúnia).

P: Sim, sim. E o que que significa ser mãe pra você?

R: Difícil....

P: É difícil?

R: Difícil. Muito difícil. Trabalhar tem seu preço, as crianças crescendo, não respeita, não tem... não sabe como ficar (Gardênia)

Embora haja uma certa concordância das entrevistadas no que significa ser mãe e que esse tudo significa assumir todas as responsabilidades e cumprir com as condicionalidades do programa, só é possível identificar-se nesse papel social e individual. Ao responder, das seis entrevistadas, somente duas mostraram ser um lugar de dificuldade. Isso ocorre, ainda que ideologicamente os papéis femininos assimilados não fossem questionados, o que torna possível identificar que há dois tipos de níveis de consciência política, que podem ser semi-intransitiva e a consciência transitiva ingênua. A consciência semi-intransitiva, segundo Freire (1981):

Seria uma quase imersão na realidade, esta modalidade de consciência não consegue captar muitos desafios do contexto ou os percebe distorcidamente. Sua semi-intransitividade envolve certa obliteração que lhe é imposta pelas condições objetivas. Daí que no seu ‘fundo de visão’ os dados que mais facilmente se destaquem sejam os que dizem respeito aos problemas vitais, cuja razão de ser, de modo geral, é sempre encontrada fora da realidade concreta. É que, a este nível de quase imersão, não se verifica facilmente o que chamamos de ‘percepção estrutural’ dos fatos, que implica na razão de ser dos mesmos. Desta forma, a explicação para os problemas se acha sempre fora da realidade, ora nos desígnios de divinos, ora no destino, ou também na ‘inferioridade natural’ de homens e mulheres cuja consciência se encontra a esse nível. (Freire, 1981, p. 73)

No caso dessas mulheres, não se pode afirmar que elas não percebam a sua realidade concreta, pelo contrário, talvez tenha tanta concretude, sendo de uma miserabilidade tamanha que as condições de sobrevivência e manutenção material se coloquem acima das condições subjetivas de humilhação social. Esse nível de consciência não possibilita a elas uma codificação e decodificação dos componentes ideológicos. O papel feminino projetado a essas mulheres é o de uma mulher de uma classe dominante, sem considerar o contexto econômico delas. São mulheres que precisam da intervenção do Estado, mas com subsídios para lhe ajudarem na manutenção da vida e não para sobrecarregá-las nas suas tarefas e no trabalho, culpabilizando o pobre pela pobreza (Euzébios Filho, 2010, 2014).

Para Euzébios Filho (2010), a ideologia tem um caráter dominante, uma vez que apresenta um caráter político a serviço da dominação social e na manutenção da pobreza, propagando a ideia de que a pobreza é reflexo de um fracasso e a sua superação se daria somente por um esforço individual, tecendo, dessa forma, uma imagem negativa da pobreza, com alguns traços marcantes como a culpabilização do indivíduo pelos seus fracassos e por um discurso de competência, assim como a sua associação à violência. A reflexão apontada por Euzébios Filho (2010) nos remete às condicionalidades do Programa Bolsa Família. Um dos objetivos e eixo do programa era que pela transferência de renda, o beneficiário pudesse superar a pobreza, como se as condições de sobrevivência delas se dessem pela renda recebida. Um outro fator é

que o valor recebido não seria o suficiente para a manutenção da vida, considerando o custo de vida de cada cidadão na cidade de São Paulo, uma das cidades com o custo de vida mais alto.

Duas das entrevistadas que residem na comunidade pagam aluguel, com o valor de R\$ 500,00. Ainda que paguem os aluguéis, outras esferas das suas vidas ficam sem assistência, desdobrando-se como podem para garantir a sua sobrevivência e a dos filhos. Costa e Souza (2021) identificaram que existe uma hierarquia de gasto com o valor recebido, existindo um valor moral no investimento do benefício, que são dirigidos para os filhos, que seriam os gastos com alimentação e os desejos das crianças. Os autores ainda questionam que, embora o PBF não tenha direcionado como o dinheiro deve ser investido, as beneficiárias o hierarquizam, primeiro as crianças e depois outras necessidades. Haveria, nesse caso, alguma relação com as condicionalidades do PBF? Essa reflexão problematiza como as beneficiárias compreendem as condicionalidades e o recebimento do benefício, como o analisam e por que chegaram a precisar do benefício. Quando questionadas por que chegaram a receber a renda, as entrevistadas, na sua maioria, responderam que estavam desempregadas. Uma delas afirmou ter recebido por causa do filho mais novo estar na escola e são apresentados, referente a isso, alguns trechos:

Entrevistadora: Eu imagino, eu imagino. Deixa eu te perguntar, por que que você precisou do benefício do Bolsa Família?

R: Foi através de mim... dela, mesmo. Porque eu num... nunca tinha feito, né?

P:Entrevistadora: Você nunca recebeu o benefício antes?

R: Não. Aí eu fiz quando eu engravidei dela, lá no Pernambuco. Aí pronto, aí eu fiz, já comecei receber. Aí quando eu pego, eu dou 50 a ela e fico com o restante. Que é 130, né? Pronto.

Entrevistadora: E me fala uma coisa, por que que você acha que chegou precisar do benefício? Por que precisou do benefício?

R: Porque eu fiquei desempregada no momento e fiquei muito doente [Outro som no fundo]. Aí eu tive que correr atrás do benefício, né?

P: Assim, o que que fez a senhora receber o Bolsa Família?

R: Não, na verdade eu nem fui atrás do Bolsa Família, né? É, como o meu filho estuda, né? Estuda ali no... ele estuda aqui no EDA e faz... esporte no educandário.

P: Tá.

R: Então eles enviaram um papel pra mim preencher pra mim poder receber esse Bolsa Família.

P: Tá.

R: Por causa dele.

P: Tá. Entendi.

Os trechos acima refletem o que Euzébios Filho (2014, 2016) afirma, de que os programas de transferência de renda obstaculizam a consciência de classe sendo confundido com assistencialismo ou paternalismo, como base para implementação de ideologias, confundindo o que seria papel do Estado e incorrendo em um favor realizado, o que não é. Nas suas respostas, as beneficiárias não deixam claro que recebem a renda pela sua condição de

classe, condição imprescindível para o recebimento do benefício. A consciência de classe não é algo posto ou palpável, é algo construído relacionadamente, ou seja, dialeticamente. A consciência de classes não se forma naturalmente, mas por caminhos pavimentados pelo despertar das contradições entre as classes, do consumo mercadológico, das artes, do tempo livre, e da reflexão de possíveis saídas, bem como do engajamento na construção dessas saídas (Marx, 1847, 1984; Freire, 2019; Thompson, 1987; Euzébios Filho, 2014).

A consciência de classes é constituída pela tomada de consciência das contradições insuportáveis no nosso mundo, pela tomada de responsabilidade no compromisso para mudar o mundo desigual e opressor de maneira planejada, organizada e realmente democrática. É a tomada de consciência das necessidades gerais e coletivas, não privadas, auxilia na construção dessa alternativa do mundo para todos. Cabe ressaltar que o processo de tomada de consciência passa pela codificação e decodificação dos mecanismos opressores e ideológicos presente na sociedade, ideologia no sentido de falseamento da realidade (Marx, 1847, 1984; Freire, 2019; Thompson, 1987; Euzébios Filho, 2014).

Dessa maneira, pode-se também afirmar que as falas delas refletem uma consciência intransitiva ingênua, que segundo Freire (2018) seria:

[...] a transitividade ingênua, fase em que nos achávamos e nos achamos hoje nos centros urbanos, mais enfática ali, menos aqui, se caracteriza, entre outros aspectos, pela simplicidade na interpretação dos problemas. Pela tendência em julgar que o melhor foi o tempo passado. Pela subestimação do homem comum. Por uma forte inclinação ao gregarismo, característico da massificação. Pela impermeabilidade à investigação, a que corresponde um gosto acentuado pelas explicações fabulosas. Pela fragilidade na argumentação. Por forte teor de emocionalidade. Pela prática não proporcionalmente do diálogo, mas da polêmica. Pelas explicações mágicas. Esta nota mágica, tipicamente da intransitividade, perdura, em parte, na transitividade ampliam-se os horizontes. Responde-se abertamente aos estímulos. Mas se envolvem as respostas de teor ainda mágico. É a consciência do quase homem-massa, em que a dialogação mais amplamente iniciada do que na fase anterior se deturpa e se distorce (Freire, 2018, p. 83)

O recebimento do programa não favorece para uma conscientização transitiva reflexiva para essas mulheres, ao nos atentarmos para a sua realidade de miserabilidade material e que, de certa forma, transpõe-se e se reflete na sua subjetividade. Em outras palavras, na sua expressão de gênero e classe, não se pode afirmar que o PBF fomenta uma ação transformadora em uma ação política. Será que ao cumprir com suas obrigações para o recebimento, ou seja, as condicionalidades não acumulam mais tarefas e mais funções que inibam a atividade reflexiva da ação?

Martín-Baró (2003) aborda o impacto do trauma psicossocial na situação de guerra nas crianças salvadorenhas, podendo-se, de forma análoga, pode-se compreender que a situação em que essas mulheres vivem também é de uma guerra diária, contra a desigualdade, o despejo e a miséria. O autor aponta que o trauma não se caracteriza por um fenômeno individual, ainda que possa ser vivido individualmente, e propõe uma compreensão do conceito trauma, tendo a realidade vivida pelas crianças na situação de guerra, considerando, assim, os danos psíquicos causados por tal situação, caracterizando-se como um trauma psicossocial. O autor explica que uma situação que acarreta danos psíquicos afeta o desenvolvimento ou o funcionamento normal do ser humano, tornando-se patológico, acarretando, assim, transtornos que afetam as suas capacidades, pensamentos e comportamento, transpondo o conceito de trauma do modelo médico e entendendo que poderia se falar de traumas sociais, que afetam toda uma população.

Essas mulheres referem o tempo todo o medo de perder seus filhos para essa suposta “guerra” que seria o tráfico, a violência. Se preocupam e tentam de toda forma exercer um cuidado dentro do que é possível para a manutenção e cuidado de seus filhos, que se desenvolvem nesse cenário muitas vezes cercado pela criminalidade e descaso do governo. Podemos afirmar que essas mulheres vivenciam situações impactantes e de violência em várias esferas, o que acarretaria uma impossibilidade de poder identificar processos ideológicos com mais criticidade, diante de situações de extrema vulnerabilidade socioeconômica. Essas mulheres precisam se manter a qualquer custo, sem espaços para tratarem das suas emoções, aspirações e do seu futuro. Martín-Baró (2003) aponta que, ao falarmos de trauma psicossocial, tirando do caráter particular e individual, consideramos a realidade histórica de cada indivíduo, ou seja:

- 1) O trauma psicossocial possui caráter dialético e histórico produzido socialmente e que o indivíduo é só uma parte; 2) que a solução para o trauma não significa somente atender o indivíduo, mas compreender as raízes e estruturas sociais que condicionam o trauma; 3) que as situações sociais dos traumas não a única causa, mas corroboram para a manutenção e multiplica o caso de traumatizados (Martín-Badaró, 2003, p. 293).

O trauma psicossocial, dessa forma, desumaniza os indivíduos, colocando-os em situações bizarras, segundo o autor, e alimentando um mecanismo de opressão social e exploratória, insurgindo em um contexto de anormalidade social, que afeta diretamente o desenvolvimento da construção da identidade e desenvolvimento da sua vida nesse contexto desumano. Nesse sentido, pode-se transpor a realidade das crianças salvadorenhas para a dessas mulheres e compreender que, de tamanha desigualdade e sofrimento, a situação de vulnerabilidade socioeconômica não pôde produzir espaços para problematizar a sua relação

entre o PBF e as suas condicionalidades. Uma delas chegou a falar que, quando criança, o seu pai foi assassinado na comunidade, próximo à entrada da sua casa atualmente. Hoje, ela com 24 anos mora com o marido e o filho em, aproximadamente, 20 metros e declara que se não fosse o benefício, estaria morando na rua.

A entrevistada Petúnia reclama e sente que adoeceu por não conseguir ter uma vida “mais funcional”. Ela morava em Pernambuco e precisou vir para São Paulo. Quando chegou aqui se deparou com a diferença econômica e acabou adoecendo. A entrevistada está afastada em decorrência da medicação psiquiátrica e ela e o marido não conseguem voltar para Pernambuco. Essas mulheres, embora não estejam no contexto de guerra, como já mencionado, também lidam com armas bélicas, violência doméstica, travam batalhas diárias, na preocupação com seus filhos, para que não se percam em outros caminhos. Uma das entrevistadas menciona a carência de atividades que a ajudaria na educação das crianças:

P: E como que você avalia as condicionalidades do bolsa família?

R: Porque a gente sabe que a pessoa, ela recebe o benefício, mas ela tem que manter a caderneta de vacinação em dia, levar no posto, né? Atendimento médico... parece que

P: agora as... vocês vão ter direito, também, né, a... ao atendimento médico.

R: Ah, assim, as carteiras dele tão tudo em ordem, né, as carteirinhas deles.

P: Tá.

R: Tão tudo em ordem. Levo pra pesar no posto quando elas vêm aqui.

Elas vêm aqui. Vêm. E manda a gente levar eles. A gente vai, pesa, as vacinas, essas coisas... Porque tem que cumprir essa condicionalidade senão perde o benefício. Isso.

P: Mas como que você sente isso, você sente que isso te ajuda...

R: Ajuda bastante...

P: Ou isso te sobrecarrega, tipo é mais uma tarefa pra você fazer...

Não, me ajuda.

R: Te ajuda a se organizar com a saúde dos meninos.

P: Com os remédios, a saúde das crianças é uma responsa, né?

R: Sim. Bastante, né? É.

P: Sim, sim. E o que que significa ser mãe pra você?

R: Difícil.

P: É difícil?

R: Difícil. Muito difícil. Trabalhar tem seu preço, as crianças crescendo, não respeita, não tem... não sabe como ficar.

P: E, assim, você tá sem trabalhar desde quando? Desde quando começou a pandemia?

R: É.

P: Como que foi pra você ficar sem trabalhar.

R: Ah, tá sendo muita precisão. [Se refere a alguém] faltando trabalho também, começou agora.

Quando perguntadas sobre as condicionalidades do programa, todas afirmaram que se sentiam ajudadas na realização das tarefas e não sobrecarregadas, ainda que o PBF fomente uma reprodução no papel de gênero como citado no capítulo anterior. Embora se referirem a

ser ajudadas, Costa e Souza (2021) apontam que as condicionalidades do PBF possuem algumas características importantes na perspectiva das beneficiárias. A primeira seria de uma espécie de acordo entre o PBF e as beneficiárias representante da família, numa espécie de contrato entre elas e o Estado. A ambiguidade entre o conhecimento das regras impostas do programa se diversifica. Em algumas regiões, as regras são bem compreendidas e assimiladas, em outras há um déficit na compreensão e na execução das condicionalidades do PBF, o que resulta no desligamento da família do PBF. Isso, quando acontece, é acompanhado de um sentimento de medo e vergonha. Reconhece-se a importância do programa para a manutenção da educação e saúde da criança, porém, esbarra-se na limitação dos serviços oferecidos na assistencial social, que vão desde a marcação de consultas à falta de professor nas escolas.

Para as mulheres que recebem o benefício do jardim Raposo Tavares, há uma predominância de que as condicionalidades as ajudam. Das seis entrevistadas, todas referiram o mesmo e mostraram, nas suas repostas, o quanto a maternidade seria um lugar de completude para elas. Porém, das seis entrevistadas, somente uma conseguiu evidenciar que as ações do Estado na comunidade precisavam se expandir e aumentar para ajudá-la materialmente. Como já mencionado na metodologia, a pesquisa se deu no período da pandemia Covid-19, no qual as crianças tiveram suas aulas on-line. Essa beneficiária comenta da dificuldade em manter as crianças em aula, devido à falta da internet na sua residência e na comunidade como um todo. Para Gardênia o programa já traz a possibilidade de se organizar e cuidar de seus filhos, a saída das drogas, a busca de um lugar por dignidade, podemos afirmar que as condicionalidades sirva para ela como uma referência no que tange o cuidado.

Podemos afirmar que no que tange à consciência política dessas mulheres, elas se encontram em um nível de semi-intransitividade e transitividade ingênua. Segundo Freire (2019), a consciência não é algo estático, imutável, ela é dialética. É nesse movimento que a consciência se faz e se manifesta. Em Martín-Baró (1996), o processo de conscientização é: “um termo cunhado por Paulo Freire para caracterizar o processo de transformação pessoal e social que experimentam os oprimidos latino-americanos quando se alfabetizam, em dialética com o seu mundo” (Martín-Baró (1996, p. 16). Para os autores, essa já seria uma transformação social que surgiria em decorrência de uma mediatização gradual, capaz de decodificar os mecanismos presentes que oprimem e desumanizam, para que só assim sejam capazes de problematizar a sua relação “contratual” com o Estado, abrindo-lhes novas possibilidades.

Abrir novas possibilidades é colocar essas mulheres no centro das pautas dos programas de transferência de renda, para que junto delas se possa pensar nas políticas públicas que as ajudem mais e dar a elas lugar de protagonistas das suas histórias de vidas, incidindo nas suas

identidades e alterando, de fato, a sua subjetividade, cabendo uma mediação que fomente um processo de desalienação da consciência da identidade pessoal, refletindo essa mudança na realidade e nas relações. A expressão da consciência política dessas mulheres sobre sua condição de pobreza mostra que possuem conhecimento, tendo uma base da realidade e podendo, ingenuamente, reconhecer os aspectos ideológicos presentes nas relações sociais, embora haja um caráter fatalista predominante. Esse caráter emerge quando perguntadas sobre a necessidade de receber o benefício do programa, no qual a pobreza se coloca como um destino certo, o que Martín-Baró (1998) mostra, ao apontar que o fatalismo é uma compreensão da existência humana, como um destino a ser percorrido, predestinado, como se não houvesse escapatória, a não ser aceitar e se resignar a essa condição humana, com características afetivas, comportamentais e ideacionais. Dentre as características preconizadas pelo autor, podemos ressaltar que as comportamentais seriam a que se mais destacam entre essas mulheres. Nessa característica, o fatalismo aparece como uma urgência daqui e agora. O conhecimento sobre as circunstâncias do passado e a projeção para o futuro não ajudaria a mudar a condição existencial, ressaltando um sentimento de impotência, submissão e resignação frente ao mundo e à sociedade.

Freire (2018) propõe que, para uma organização reflexiva do pensamento crítico, a educação precisa dar meios para superar a captação mágica ou ingênua da sua realidade, para uma predominantemente crítica. Para uma maior criticidade da captação da realidade, necessita-se captar a causalidade autêntica. O homem é capaz de captar os dados da realidade (Freire, 2018, p. 137), não estando numa ignorância absoluta e tampouco numa verdade absoluta. Ao apreender a realidade, essa vem acompanhada de nexos causais e a captação não está isenta da situação problemática, nem composta só do fenômeno.

Talvez como uma possível saída, seria um resgate da memória histórica, de conquista de direitos e da própria formação do bairro e do local onde pisam. Organização popular, que neste momento, como adiantamos não é favorável. Solidariedade de classe, que se materializa em uma rede de apoio social e afetiva, assim como redes e tentativas de iniciativas de movimentos sociais, associações de moradores, como é o caso da cozinha solidária do MTST, ou de práticas de economia solidária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise realizada, a partir do resultado das narrativas das entrevistadas do presente estudo, das mulheres beneficiadas do PBF, somado ao conhecimento e vivência que se tem do contexto, além da caracterização sociodemográfica do território, permite-se concluir que na elaboração da expressão de gênero há uma tendência a naturalização dos papéis femininos no cumprimento das condicionalidades do programa, assim como compreendem a sua condição de classe como fatalista na expressão da sua consciência política. Pode-se identificar que o programa corrobora para uma reprodução dos papéis femininos na esfera doméstica e reprodutiva. Contribui-se, assim, para uma divisão sexual do trabalho e manutenção da condição de classe, como já preconizado pela perspectiva Marxista. Essa divisão favorece ideologicamente para que a mulher assuma os trabalhos doméstico e favoreça condições para o patriarcado, assim como para um contexto neoliberal, fomentando, inclusive, um feminismo neoliberal. Há uma reprodução ideológica que as ajuda com a possibilidade de uma renda mensal, mas que não discute e problematiza o papel feminino numa sociedade de classes. A realização das tarefas domésticas e a manutenção da saúde das crianças reproduzem o modelo de uma mulher que só poderia se dedicar a esses cuidados, o que não expressa a realidade dessas mulheres. Para a composição da renda, elas ainda precisam suplementar com atividades informais e, nesse sentido, como se dá a manutenção e a realização das atribuições delegadas pelo PBF.

A partir das narrativas dessas mulheres, foi possível entender que a participação no PBF corrobora para a construção do papel feminino pautado na maternidade e as condicionalidades as ajudam e as organizam na realização dos cuidados das crianças. Quanto às outras possibilidades de expressão dos papéis femininos, não se pode identificar, a partir das narrativas delas, aspirações, porém para algumas entrevistadas os sonhos ou outras perspectivas que são retornar para sua cidade natal, uma vida com mais dignidade e proteção para os filhos. Para elas, a identidade mãe é a imagem que constrói de si, é a identidade feminina possível, é o lugar de potência dessas mulheres, diante de tanta escassez e dificuldades projetam para seus filhos um futuro melhor que não incorra em um fatalismo no que diz respeito a situação de violência na comunidade. Ainda sobre as condicionalidades, nota-se uma obrigatoriedade para que não se perca o benefício, como uma espécie de contrato entre e o Estado e elas. Será que as condicionalidades do programa sutilmente colocam a mulher num meio de produção, mascarando a sutileza capitalista, colocando-se como uma espécie de pagamento para as suas atribuições na esfera doméstica e reprodutiva, ao invés de, de fato, servir como um auxílio?

Quanto à consciência política, foi possível identificar a expressão de gênero e classe, no que diz respeito aos aspectos psicossociais como fatalismo e ideologia, que há um reconhecimento de forma ingênua e semi-intransitiva. Essas mulheres reconhecem que há dificuldades e condições precárias nas suas vidas, porém, não conseguem apreender os aspectos ideológicos numa casualidade autêntica, como preconizado por Freire (2019), e não conseguem compreender os nexos causais desse processo, entendendo-os de uma forma que melhor lhe agrada, como fenômenos externos a elas, assim como também não se demonstra conseguir decodificar e codificar a sua realidade. Esse processo precisa ser mediado, ou seja, necessita de alguém, pode ser pelo psicólogo social ou qualquer outro profissional, ou líder na comunidade que o represente que possa ajudá-las nessa decodificação e de uma identidade social que permita reivindicar e solidificar as resistências existentes por parte dessas mulheres, como preconizado por Martín-Baró (1996), que evidencia que é preciso construir caminhos possíveis que as tirem de um lugar de desumanização, desideologizados e de opressão na lógica capitalista.

A compreensão da realidade vivida por elas incorre no fatalismo mais destacadamente no aspecto comportamental, havendo a necessidade de um imediatismo circunscrito pelos traumas das inúmeras vulnerabilidades socioeconômicas e negligência por parte do Estado. Problematizar o passado e vislumbrar o futuro são passos difíceis nesse momento de realização da pesquisa. A resignação e a submissão parecem caminhos mais seguros, ainda que não lhes tragam mudanças, mas também não são acompanhadas de ameaças, mais do que já as vividas diariamente no cotidiano dessas mulheres. Essas mulheres ao saírem para trabalhar além de batalharem para a manutenção da vida junto aos seus companheiros, elas também lutam para que minimamente possam contribuir na educação dos filhos, valorizam a escola, embora a maioria delas não tenha o ensino fundamental concluído. Margarida e Petúnia saíram de uma situação mais precária em termos socioeconômicos para buscarem uma vida com mais dignidade, a encontraram não se pode afirmar, talvez sim, pois tem sua residência, conseguem se manter e sustentar a família com todas as dificuldades presentes.

Nesse sentido, pode-se compreender que elas possam transitar entre os níveis da consciência na compreensão de Freire (2019), entre a semi-intransitividade e a transitividade ingênua. É indispensável para as mulheres do Jardim Raposo Tavares a urgência de um espaço de diálogo que fomente a transição dos níveis de consciência delas, para uma criticidade na qual elas possam contribuir na construção dos espaços e de políticas públicas. É nos níveis de consciência, que aqui tomaremos o conceito de consciência política dessas mulheres, que para poderem circular além dos níveis já mencionados, tanto na sua condição de classe como na sua

expressão de gênero precisam de espaços de conversas e trocas, precisam serem ouvidas. Durante as entrevistas isso ficou muito evidente, mais do que falar do PBF o interesse era falar delas, do que as afligiam, as preocupavam, o benefício pode sim prover uma renda na parte concreta do cuidado, mas elas precisam expressar sua subjetividade e de quanto cada passo foi importante para elas nesse sentido, serem acolhidas. A consciência não é uma condição estática, ela é dialética, ela transita entre os níveis de consciência preconizados por Freire (2019) e nesse sentido as rodas de conversas poderiam ser um espaço de escuta que possibilitasse essa troca entre elas.

As identidades construídas pessoal e socialmente, consolidam-se na maternidade e na condição de pobreza, porém, uma pobreza que as colocam numa posição de culpabilização. Num dos eixos do programa, está preconizada a superação da pobreza, pela via do recebimento benefício, mas, ser pobre é mais que receber uma renda. Ser pobre, no Brasil, é não ter condições materiais para muitos dos itens que se preconizaria numa vida digna, que de fato contemple saúde e educação, moradia, lazer, condições de poder, de fato, debruçar-se com tempo para outras questões além da sobrevivência e manutenção precária da vida. Ser pobre também é estar mais vulnerável a situações de humilhação, rebaixamento e vergonha. Ser pobre e ser mulher, no contexto da pesquisa, é ser mãe e ter responsabilidades domésticas.

Assim, torna-se necessária a intervenção com maior ênfase de profissionais que possam, junto com essas mulheres, fomentar um espaço de manifestação do pensamento crítico e feminista, que de fato possa na subsídios na condução da vida cotidiana. A participação nas comunidades de alguém como propõe Paulo Freire, possibilitaria a expressão e maior reconhecimento dos processos estruturais existentes na sua realidade social. Seria preciso mais do que os mostrar, mas interpretá-los para que não caiam no que Euzébio Filho (2014) identificou, que os programas de transferência de renda obstaculizam a consciência de classe, insurgindo em uma crença de favoritismo do Estado.

Cabe ao profissional ou pessoa que se propuser a essa jornada com elas mediar esse processo para essas mulheres, a promoção de um diálogo na construção das políticas públicas, que são de extrema importância, porém, na sua formulação, precisam estar atentas para não que não sejam meios de reprodução e opressão de diferenças de classe e tampouco numa perspectiva patriarcal, que coloca a mulher numa esfera doméstica e reprodutiva. Como diria Lelia Gonzalez⁶, parece que domesticar surge com muitas finalidades, inclusive para domesticar o sexo e o trabalho.

⁶ In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, D., & Rojas, G. (2019). Feminismo, pós-colonialismo e as mulheres como frente de luta pela democracia: análise do caso argentino. In *43 Encontro Anual da APOCS*, Caxambu, MG.
- Alves, J. E. D., Cavenaghi, S. M., Carvalho, A. A. C., & Soares, M. C. S. (2019). Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas no Brasil. In E. A. Blay, & L. Avelar (Orgs.). *50 anos de feminismo de feminismo: Argentina, Brasil e Chile* (pp. 15-49). São Paulo: Edusp.
- Arendt, H. (2010). *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo; Revisão técnica de Adriano Correia. (8a. ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Arretche, M., Marques, E., & Faria, C. A. P. (2019). *As políticas da política (recurso eletrônico): desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e PT*. São Paulo: Unesp Digital.
- Aruzza, C., Bhattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Atewologun, D. (2018). Intersectionality theory and practice. Queen Mary University. *London School Business and Management*, 1-19. doi.10.1093/acrefore/9780190224851.013.48.
- Beauvoir, S. (2019). *O segundo sexo: a experiência vivida* (5a. ed., S. Millet, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Benhabib, S., Butler, J., Cornell, D., & Fraser, N. (2018). *Debates feministas. Um intercâmbio filosófico* (F. Veríssimo, trad.). São Paulo, SP: Unesp.
- Benjamin, W. (1984). *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo, SP: Summus.
- Benjamin, W. (1990). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: W. Benjamin. *Magia e técnica, arte e política* (pp. 197-221). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Bonnet, A. (2020). O feminismo marxista tem uma história? Breve estudo do caso francês. In D. E. Martuscelli, (Org.). *Os desafios do feminismo marxista na atualidade* (pp. 23-35). Chapecó: Marxismo.
- Bosi, E. (2003). Memória da cidade: lembranças paulistanas. *Estudos Avançados*, 17(47), 198-211. doi.org/10.1590/S0103-40142003000100012.
- Brandão, C. R. (1985). Pesquisar-Participar. In Brandão, C. R. (Org.). *Repensando a pesquisa participante* (pp. 7-14). São Paulo: Brasiliense.

- Brasil. (2019). Ministério do Desenvolvimento Social. Bolsa Família e Cadastro Único. *Governo Federal*. Recuperado de <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dado>.
- Brasil. (2020). *Bolsa Família: 14,28 milhões de famílias receberam o benefício em maio*. Recuperado de <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/06/bolsa-familia-14-28-milhoes-de-familias-receberam-o-beneficio-em-maio>.
- Brasil. (2022). Ministério da Cidadania. *Auxílio Brasil*. Recuperado de <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>.
- Carvalho Neto, A., Tanure, B., & Andrade, J. (2010). Executivas: carreira, maternidade, amores e preconceitos. *RAE-eletrônica*, 9(1), 1-23. doi.org/10.1590/S1676-56482010000100004.
- Chaperon, S. (2012). *Féminisme et socialisme, une histoire conflictuelle*. Toulouse: Université Populaire de Toulouse.
- Cisne, M. (2014). *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez.
- Cisne, M. (2018). Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serviço Social & Sociedade*, (132), 211-230. doi.org/10.1590/0101-6628.138.
- Collins, P. H. (2020). *Interseccionalidade*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Correia, S. P. A. (2015). *Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos).
- Cyrino, R. (2009). Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. *Sociologias*, (21), 66-92.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011.
- Crenshaw, K. (2015). Why intersectionality can't wait. *The Washington Post*. Recuperado de <https://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2015/09/24/why-intersectionality-cant-wait/>.
- D'Atri, A. (2017). Feminismos populares: resistencia o revolución (permanente). *Revista Ideas de Izquierda*, (37), 30-31. Recuperado de https://www.laizquierdadiario.com/ideasdeizquierda/wp-content/uploads/2017/04/31_32_DATri-Untitled-Extract-Pages.pdf.
- Davis, Â. (2013). Mulher, raça e classe. *1.ed.* São Paulo, SP: Boitempo.
- Dembo, T. (1993). Reflexões sobre os determinantes qualitativos em psicologia: um estudo metodológico. *Journal of Russian & East European Psychology*, 31(6), 15-70.

- Draibe, S. M. (2006). Brasil: Bolsa-Escola y Bolsa Família. In Cohen, E., & Franco, R. (Orgs). *Transferencias con corresponsabilidade: uma mirada latino-americana* (pp. 101-135). México: Flasco.
- Duarte, N. (2000). A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: a dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. *Educação & Sociedade*, 21(71), 79-115. doi.org/10.1590/S0101-73302000000200004.
- Erickson, F. (1986). Qualitative methods in research on teaching. In Wittrockk, M. (ed.). *Handbook of research on teaching* (3a ed., pp. 119-161). New York: MacMillan.
- Euzébios Filho, A., & Guzzo, R. S. L. (2009). Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. *Psicologia & Sociedade*, 21(1), 35-44.
- Euzébios Filho, A. (2010). *Sujeito e consciência: entre a alienação e a emancipação*. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas).
- Euzébios Filho, A. (2014). *Psicologia Social e desigualdade: um estudo sobre a consciência política de beneficiários de programas de transferências*. Curitiba, PR: Juruá.
- Euzébios Filho, A. (2016). Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 257-266. doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p257.
- Engels, F.A. (1984). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro, RJ: Editora civilização brasileira.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo, SP: Elefante.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo, SP: Elefante.
- Ferreira, L. P., & Mariano, S. A. (2014). Gênero e o Programa Bolsa Família: que papel cabe às mulheres? In *III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3a. ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Fraser, N. (1995). From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'postsocialist' age. *New Left Review*, (212), 68-93. Recuperado de <http://bibliopreta.com.br/wp-content/uploads/2018/01/Fraser-Redistribution-Recognition-Dilema-1.pdf>.
- Fraser, N. (2002). Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In C. Bruschini, & S. G. Unbehau, (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira* (pp. 59-78). São Paulo, SP: FCC.
- Fraser, N. (2013). *Fortunes of feminism: from State-Managed Capitalism to neoliberal crisis*. New York: Verso.

- Fraser, N. (2014). Tras la Morada Oculta de Marx: por una concepción ampliada del capitalismo. *New Left Review*, (86), 57-76. Recuperado de <https://newleftreview.es/issues/86/articles/nancy-fraser-tras-la-morada-oculta-de-marx.pdf>.
- Fraser, N. (2018). “Falsas antíteses: uma resposta a Seyla Benhabib e Judith Butler.” In S. Benhabib, J. Butler, D. Cornell, & N. Fraser. *Debates feministas. Um intercâmbio filosófico* (F. Veríssimo, trad., pp. 93-115). São Paulo, SP: Unesp.
- Freire, P. (2001). Ação cultural e conscientização. In; *A educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freire, P. (2009). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freire, P. (2018). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra.
- Gatto, Y. R. (2019). A urgência do feminismo marxista na sociedade. In *5 Seminário Comunicação e Territorialidades*. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- George, J. (2012). *Les femmes travailleuses*. Paris: França: Librairie des Tropiques.
- Gomes, S. S. R. (2011). Notas Preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência de renda direta. O caso do Bolsa Família no Brasil. *Textos e Contextos*, 10(1), 69-81. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527168006.pdf>.
- González Rey, F. L., & Martínez, A. M. (2017). *Subjetividade: teoria, epistemologia e método*. Campinas, SP: Alínea.
- González Rey, F. L. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios* (M. A. F. Silva, trad.). São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.
- Heller, A. (2006). *O cotidiano e a história*. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Hooks, B. (2019). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro, RJ: Rosas do Tempo.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2011). *Retratos das desigualdades de gênero e raça* (4a. ed.). São Paulo, SP: Ipea.
- Jacobina, C. V. (2020). *Bruxas: um itinerário pela segunda onda do feminismo*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).
- Kantola, J. (2006). *Feminists theorize the state*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Léxico. (2022). Dicionário de Português online. Significado de cuidar. *Léxico*. Recuperado de <https://www.lexico.pt/cuidar/#:~:text=A%C3%A7%C3%A3o%20de%20tratar%20de%20algo,3>.

- Lukács, G. (1974). *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Lisboa: Portugal: Escorpião.
- Machado, C. B. (2019). *O que cabe às mulheres no Programa Bolsa Família? Uma história de muitas Maria, Mahins, Marielles e Malês*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora).
- Machado, C. B., & Paiva, F. S. (2020). As mulheres na política de transferência de renda: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Psicologia Política*, 20(48), 295-310. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Marcelino, G. H. (2019). *Feminismo, ponto de renovação do marxismo*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Mariano, S. A., & Carloto, C. M. (2009). Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 901-908. doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300018.
- Mariano, S. A., & Carloto, C. M. (2013). Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. *Sociedade e Estado*, 28(2), 393-417. doi.org/10.1590/S0102-69922013000200011.
- Marinho, E., Linhares, F., & Campelo, G. (2011). Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? *Revista Brasileira de Economia*, 65(3), 267-288. doi.org/10.1590/S0034-71402011000300003.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002.
- Martín-Baró, I. (1998). El Fatalismo como identidade cognitiva. In A. Blanco (Org.). *Psicología de la Liberación* (pp. 39-130). Madrid: Espanha: Trota.
- Martín-Baró, I. (2003). Guerra y trauma em la niñez. In A. Blanco, & L. Corte. *Poder, ideología y violencia* (pp. 289-333). Madrid: Espanha: Trota.
- Martins, L. M. (2006). As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. In *17 ANPED, GT de Filosofia da Educação*. Rio de Janeiro.
- Maruani, M. (1979). *Les syndicats à l'épreuve du féminisme*. Paris: França: Syros.
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes*. (R. Enderle, N. Schneider e L. C. Maratorano, trad.). São Paulo, SP: Boitempo.
- Matthaei, J. (2002). Por que os/as economistas feministas/marxistas/antirracistas devem ser economistas feministas-marxistas-antirracistas. In Faria, N., & Nobre, M. (Orgs.). *Economia feminista* (Coleção Cadernos Sempre Viva). São Paulo, SP: SOF.

- Mendes, E. C. (2014). *Os sentidos de futuro de jovens negras: nos caminhos do Capão Redondo e Jardim Ângela periferia paulistana*. (Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Minayo, M. C. S., & Gomes, S. F. D. R. (2013). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Monteiro, R. (2011). *Feminismo de Estado em Portugal: mecanismos, estratégias, políticas e metamorfoses*. (Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, Coimbra).
- Oliveira, (2017). Neoconservadorismo pós-moderno: implicações teórico-políticas para o feminismo. In *11 Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13 Congresso Mundos de Mulheres. Transformações, conexões, deslocamentos*. Florianópolis, SC.
- Perrot, M. (1999). Sobre a dominação masculina de Pierre Bourdieu (Cadenza Academic Translations). *Travail, Genre et Sociétés*, 1(1), 202-207. Recuperado de <https://www.cairn-int.info/journal-travail-genre-et-societes-1999-1-page-202.htm>.
- Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil* (Coleção História do Povo Brasileiro). São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Pires, M. F. C. (1997). O materialismo histórico-dialético e a Educação. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 1(1), 83-94. doi.org/10.1590/S1414-32831997000200006
- Piscitelli, A. (1997). Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In N. Aguiar (org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres* (pp. 49-66). Rio de Janeiro, RJ: Record/Rosa dos Tempos.
- Rocha, S. (2006). *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?* (3a. ed.). Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Saffioti, H. (2013). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo, SP: expressão popular.
- Saffioti, H. (2015). *Gênero patriarcado violência*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Saffioti, H. I. B. (1976). *A mulher na sociedade de classes*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Saffioti, H. I. B. (2004). Gênero e Patriarcado: violência contra mulheres. In G. Venturi, M. Recamán, & S. Oliveira (orgs.) *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (pp. 43-60). São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, D. F. (2018). *O feminismo e os movimentos autônomos de mulheres rurais: o movimento de mulheres camponesas (MMC) e suas práticas feministas*. (Monografia de Graduação, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu).
- Santos, I. A. F. (2019). *Sem mulher a luta vai pela metade: mulheres, feminismo e política no MST*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria).

- São Paulo. (2015). Atlas socioassistencial da cidade de São Paulo. *Prefeitura de São Paulo*. Recuperado de https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/atlas_socioassistencial_sp_2015.pdf.
- Sato, L., & Souza, M. P. R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, 12(2), 29-47. doi.org/10.1590/S0103-65642001000200003.
- Sawaia, B. B. (1987). *A consciência em construção no trabalho de construção da existência*. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo).
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372. doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010
- Schmidt, M. L. S. (2006). Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, 17(2), 11-41. doi.org/10.1590/S0103-65642006000200002.
- Schmidt, M. L. S. (2008). Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área da saúde. *Ciência e saúde coletiva*, 13(2), 391-398. doi.org/10.1590/S1413-81232008000200014.
- Scott, J. W. (1986). Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *American Historical Review*, 91(5), 1053-1075. doi: 10.2307/1864376.
- Scott, J. W. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 16(2), 5. Recuperado de <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>.
- Souza, E., Baldwin, J. R., & Rosa, F. H. (2000). A construção social dos papéis femininos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), 485-496. doi.org/10.1590/S0102-79722000000300016
- Souza, P. A. (2013). As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. *Revista Humanidades em Diálogo*, 5, 93-108. doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2013.106242.
- Souza, W. L., & Costa, F. A. (2021). Programa Bolsa Família: narrativas de beneficiárias(os) abordadas em produções científicas. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 21(3), 950-970. doi.org/10.12957/epp.2021.62692.
- Spink, P. K. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 20(spe), 70-77. doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010.
- Teles, M. A. A. (2006). *O que são direitos das mulheres*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Thébaud, F. (2007). *Écrire l'histoire des femmes et du genre*. Lyon: França: ENS Éditions.
- Thébaud, F. (2009). *Socialisme, femmes et féminisme*. Paris: França: Jean Jaurès Fondation.

Thompson, E. A. (1987). *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre, RS: e-PUB.

Zylberberg-Hocquard, M. H. (1978). Les Ouvrières d'Etat (Tabacs-Allumettes) dans les dernières années du XIXe siècle. *Journal Le Mouvement Social*, 87-107. doi.org/10.2307/3777551.

ANEXOS

ANEXO I – Termo de consentimento livre e esclarecido

Título da Pesquisa: Mulheres beneficiárias do programa bolsa família: consciência política e a questão da pobreza e gênero.

Nome do pesquisador responsável: Antonio Euzébios Filho.

1. **Natureza da Pesquisa:** O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo analisar e refletir criticamente os processos psicossociais de classe e da consciência de gênero, como expressão da consciência política, com arcabouço teórico feminista de classe e do materialismo histórico e dialético com mulheres da periferia da cidade de São Paulo beneficiadas pelo Programa de Transferência de renda Bolsa Família
2. **Participantes da Pesquisa:** Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família que participam do CRAS residentes no Jardim Raposo Tavares.
3. **Envolvimento na Pesquisa:** ao participar deste estudo o Sr.(a) permitirá que os pesquisadores eventualmente publiquem as informações obtidas, sempre mantendo o sigilo do participante não divulgando seu nome, e sim, apenas dados como idade e grau de formação. O Sr.(a) tem liberdade de se recusar a participar, e ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o Sr. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através dos telefones da pesquisadora(o) do projeto e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.
4. **Sobre as Entrevistas:** será realizado um questionário com algumas questões, no qual o Sr.(a) pode se limitar a responder somente as que souber ou quiser. A entrevista será realizada por chamada de vídeo em função da pandemia da COVID-19, o material a ser utilizado será providenciado pela pesquisadora e será agendado com antecedência, tendo como tempo de duração, aproximadamente, 60 minutos.
5. **Riscos e Desconforto:** os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Não há vinculação desta pesquisa com o pagamento do benefício. *As identidades serão mantidas em sigilo. Se houver algum desconforto ou dúvida, é possível desistir de participar a qualquer momento, inclusive, depois de responder às perguntas do*

questionário. Em caso de desconforto, o pesquisador se coloca à disposição para acolhimento ou encaminhamento das demandas aos competentes, sempre com anuência do participante.

6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e seu orientador terão conhecimento de sua identidade e se comprometem a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados desta pesquisa.
7. **Benefícios:** espera-se que este estudo traga para discussão um momento de reflexão sobre questões que envolvem o cotidiano. Os resultados serão compartilhados com todos os participantes envolvidos, momento em que o pesquisador se comprometerá a dialogar novamente sobre o assunto, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.
8. **Pagamento:** o Sr.(a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Porém, caso haja eventuais despesas decorrentes da participação na pesquisa, o Sr(a) deverá ser devidamente ressarcido. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha, por favor, os itens que se seguem:

Observações:

Não assine esse termo se ainda tiver dúvidas a respeito.

Para garantir o anonimato dos participantes, o questionário não deve ser identificado, ainda que o Sr.(a) assine o TCLE (de modo que o pesquisador também desconheça a identidade individual dos participantes). Confirmando que assinei duas vias deste termo de consentimento, ficando uma via em poder do pesquisador e outra em poder do participante.

Desse modo, autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador responsável

Pesquisador responsável: Antônio Euzébios Filho | (11) 3091-4365 | E-mail: antonioeuzebios@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa USP – Instituto de Psicologia: ceph.ip@usp.br

Av. Prof. Mello Moraes, 1.721 - Bloco G, 2º andar, sala 27 - CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP. Telefone: (11) 3091-4182

ANEXO II – Ficha de identificação

Nome:

Idade: Data de nascimento:

Sexo:

Estado civil:

Filhos: Quantos:

Nacionalidade: Naturalidade:

Escolaridade:

Ocupação: Renda:

CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

Localidade Situação

Rural Urbana própria cedido alugado Outros

Tipo

Casa Apartamento Cômodo Outros números de cômodos:

Tipo de Construção

Alvenaria Madeira Outros

Tipo de Abastecimento de Água

Rede Pública Carro Pipa Poço Outro

Tipo de Iluminação

Relógio Próprio Sem Relógio Outro

Escoamento Sanitário

Rede Pública Fossa Rudimentar Fossa Séptica Céu Aberto

Outro

Descarte do Lixo

Coletado Enterrado Queimado Céu Aberto Outros

ANEXO III – Questionário semiestruturado formulado pelos pesquisadores

- 1) O que significa ser mulher para você?
- 2) Por que você acha que chegou a precisar do benefício?
- 3) Como avalia as condicionalidades do Bolsa Família?
- 4) O que significa ser mãe?
- 5) Quais pontos enxerga a favor do Bolsa Família? Poderia citar quais?

Perguntas Auxiliadoras:

- 6) Como assimila as condicionalidades do Programa Bolsa Família?
- 7) Como se sente em relação as condicionalidades?
- 8) Para você o que significa ser beneficiária do Bolsa Família?

Entrevista 2: G

G, eu vou fazer só umas perguntinhas pra te identificar, mas isso vai ficar comigo, tá? É G...

Menino, deixa de zoar! Vá acabar com esse (não consegui entender) vá.

G do quê?

Da Vilma Mariano [vozes de criança "Vou dar um presente desta..."]. Oh, Eloi, eu tô conversando. Oh, Eloi, foda-se bota essa bolsa aqui, oh, Eloi, senta aqui agora. Venha. Eu tô falando com você, vá, suba!

Qual que é a data de nascimento? Sua data de nascimento, G?

Eu sou de 20 de maio

Ah, você fez aniversário!

Foi dia 20. Foi dia 20.

Parabéns!

Obrigado.

Que ano você nasceu?

Deixa vê... O ano eu não lembro, não...

Quantos anos você fez?

43.

Tô logo atrás de você.

É?

Vou fazer 42 esse ano. Quantos filhos você tem, G?

Nove.

Você é brasileira natural de Pernambuco, né?

Isso.

Garanhões tem uns amigos, lá.

Ih, é?

Um monte. Você frequentou a escola até quando?

Eu fiz até a terceira série, só.

Terceira série. Você atualmente trabalha ou você tá... aposentada? Tá em casa?

Eu não trabalho, eu sou do lar. Eu não trabalho.

Tá. E a sua renda é... você recebe o benefício, só o benefício do Bolsa Família, ou você... ou é composta só pelo teu marido, teu marido que trabalha e mantém a casa?

Eu recebo 130 do bolsa.

Tá. Aqui tem água, né? Na sua casa.

Tem.

A luz tem relógio?

Não... Acho que tem. Sei lá.

Tá. A gente pergunta isso só pra eu traçar um perfil econômico, assim. Rede pública. Vou deixar coletado. Então tá. Oh, aqui é um termo de consentimento da pesquisa, né? O que tá dizendo aqui [ruído alto] que vai manter em sigilo, seus dados são mantidos em sigilo, que não tem relação com o programa, que isso não altera o recebimento do programa, isso não tem nem... nenhum trabalho pra você nesse sentido, e aí fica uma via comigo, eu vou assinar, e uma via com você, tá?

[som de papel]

Nossa, fazia muito tempo que eu não... ouvia Cassiane, gente.

Mas eu não assino.

Você quer que eu marque um x pra você? Nem um X você não quer fazer, nada? Vou fazer... assina do seu jeito, é o seu jeito. Você tem um jeito que sempre assina?

Quê?

[música evangélica ao fundo]

Faz do seu jeitinho, se quiser só fazer um rabisquinho, pode fazer.

Ah, então eu fiz.

[Risos] Tá, essa é sua. A outra eu faço o rabisquinho. Tá bom? Essa pode ficar. Ou senão troca, fica você com essa e essa é minha. E a tremedeira, é só da medicação ou tem a ver com a alimentação, alguma coisa?

Eu não como direito. Eu passo o dia todinho sem comer.

Sem comer, G?

Não me dá fome. Só mesmo meia-noite, e assim mesmo com meu marido brigando comigo pra eu comer.

Você sente, você estranha dele ficar o dia inteiro fora? E você ficar sozinha, isso te incomoda?

É... aí eu não como de jeito nenhum. Eu fico sem um café. Só vou comer a noite. E aí quando eu como um teco de noite aí ele “Vamos comer” e eu já fico ali, sabe? Eu digo “eu não tô com fome, eu não tô comendo”, “você vai comer.” Tem vez que eu choro pra ele.

Não comer.

Não comer. Cansa (conferir), eu não sinto fome.

Entendi...

Não sinto fome de jeito nenhum. Quando me dá fome eu vou... quando tem... aí se tiver uma bolachinha quando me dá fome, eu como duas bolachas contadas.

Mas que... comida mesmo, nada, nem um caldinho, nada...

Nada, nada, nada, nada não. Eu passo o dia inteirinho sem comer. E ele liga pra mim “Já comeu alguma coisa?” Aí eu digo não. Aí ele fica “Quando chegar em casa nós vamos conversar.” Aí tem vez que ele liga e quando eu digo que eu comi, ele “Mentira, você não comeu.” E ele pega muito no meu pé. É ele no trabalho ligando.

Se preocupa com você, né?

É, mas eu não... não desce.

Entendi.

E tem vez a noite que eu vou comer e é chorando pra não comer.

Entendi. G, o que significa ser mulher pra você?

Pra mim... Tem hora que pra mim, eu... não é nada. Eu, né?

E tem horas que é como?

Tem horas que eu me sinto... sabe? Sei lá, eu me sinto... Um orgulho por ser mulher... entendeu? Mas também tem momento que, pra mim, eu não queria nem existir.

Nem se fosse em outro sexo, por exemplo?

Não.

Tá. Entendi. E... Por exemplo, você disse que tem nove filhos, né?

Isso.

Como que é pra você esse lugar de ter nove filhos, você escolheu ter os nove filhos ou não?

Não, não escolhi. E... eu nova demais, né? Não tomava remédio, aí... Eloi, fique quieto(confirmar). Aí engravidava, minha mãe... Muito dos meus filhos minha mãe mandou eu dar, dei meus filhos...

Tá.

Minha mãe com minha irmã, eu tinha que escolher: ou entrava dentro de casa ou meus filhos.

Entendi.

Entendeu? Então eu só criei mesmo cinco.

E esses que você deu, você teve contato depois, ou não?

Tenho contato com todos, tenho com a família mesmo.

Ah, tá.

Não... assim, não foi a gente estranha, foi à família mesmo.

Tá.

Então eu tenho prova, que minha filha mais velha, que é casada, que eu tenho ela no zap. A gente conversa, eu e ela. Teve um tempo que ela queria vir embora pra aqui, pra tomar conta de mim que eu estava muito ruim. Aí eu não ia dei... acabar o casamento de minha filha, né? Pra ela vir pra aqui. Tomar conta de mim. Tenho uma filha de... 16 anos, quase 17, mas já arrumou um marido... foi o que acabou mais comigo, sabe? Foi isso aí.

Você não queria que ela tivesse casado nova assim?

Porque realmente ela não casou, ela se entregou pra ele, só que ela mora comigo. Ele mora na casa da mãe. Sabe? E... eu não gostava dele. E ela estava, eu não gosto. Só que eu tenho que engolir. Mas também tem dia que não sou obrigada que eu boto ele pra correr. Entendeu? Eu não queria isso pra ela. De jeito nenhum. Então pra mim eu vejo que ela vai sofrer, assim, que ela vai sofrer. Que nem eu sofri. Eu sofri muito na minha vida.

Eu imagino, G.

Aí, pronto.

Eu imagino, eu imagino. Deixa eu te perguntar, por que que você precisou do benefício do Bolsa Família?

Foi através de mim... dela, mesmo. Porque eu num... nunca tinha feito, né?

Você nunca recebeu o benefício antes?

Não. Aí eu fiz quando eu engravidei dela, lá no Pernambuco. Aí pronto, aí eu fiz, já comecei receber. Aí quando eu pego, eu dou 50 a ela e fico com o restante. Que é 130, né? Pronto.

Entendi. É....

Mamãe....

Tá todo festeiro.

Que é?

[Risos] Ele é lindo!

Diga aí, Eloi.

Esses são meus concordadinho (confirmar)

Mas esse é muito mais lindo.

[Risos] Deixa eu te fazer outra pergunta. O Bolsa Família tem algumas condições que a gente tem que cumprir, como vacinar, a criança ir na escola, o filho tá na escola. Como que você avalia essas condições que o Bolsa Família coloca pra quem recebe, para os beneficiários ou pras beneficiárias? Como que você percebe isso na sua vida?

Eu acho isso bom.

Você acha importante.

Eu acho importante isso.

Tá.

Porque, se não fosse assim, aí... não era legal. Porque muitas mães iam deixar os filhos aí jogados na rua. Sem botar numa escola. Entendeu? E só recebendo? Não. Pra mim...

Você não acha certo?

Não acho certo.

Mas em algum momento, por exemplo, da sua vida, você achou que ter que cumprir essas condicionalidades, né? Ter que tá atenta com essas coisas sendo mãe, sendo mulher, sendo dona de casa, como que isso... pra você, foi entendido? Como uma coisa que te ajudava ou era uma coisa que você achava que te sobrecarregava?

Ah, assim, tipo, me ajudou. Me ajudou muito, porque... quando... Antes de eu arrumar esse marido meu, minha vida não... eu não vivia.

Entendi.

Eu não vivia. Hoje eu sei que, assim... eu vivo. Entendeu?

Entendi.

Pra mim é bom.

Entendi. Então você acha que isso organizou sua vida.

Foi.

É, quando você fala “eu não vivia” é que você talvez achava que vida não estava...

É.

Tudo muito solto e agora, quando você tem essa rotina, essas obrigações, isso te ajuda e te organiza.

Isso.

Entendi. Entendi. E... pra você, que que é ser mãe, o que significa ser mãe? Pra você?

Tudo. É tudo.

São os seus filhos que te dão a razão de viver.

É. É meus filhos, ainda é meus filhos. Porque, se não fosse eles...

Eu imagino.

Pra mim, pouco importava. [emocionada]

Imagino.

Eu tô aqui por conta deles. Por isso que eu tô aqui ainda.

Sim. Eu sei, eu sei. E... a última pergunta. O que que você enxerga que o Bolsa Família traz ao fato de... Que que você enxerga de bom no Bolsa Família? Assim, a favor do programa? Assim?

Muitas coisas boas.

Como o quê, por exemplo?

É... esse negócio dele, né? Da escola, da vacina, tudo em dia, é... Eles também, tipo, assim, ajudam muito as pess... ajuda... ajuda muito as pessoas, muito as famílias que... não têm condições de sobreviver. É um dinheiro que já ajuda, entendeu? Então pra mim é bom. Esse auxílio que tá saindo agora tá ajudando muitas famílias.

Você conseguiu receber o auxílio emergencial?

Consegui

Ai, que bom.

Consegui.

E te ajudou? Te...

Ajudou muito.

Tá.

Da primeira, vez meu marido estava desempregado.

Seu marido trabalha com o quê, G?

Pintura.

Ah, você falou, desculpa.

É. Só que não é registrado.

É autônomo.

É.

Tá.

Aí ele estava desempregado, me ajudou demais. Porque eu que fiquei pagando o aluguel, entendeu? Fazendo compras pra casa.

Então foi providencial na sua vida ter o benefício tanto do Bolsa Família como ter o auxílio emergencial.

Foi sim. [Criança falando] Deixe aí, depois eu ajeito. Venha, mamãe, chegue.

E é mui... ele tá com um ossinho de galinha na mão.

É...

Ah, é dele.

Faz um tempão que ele tá com esse osso. [Risos] Esse gato, é... eu peguei bem pequenininho ele.

Ai... Era isso, G, as nossas perguntas.

Entrevista 3: M

M (Confirmar), o que significa ser mulher pra você?

Ser mulher? Pra mim é tudo, né?

Que que é tudo?

Ai, meu Deus, agora você me pegou, viu, Vânia? Você vem vir fazer essas perguntas logo na segunda-feira? [risos]

Eu te encontrei.

Gente, eu não raciocínio muito na segunda.

[Risos] Quem que raciocina, M? Me fala! [Risos]

Que que é ser mulher pra mim? É ser mãe... [som externo] Ai, Vania, agora você me pegou.

[outra pessoa] É ser forte, batalhadora, entendeu?

Forte, batalhadora. Põem tudo isso aí.

É isso?

É.

Certo. O que...

É ser guerreira. É tudo isso, pra mim, ser mulher.

E me fala uma coisa, por que que você acha que chegou precisar do benefício? Por que precisou do benefício?

Porque eu fiquei desempregada no momento e fiquei muito doente [Outro som no fundo]. Ai eu tive que correr atrás do benefício, né?

E como que você avalia as condicionalidades do programa Bolsa Família?

Muito boa.

Você acha que...

Ajuda muita gente. Muita mesmo. Esse foi o benefício, assim, maravilhoso.

Então tem que levar a Lorena na escola...

É, passar no médico... tipo, ter um compromisso com você mesmo, que muitas mulheres não tinham, né? Na saúde e na educação, que são os mais... principais, né?

Então isso te ajudou, né? Você acredita que ajudou?

Ajudou.

Certo. O que que você... o que significa ser mãe pra você, M?

Ah, ser mãe pra mim significa... tudo. Tudo de... tudo de bom. Ser guerreira, ser forte, pensar mais no próximo. É... agir mais com o coração. Ah, é tudo, tudo de melhor é ser mãe...

Tá.

Pra mim [risos]. Não tenho nem palavras pra escrever

E... quais os pontos que você... você enxerga a favor do programa do Bolsa Família? assim, o que você enxerga de positivo nele?

Ah, de positivo também tudo. Porque tudo... os auxílios, benefício que o governo dá, sempre pensa nos... que é Bolsa Família. Então mata a fome de muita gente mesmo. Então ajuda...

É importante. Então é uma política importante...

Importante, é muito importante mesmo.

Entendi. Se você pudesse acrescentar alguma coisa que eles pudessem fazer a mais, assim, o que você sugere... qual seria a sua sugestão?

Aumentar o valor.

Aumentar o valor.

[Risos]

Tá certo.

[Risos] Ah, ué, o que ajudaria mais, né? Mas tá bom. [Risos] É a minha opinião.

Tá certo. Pronto!

Entrevista 4 – N.

Ah, meu deus.

Difícil essa pergunta? (risos) Que que você... Quando eu pergunto, assim, o que é que vem na tua cabeça? O que você pensa?

[som de fora] Não tem outro lugar?

[Risos] É difícil ser mulher? É?

É difícil.

Entendi... Vou pra próxima, então. Por que que você acha que você chegou a precisar receber o bolsa família?

Ah, porque eu sou sozinha, né? Meu marido, ele trabalha, mas ele ganha pouco, aí foi... eu corri atrás, né?

Tá...

Tô sozinha, as crianças precisam, né? Graças a Deus consegui.

E te... e faz uma diferença pra você, te ajuda?

Faz, ajuda bastante, compro as coisas deles, entendeu?

Tá. Você recebe pros dois mais novos...

Pros dois...

..., Mas você chegou a precisar para as meninas, também? Ou não.

Não.

Na época das meninas não tinha.

Não, só desses dois, mesmo.

Tá. E como que você avalia as condicionalidades do bolsa família. Porque a gente sabe que a pessoa, ela recebe o benefício, mas ela tem que manter a caderneta de vacinação em dia, levar no posto, né? Atendimento médico... parece que agora as... vocês vão ter direito, também, né, a... ao atendimento médico.

Ah, assim, as carteiras dele tão tudo em ordem, né, as carteirinhas deles.

Tá.

Tão tudo em ordem. Levo pra pesar no posto quando elas vêm aqui.

Elas vêm aqui.

Vêm. E manda a gente levar eles. A gente vai, pesa, as vacinas, essas coisas...

Porque tem que cumprir essa condicionalidade senão perde o benefício.

Isso.

Mas como que você sente isso, você sente que isso te ajuda...

Ajuda bastante...

Ou isso te sobrecarrega, tipo é mais uma tarefa pra você fazer...

Não, me ajuda.

Te ajuda a se organizar com a saúde dos meninos.

Com os remédios, a saúde das crianças é uma responsa, né?

Sim. Bastante, né?

É.

Sim, sim. E o que que significa ser mãe pra você?

Difícil.

É difícil?

Difícil. Muito difícil. Trabalhar tem seu preço, as crianças crescendo, não respeita, não tem... não sabe como ficar.

E, assim, você tá sem trabalhar desde quando? Desde quando começou a pandemia?
É.

Como que foi pra você ficar sem trabalhar.

Ah, tá sendo muita precisão. [Se refere a alguém] faltando trabalho também, começou agora.

O que é que ele faz?

Ele é porteiro.

E ele foi desligado no período da pandemia?

Melhor que as empresas já tão chamando de novo. Já tomou a vacina dele.

Vocês... você já tomou a sua?

Faltou a última, agora. A segunda...

Tá, a segunda dose.

Ao menos meu sogro já tá de boa, já tomou as duas, ele trabalha, então se a situação vai melhorar, então, melhorando.

Vai respirar.

Respirar um pouco.

Vocês conseguiram receber o auxílio emergencial?

Recebemos.

Tá, e te ajudou nesse período?

Isso. Me ajudou bastante.

Tá. Que bom que vocês conseguiriam.

É, excelente.

E... o que que você vê de ponto a favor do bolsa família? Assim, o que você vê de bom nele na... pra sua vida? Assim?

Ajuda muito, ajuda todo mundo, né, que precisa, né? Que tem gente que não tem o bolsa, né? Não tem nada, né, não tem uma renda, não... entendeu? Então a sociedade, também... Igual o meu sogro que tem a renda dele, corre ali e pega uma cesta...

Vocês serviços aqui que auxiliam vocês, que vocês recebem?

Ele pega uma cesta básica no educandário, ajuda, né? Uma cesta da lida. Tem bastante coisa, assim. Que eles ajudam. Graças ao bolsa.

E você entende que o bolsa família ajuda na composição de renda.

Isso, isso, traz também de volta, né? A maioria da poxa, já bate. Da renda do bolsa família.

Entendi. Então ser beneficiária do bolsa família também te ajuda nessas outras situações da assistência social.

Da assistência, isso, isso.

Tá. Entendi. E você acha que deveria ter mais alguma coisa, que ajudaria vocês, aqui mesmo na comunidade, o que que você?

Ah, eu penso assim, ali naquele lixão, sabe? Esse pessoal?

Lá na frente.

À tarde, né, as crianças, né?

Você sente falta disso, você acha que a prefeitura poderia investir.

Tem bastante gente lá, criando...

[Parece outra pessoa falando] Tem o lazer das crianças, a outra creche tava reclamando, né, pra você ver, de droga...

A creche reclamou?

Onde e que vai pôr, da droga, entendeu?

Entendi... entendi. Tem alguma ONG que trabalha aqui, que ajuda vocês com atividade pros jovens, sem ser o educandário?

Nada.

Nada. É, eu pesquisei e quando eu pesquisei também não achei nenhuma ONG que tivesse.

Tem uns que ajudam, assim... é, quando tem alguma coisa pra dar, mas não pega ponta firme, né? Que nem na época que a gente tava... já pensou eles com aquela folga aqui dentro? Que eu era diretora da Sé? Daí a coisa foi, não foi?

Foi.

Mas eu saio... [risos]

Mas precisava, talvez, de alguma atividade de recreação pros adolescentes, pras crianças.

[não entendi parte sobreposta] são virgens também. Precisa, né, as crianças não... pra jogar bola nos residentes... joga água.

Sério?

Começou uma coisa, some

Aí as crianças ficam mais restritas...

Atrapalha. Elas ficam aqui dentro...

Os alunos, no horário geral das crianças...

Você estudando, atrapalha, né?

Sim, imagina, porque na pandemia ficou tudo... então deve ter ficado muito difícil, né? E me fala uma coisa, as crianças ficaram sem ir pra escola durante a pandemia. Como que foi o ensino delas pra você aqui?

Não foi fácil, [não entendi], nossa senhora.

E acesso à internet, essas coisas, a prefeitura garantiu isso pra vocês ou não?

Não, depois que eles começaram a liderar o tablet da escola, pra fazer lição, foi difícil, entendeu? tava um pouco [não entendi]. No celular, então, vixi....

Ela caía toda hora, né?

Toda hora. Nossa. Então...

Agora depois que a diretora escreveu, né?

É... Aí agora que voltou as aulas, uma vez na semana, né? Graças a Deus tá melhor, né? Elas tão indo pra escola, tão trazendo os tablet, tão fazendo.

Tão fazendo a lição.

Isso.

Tá. Mas, veja, você ficou desempregada, com seu marido desempregado, ainda precisava ter internet pra colocar pras crianças estudarem. E a prefeitura não providenciou o acesso das crianças, não garantiu o acesso... isso é uma coisa importante, né? Porque tem que ser preconizado.

E a gente paga, né? E eles ficara, né, uns tempos sem fazer, porque.... eu tava sem trabalhar, né?

Eu imagino.

Sem trabalhar, né, não tem como fazer o dever. Sem receber, né.

Exatamente, exatamente. Exatamente.

Fazer uma coisa que não tem condições? Então...

Não. Não dá. É isso, Nega, era só isso, muito obrigada pela sua disponibilidade.

Entrevista 5 – J.

Vamos lá. J, o que significa ser mulher pra você.

Uhn... ai, tantas coisas. [fala difícil de identificar, mas parece ser de alguém de fora] Eu já passei por tanta coisa.

É?

Hoje em dia pra mim é maravilhoso.

É?

É.

Mas já foi difícil?

Muito.

É?

Muito demais.

Tá. E o que... por que que você acha que precisa receber o bolsa família?

Oh, no momento é porque eu tô desempregada, eu não quero voltar pra casa da minha mãe...

Tá...

E eu quero cuidar dos meus 4 filhos.

Tá. E o auxílio te ajuda.

Ajuda, ajuda porque eu pago o meu aluguel com ele. Quando meu marido não tá fazendo bico eu pago meu aluguel.

Tá. Então... e as 4 crianças recebem... a 3, agora, por que...

As 4, com o meu netinho.

Ah, as 4 recebem.

As 4 recebem. Junto comigo.

Sua filha mora aqui com você?

Ela mora, mas ela fica mais lá na casa do pai do neném do que aqui.

Tá.

Mas ela mora comigo.

Tá. E você ajuda ela a cuidar da neném.

Do neném, quem dá tudo sou eu.

Vózona.

É.

Vózona corujona.

É, porque o pai não dá nada.

Entendi.

Eu ajudo todo mês.

Entendi...

Com esse dinheiro do bolsa família e com o cartão, né? Da escola.

Tá.

É o que tá me ajudando.

Tá. Ainda bem, graças a Deus que tá.

É, graças a Deus.

Sim. E me fala uma coisa, assim. Como que você avalia as condições... as condicionalidades que o bolsa família tem. Tipo, ter que levar as crianças na escola, vacinar...

Eu acho bom...

Você acha importante?

Eu acho importante. É bom.

Isso te ajuda?

Ajuda. Ajuda.

Você....

Ajuda porque aí eu sei que eu tenho que ir lá pra tá pesando, todo mês, certinho. Não que eu... Eu faço a Maria Helena levar o Luís nas consultas...

Você acha que isso ajuda a mulher a se organizar...

Ajuda. Ajuda.

Com as funções maternas.

Ajuda.

Tá. Agora... agora essa é pra responder, hein? O que que significa ser mãe pra você?

Ai, tudo. Tudo. (risos) Tudo.

O que é esse tudo?

Tudo, pra mim agora é tudo.

Essa vida, o sentido da sua vida...

É o sentido da minha vida.

É a maternidade....

Sem eles eu não sou nada.

Tá.

Hoje em dia eu vejo tudo isso.

Eles são os pilares pra você.

Sim. Sim.

Tá. E esse lugar da maternidade, como é que é o lugar? Além da organização, do sentido, é um lugar fácil, difícil, como e que é?

É....Ah, nós conseguimos... ir caminhar.

Tá.

Deus vai ajudar.

Bastante, né?

Bastante (risos) Tá difícil. É difícil, um pouco, porque dá trabalho.

Dá?

Dá. Mas é gostoso.

Sei.

É gostoso.

Sei. E me fala uma coisa, assim, o que você enxerga de... a favor do bolsa família, assim, o que você pode nomear pra mim, que você fale, olha, Ivone, isso é importante, eu acho isso importante...

Ah, eu acho bom, mas, assim, no começo, quando eu só tinha o Pedro e a Mari eu recebia mais. Aí depois agora que eu tenho os quatro eu recebo menos.

E você sabe por que, eles falaram?

Não, não falaram. Eu fui lá, minha assistente social foi lá, arrumou, aí eu comecei a receber o auxílio, agora o bolsa família eu não sei quando eu vou receber de novo, porque...

Você tá sem receber?

Não, eu tô recebendo um auxílio, mas o bolsa ainda não, vamos esperar voltar.

Tá. Por conta da pandemia.

Mas ele... eu recebia da Mari e do Pedro quase 200 reais. Ai quando eu coloquei o Luís e o Mário foi pra 89 reais.

Pra cada filho?

Não. Só pro... pros 4.

Pros 4, 89?

[outra pessoa] Eles não fazem escola ainda...

Não, mas mesmo assim...

Mas a renda é....

É igual, que eles tão na creche.

Teria que somar, eu acho...

Os dois tão na creche, eles não tão faltando. Eles estão na creche. Mas eu achei estranho porque eles abaixaram. Aí abaixaram, aí voltou o auxílio. Aí eu recebi o auxílio, ela não. Mas aí, como eu olhei no Caixa Tem, eles aumentaram o Bolsa, tá escrito lá que eles aumentaram pra 230, com o bolsa jovem da Mariana 200 e... vai pra 280. Mas tem que ver se vai ser isso mesmo, se eles vão receber.

Tá. Sim.

Depois que acabar o auxílio.

Sim. E você e o seu marido tão recebendo auxílio ou só você?

Só eu. Meu marido, ele não é brasileiro.

Ah, meu Deus!

Isso.

Ele é da onde?

Ele e da Itália.

Vixi, aí ele tá sem...

Tá sem receber. E como ele não tinha quem corresse atrás e ele não tinha documento... ele tem o direito ao auxílio, só que agora que eu tô conseguindo tirar os documentos dele.

No CRAS ninguém consegue ajudar?

O Educandário tá me ajudando.

Ajudou? Porque eu sei que talvez tenha um serviço de imigração que ajude, um... eu sei que o smales [confirmar] tem alguma coisa, um setor de imigrantes no centro que ajuda as pessoas.

De imigração... que ajuda... Não, aí o educandário tá me ajudando. Aí eles entraram em contato com o consulado dele, aí nós estamos tentando tirar os documentos dele. Enquanto isso ele tá fazendo uns biquinhos.

Que ele faz?

Ele é ajudante de pedreiro.

Tá. E aí com a pandemia você sentiu que vocês ficaram... ele ficou sem trabalhar?

Senti, ficou muito. Eu tô vivendo de doação. De doação. De doação todo dia, porque o dinheiro que eu pego do auxílio eu pago o aluguel. Eu intero e pago o aluguel.

Tá. E aí você fica sem pra pagar as outras coisas.

Sem pra pagar as outras coisas. Aí o que tava salvando pra fralda, essas coisas, era o cartão alimentação.

Tá.

Aí agora tinham cortado e voltou. E nós vai voltar a receber. Então é o que tá me ajudando.

Tá.

E ajuda. Deixa eu pegar ele. Oi, mãe... que foi?

Acordou. Ai, meu Deus, eu acordei, tia! Sua cara, J.

Você acha?

Ah, você todinho.

Eu já acho que ele parece com o pai dele.

Não, ele tem aqui seu.

Você acha?

O que tenho, mãe.

[Outra pessoa] Ele tem a cara de italiano, o vô dela era italiano de olho azul.

E ele não tem só o Mário. E esse que vai vir agora. Ele tem mais 7 filhos lá na Itália e outro país. Tem.

Mas ele já tava aqui no Brasil?

Já. Tem mais de dez anos que ele já tá aqui.

Não gostou da Itália.

Ah, agora que ele não vai embora mais, viu? [risos] Ele falou que nunca mais ele vai embora.

Olha, J, era isso.

Só?

Entrevista 6 – R.

As minhas perguntas. Só isso. Viu? [fim]

Então, R, vou fazer algumas perguntas para você sobre o programa, tá? O que que significa ser mulher para você, R?

(silêncio) Ah, não sei dizer.

Não? Tá. E por que que você acha que você chegou a precisar do bolsa família?

Ah, porque eu tava precisando.

Tava? Você sente a diferença dele na tua vida?

Tava. Sinto, é importante.

Tá. E você foi que recebeu...

Não, ele teve... O Deb tinha dois anos.

Quando seu filho tinha dois anos você começou a receber.

Comecei a receber.

Como é que você avalia as condicionalidades do bolsa família? Aquelas... aqueles deveres, né? Que tem que estar com a criança com a frequência em dia na escola, a vacina... a caderneta de vacinação?

Como que é a coisa?

Como que você entende isso, assim? Que... como que é pra você, assim, dentro da sua... dentro dos seus afazeres, você entender que você tem essa responsabilidade de cuidar da caderneta de vacinação...

Ah, que nós precisamos, né? Porque eles vão lá e desconta.

Você acha... Ah, tá. Mas e você..., mas assim, você entende que isso ajuda você no seu dia a dia?

Ajuda...

Ou isso interfere nas suas atividades?

Não, ajuda, porque eu... eu não passo ele. Eu só passo... quando é o negócio do bolsa família, no médico. E quando ele tá doente. Só.

Ah, mas aí você não consegue... e você, você faz controle no SUS? Pra você?

Não, eu não passo. Nem doente. Eu me curo em casa.

É? Tá. E quando você tava empregada, assim, você tinha convênio?

Não. Nunca trabalhei.

Nunca trabalhou?

Nunca trabalhei na vida.

Tá. E você tá na casa.... você tá abrigada há quantos anos?

Tem... já vai fazer 10 anos.

Tá. Entendi.

Entendeu?

E pra você, assim, o que significa ser mãe?

É, ser mãe significa tudo.

O que é esse tudo?

Responsabilidade...

Tá...

É... ah, significa tudo.

Mas você acha que esse tudo tem tudo coisas boas ou coisas ruins?

Tem coisas boas e coisas ruins, né?

Quais são as boas que você enxerga?

Ah, as boas é que eu posso tá com meu filho... Oh o sono... Ah, sei lá. Não sei responder.

E as ruins? Não tem resposta certa ou errada, tem o que você sente. Aqui o que vale é o que tá no coração.

Ah, ruim é a dificuldade que passa.

Você passa muita dificuldade?

Passo.

É? Me conta um pouquinho, como que foi a chegada do seu filho?

Ah, no começo foi bom. E agora tá sendo é difícil.

Você planejou engravidar? Ou não, aconteceu?

Aconteceu.

Tá... E aí quando aconteceu mudou sua vida?

Mudou. Não consigo levar... não consigo arrumar emprego, não consigo nada.

Desde que você tem ele...

Desde dele....

...porque ele é pequenininho as empresas não te dão oportunidade.

Não sei se é porque ele não dá oportunidade. Acho que é porque eu nunca trabalhei. Não tenho experiência de nada.

Mas se você nunca trabalhar também nunca vai ter experiência.

Então! Povo não dá oportunidade. Ele quer experiência.

E você procurou aonde?

Ah, já procurei em um monte de lugar. E também não acho quem fica com ele, porque ele é muito ligado.

Ele é ligado no 220?

Tem que ficar de olho nele 24 horas, que ele só apronta, só apronta.

Vai pra escola de manhã...

E chega daqui a pouco, meio-dia e vinte.

E ele vem sozinho ou você vai buscar?

Não, vou buscar.

Tá, entendi.

Não é todo mundo que quer ficar e... aí atrapalha, só o pai dele trabalha.

E isso... você sente falta de ajudar ele, financeiramente?

Eu sinto.

E da sua... ele cobra isso de você?

Ele cobra.

Tá. E você sente falta da sua independência financeira?

Sinto, acho que sim.

Então você saiu da casa da sua mãe pra casar e ter seu filho. E como que foi essa mudança pra você?

Como assim?

Tipo, você morava com a tua mãe antes.

Morava...

..., mas estava grávida, aí foi ficar com seu...

Não, saí da minha mãe tava grávida ainda não. Ele morava aqui com a mãe dele. Eu engravidei aqui na mãe dele.

Tá.

Na mãe dele, daí a mãe dele colocou nós pra fora e daí teve que arrumar um lugar.

A mãe dele colocou vocês pra fora?

Eu grávida de seis meses.

Nossa....

Aí ninguém trabalhava e teve que arrumar um lugar pra ficar. Ele arrumou um lugar pequenininho, um lugar aqui... ali na outra rua. Aí o dono da casa brigou com o meu marido.

Brigou?

Nós nos mudamos pra cá. Aí nós tá aqui. Que tem.... só ele trabalha, não tem como pagar.

Aí com a pandemia eu imagino que as coisas tenham ficado mais difíceis ainda.

Difícil.

Sim.

Aí o bolsa família ajuda um pouco, né?

Sim! Importantíssimo, importantíssimo. E o que que você enxerga a favor do bolsa família? Assim, o que você vê, o que que é bom nele pra você, assim? Fora a renda, você acha que ele tem outras coisas que são boas?

Eu acho que tem. Mas... eu sou quase [não entendi] do bolsa família, mas acho que tem outras coisas que pode ajuda.

O que, por exemplo?

Do bolsa família?

É. Você acha que isso de ter que cuidar mais do filho, no sentido de... ir na escola, de vacinar...

Ah... sim...

Você acha... você conhece pessoas que conseguiram, sei lá, montar um negócio com a renda do bolsa família?

Do bolsa família?

Que conseguiram mudar a condição de vida recebendo o bolsa família...

Não.

Não, né? Entendi. Você... como é que você se sente, assim, com as suas obrigações que o bolsa família coloca, assim, "ah, eu tenho que levar meu filho na escola, meu filho não pode faltar, eu tenho que tá com a caderneta..." isso pra você é uma coisa que você fala assim "ok, é minha função eu fazer" ou você de repente gostaria de ter que dividir essa responsabilidade com seu marido, com mais alguém, assim?

Não, é minha função!

Você entende que é sua função. Tá. E pra você, o que significa ser uma mulher que recebe o benefício do bolsa família?

Ah, significa tudo porque me ajuda em tudo.

Ajuda bastante?

Ajuda bastante.

Que bom.

Que se não fosse ele eu não sei o que seria.

É, você acha que você estaria mais apertada?

Não tem como não

Entendi. É isso, R. Rapidinho, viu?